

DENISE MARIA MAIA

A DIMENSÃO EDUCATIVA DA COOPERATIVA POPULAR

Belo Horizonte
Faculdade de Educação da UFMG
2009

DENISE MARIA MAIA

A DIMENSÃO EDUCATIVA DA COOPERATIVA POPULAR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, com requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas de Educação: Concepção, Implementação e Avaliação

Orientadora: Profa. Dr^a. Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben

Belo Horizonte
Faculdade de Educação da UFMG
2009

M.217d Maia, Denise Maria

A dimensão educativa da cooperativa popular/Denise Maria
Maia. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2009.
193f.

Tese - Doutorado em Educação

Orientadora: Profa. Dra. Ângela Imaculada Loureiro de Freitas
Dalben

1. Cooperativismo. 2. Cooperativa Popular. 3. Educação. 4.
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.

I. A dimensão educativa da cooperativa popular. II. Ângela Imaculada
Loureiro de Freitas Dalben. III. Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de educação.

CDD: 370.113

Catálogo de Fonte: Biblioteca da FaE/UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: **Conhecimento e Inclusão Social**

ATA DA 187ª (CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SÉTIMA) DEFESA DE TESE NO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:

Conhecimento e Inclusão Social

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e nove realizou-se, na Faculdade de Educação da UFMG, uma reunião para apresentação e defesa da tese: "**A dimensão educativa da cooperativa popular**", da aluna **Denise Maria Maia**, requisito final para obtenção do Grau de Doutora em Educação. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben - Orientadora, Ramon Vicente Garcia Fernandez, Antônio Carlos Martins da Cruz, Maria de Lourdes Rocha Lima e Oder Jose dos Santos. Os trabalhos iniciaram-se às 14:00h com a síntese da tese feita pela doutoranda. Em seguida, os membros da banca fizeram uma arguição pública à candidata. Terminadas as arguições, a banca examinadora reuniu-se, sem a presença da candidata e do público, para fazer a avaliação final da defesa da tese apresentada. Em conclusão, a banca examinadora considerou a tese:

aprovada, tendo em vista a relevância do tema, a pertinência metodológica, bem como o caráter interdisciplinar. Ressalta-se, ainda, a análise interpretativa e crítica do caso da cooperativa popular, e o compromisso social e político da pesquisadora.

O resultado final foi comunicado à aluna **Denise Maria Maia** e ao público, concedendo à aluna o título de Doutor em Educação. A aluna deverá encaminhar à Secretaria do Programa a versão final em 05 (cinco) exemplares. Nada mais havendo a tratar eu, Rosemary da Silva Madeira, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e por seus membros. Belo Horizonte, 9 de julho de 2009.

Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben
Prof.ª. Dra. Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben - Orientadora

Ramon Vicente Garcia Fernandez
Prof. Dr. Ramon Vicente Garcia Fernandez - FGV/EESP

Antônio Carlos Martins da Cruz
Prof. Dr. Antônio Carlos Martins da Cruz - UCPEL

Maria de Lourdes Rocha Lima
Prof.ª. Dra. Maria de Lourdes Rocha Lima - UFMG

Oder Jose dos Santos
Prof. Dr. Oder Jose dos Santos - UFMG

Rosemary da Silva Madeira
Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social – FaE/UFMG

DEDICATÓRIA

AO MEU PAI, COM SAUDADE.

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho contou com a participação de inúmeras pessoas. Todas contribuíram direta ou indiretamente para alcançar esse resultado e, por isso, à elas, sou imensamente grata.

Agradeço especialmente à minha orientadora Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben pela *acolhida* generosa e corajosa, pelo apoio instigante e pela confiança desde sempre. Mais que guiar pelo campo da educação com suas perguntas precisas, soube propor questões maiores e de compreensão da

experiência humana.

Aos inomeáveis trabalhadores e trabalhadoras das cooperativas populares pelo carinho e disponibilidade permanente com que me receberam. Sou muito agradecida por essa receptividade, pelo tempo e energia que dispuseram e por autorizarem a consulta à documentos com desprendimento e confiança.

Agradeço aos membros da banca pela disponibilidade do tempo dedicado. Ao professor Oder, pela generosidade em dispor tão gentilmente de material bibliográfico e pela sintonia com minhas questões. À professora *Lourdinha*, pelo carinho e cuidado da leitura atenta desde o projeto inicial. Ao professor Igor pelas fartas contribuições. À todos meu agradecimento pelas sugestões valiosas na qualificação deste trabalho com a indicação dos rumos a tomar. Ao professor Ramón pela convivência enriquecedora desde o período da dissertação, cuja postura superou o papel de orientador. Ao professor Antônio Cruz por compartilhar inquietações traduzidas no incentivo intelectual. E à professora Maria do Carmo ensinamentos na disciplina cursada.

Agradeço aos professores do programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) representados nas pessoas dos coordenadores Luciano Mendes de Faria e Bernardo Jefferson de Oliveira pelo apoio recebido. Aos colegas do Departamento de Economia e à Universidade Federal do Paraná pela concessão de licença que me permitiram o espaço necessário para a conclusão do trabalho, em especial aos professores Lopes, Marcelo e Demian, respectivos chefes do departamento, que me apoiaram incondicionalmente. Aos funcionários do Departamento de Economia, Edézio, Claudete, Nelson (*in memoriam*) entre outros, pelo constante apoio competente e amigo. Aos funcionários das Secretarias do programa de Pós-graduação da FAE, a Rosemary da Silva Madeira entre tantos, pela paciência e cuidado a mim atribuídos. E aos funcionários das bibliotecas, pela gentileza competente, especialmente na pessoa da Marli Lopes de Araújo Pinto, pelo apoio e indicações seguras na localização dos subsídios da pesquisa bibliográfica e orientação nas referências. Ao Hélcio, da secretaria do DAE, por seu gentil e firme apoio.

À CAPES pela concessão de Bolsa sem a qual não teria as condições materiais adequadas para a realização desse trabalho. Da mesma forma à Fundação Universitária Mendes Pimentel pelo privilégio de participar do *Programa Permanente de Moradia Universitária*, especialmente à Diretora Vera Maria Pereira

Coelho por sua sensibilidade em saber ouvir, entender e atender.

À minha família querida, meu amado filho Diogo, amadas irmãs, Marisa, Sonia, Katy, Maria José, Jussara e Fernanda, pela torcida e paciência em dividir o tempo e o espaço com o doutoramento. A todos os meus familiares com os quais dividi os ônus deste trabalho. Às pessoas amigas, sempre tão importantes em minha vida, de antes do doutorado: Helô, pela confiança e incentivo; Dalva, pelas ricas trocas e apoio firme; Dóris, pelas contribuições esclarecedoras; Bety, pela presença e conselhos certos; Ana, pela ajuda nos difíceis momentos iniciais, e; Marlene, pela disponibilidade de trocas, de idéias e bibliografia. E de depois, dos caminhos trilhados no doutorado, novas, mas não menos queridas amigas: Maria do Carmo, pelo desprendimento em compartilhar; Savana, pela generosidade e apoio constante; Adriana, pela objetividade indispensável; Angela, de Vitória, pela receptividade e carinho especial, Celeste, por iluminar alegremente o meu percurso, Marlucy, pelos conhecimentos instigantes, Shirlei pela delicadeza e cortesia imprescindíveis; e às amigas da *Moradia*, entre tantas, Cris, por vibrar e viver com sinceridade; Rosely, pela dedicação de seu tempo livre para me ajudar; Juliana, pelo exemplo de força e persistência. À todas agradeço pelo estímulo constante, pelas boas conversas, sugestões, cumplicidades e convivência prazerosa.

Meu agradecimento à APUBH e aos diretores desse período pelo suporte oferecido sempre que busquei e onde me senti sempre amparada, como em minha casa. Agradeço à Mariinha, pela zelosa e paciente revisão que ajudou a melhorar o entendimento e a elegância do texto. À Mayla pela presteza com a versão em língua estrangeira. Ao Marcos Alves a quem devo mais que a formatação do trabalho.

Agradeço a todos que me proporcionaram e com quem partilhei esses momentos realmente bons da minha vida.

RESUMO

O objeto da presente tese é a dimensão educativa de uma cooperativa popular. Este estudo tem como objetivo compreender as ações de trabalho e sobrevivência perpassados pelos comportamentos cooperativos ou competitivos dos associados das cooperativas populares. Investiga a cooperativa popular como ambiente educativo capaz de criar uma cultura cidadã e influenciar concepções e comportamentos, bem como proporcionar e promover as condições transformadoras

nas relações humanas de forma livre e responsável. Portanto, entende-se a dimensão educativa como relações que constroem valores, representada na formação e transformação de pessoas organizadas cooperativamente, conforme referencial teórico da doutrina cooperativista e de Paulo Freire entre outros. A abordagem metodológica foi predominantemente qualitativa. Os documentos e as entrevistas foram analisados na forma *estudo de caso* de um empreendimento que integra o Programa de Extensão da Universidade Federal do Paraná relativo à *Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares*. Para referenciar as categorias da dimensão educativa das cooperativas populares, foram escolhidas, como mais apropriadas, as fontes conectadas ao *estudo de caso* utilizado, nesse caso, a Cooperativa de Embalagens Brasil (COEMBRA). Dessa forma, procurou-se captar os *princípios e valores do cooperativismo* adotados no mundo, o *sistema integrado de gestão* da primeira Incubadora de Cooperativas Populares e a *missão e objetivos* da incubadora paranaense. Nesse contexto, concluiu-se que, apesar do fracasso na dimensão econômica e dos problemas do processo de incubagem, a cooperativa popular foi certamente capaz de suscitar e desenvolver, nas pessoas associadas, a assimilação de seus ideais com reflexos positivos na sua prática de trabalho e na vida. A experiência influenciou as pessoas, ampliou seus horizontes levando-as a refletir, individual e coletivamente sobre suas vidas e suas relações no mundo, a resgatarem ideais de solidariedade e esperanças, a buscarem novos caminhos para uma vida melhor. Tudo isso, motivado por uma instituição antes inacessível a elas: a universidade.

PALAVRAS-CHAVE: COOPERATIVISMO, COOPERATIVA POPULAR, EDUCAÇÃO, INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES.

ABSTRACT

The central subject of this thesis is the educational dimension of a popular cooperative. This study aims to comprehend the actions of work and survival permeated by cooperative or competitive behaviors between members of popular cooperatives. The present research investigates a popular cooperative as an educational environment that is able to generate a citizen culture, to influence

- ANCOSOL Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária
- ANTEAG Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
- ASPLADE Assessoria e Planejamento
- AUGM Associação das Universidades do Grupo Montevideú
- BB Banco do Brasil
- BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BNH Banco Nacional de Habitação
- CEASA Centrais de Abastecimento Paraná
- CEBS Comunidades Eclesiais de Base
- CEF Caixa Econômica Federal
- CEDCA Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná
- CDS-PROEC Coordenadoria de Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
- CES Câmara de Educação Superior
- CFE Conselho Federal de Educação
- CIC Cidade Industrial de Curitiba
- CLT Consolidação das Leis do Trabalho
- CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNE Conselho Nacional de Educação
- CNPG Conselho Nacional de Pós-Graduação
- CNPq Conselho Nacional de Pesquisa
- COEMBRA Cooperativa de Embalagens Brasil
- COCEFAT Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
- COEP Comitê de Entidades Públicas de Combate à fome e pela Vida
- COFINS Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

- COOPER 21 Cooperativa dos Trabalhadores em Portaria, Conservação e Limpeza
- COOPERCAMP Cooperativa Mista dos trabalhadores da Capital Paranaense
- COOPERMANDI Cooperativa de Produção Mista de Mandirituba
- COOPERMASSA Saúde Mental
- COOPERTAXI Cooperativa de Taxistas de Foz do Iguaçu
- COOPERTECH Cooperativa dos profissionais em Tecnologia de Informática do Paraná
- COOPERTEL Cooperativa dos trabalhadores em Telecomunicação em Informática do Paraná
- COOPESQUISA Cooperativa de Pesquisadores
- COOPTENENTEANA Cooperativa de Campo do Tenente
- COPPE/UFRJ Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- CPF Cadastro de Pessoas Físicas
- CUT Central Única dos Trabalhadores
- DIEESE Departamento Intersindical de Estatística
- DOU Diário Oficial da União
- EAFs Entidades de Apoio e Fomento
- ECT Empresa de Correios e Telégrafos
- EES Empreendimentos de Economia Solidária
- EGEs Equipes Gestoras Estaduais
- EMATER Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FBB Fundação Banco do Brasil
- FACES Fórum de Articulação para o Comércio Ético e Solidário
- FAT Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FBES Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FEES Fórum de Empreendimentos de Economia Solidária

- FINEP Financiadora de Estudos e Projetos
- FMI Fundo Monetário Internacional
- FNDCT Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- FSM Fórum Social Mundial
- IBASE Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços
- ICCO Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento
- IDH Índice de Desenvolvimento Humano
- IES Instituições de Ensino Superior
- INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- INSS Instituto Nacional de Seguridade Social
- IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IRECUS Institut de Recherche et d'Enseignement pour les Coopératives de l'Université de Sherbrooke
- ISS Imposto sobre Serviços
- ITCP(s) Incubadora(s) Tecnológica(s) de Cooperativas Populares
- TCP/UFPR Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná
- MEC Ministério da Educação
- MS Movimento Social
- MST Movimento dos Sem Terra
- MTE Ministério do Trabalho e Emprego
- NEC Núcleo de Estudo e Cidadania
- OCB Organização das Cooperativas do Brasil
- OCES Organização das Cooperativas Estaduais
- OIT Organização Internacional do Trabalho
- ONGs Organizações não Governamentais

- OS	Organização Social
- OSCIP	Organização da Sociedade Civil
- PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
- PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
- PEA	População Economicamente Ativa
- PIA	População em Idade Ativa
- PIB	Produto Interno Bruto
- PlanTeQ-PR	Plano Territorial de Qualificação do Paraná
- PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
- PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
- RBSES	Rede Brasileira de Sócio Economia Solidária
- SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Microempresas
- SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
- SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
- SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SERRAMAR	Cooperativa de Pescados de Antonina
- SESu	Secretaria de Educação Superior
- SETI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná
- SETP	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná
- SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
- TECPAR	Instituto de Tecnologia do Paraná
- UCPel	Universidade Católica de Pelotas
- UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
- UFPR	Universidade Federal do Paraná
- UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
- UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

- UnB Universidade de Brasília
- UNE União Nacional dos Estudantes
- UNIMED União dos Médicos
- UNIRCOOP Rede Universitária das Américas em Estudos sobre Cooperativismo e Associativismo
- UNISOL Universidade Solidária ou União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
- UNITRABALHO Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
- USP Universidade de São Paulo

RELAÇÃO DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

Figura 1: O campo da Economia Solidária no Brasil	77
Quadro 1: As assembleias da COEMBRA, pautas e deliberações	134
Quadro 2: Chave de equivalência entre categorias/indicadores para análise do estudo de caso	160
Quadro 3: Localização das Incubadoras da Rede por região – anexo B	192
Gráfico 1: Trajetória da Economia Solidária por forma de organização	89
Gráfico 2: A Trajetória da Economia Solidária por região	89
Gráfico 3: Forma de organização por região	90
Gráfico 4: Produtos e Serviços da Economia Solidária	90
Gráfico 5: Remuneração por região	91
Gráfico 6: Participação por gênero segundo porte do empreendimento	92
Gráfico 7: Distribuição de EAFS e EES por região	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil por unidade de federação – 2005.....	76
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Motivação e justificativa	19
1.2	Proposta da pesquisa	24
1.3	Caminhos percorridos no processo de investigação	27
1.3.1	Objetivos da pesquisa	28
1.3.2	Perspectivas metodológicas	29
1.3.3	A definição do universo e os instrumentos de pesquisa	38
1.3.4	A coleta de dados	40
1.3.5	Das entrevistas e análise	41
1.4	Perspectivas teóricas	44
2	O COOPERATIVISMO E A UNIVERSIDADE	56
2.1	O cooperativismo e os problemas no mundo	56
2.2	Princípios e valores cooperativistas	66
2.3	A dimensão educativa da cooperativa popular	69
2.3.1	O surgimento da cooperativa popular na universidade	73
2.3.2	O papel da universidade	81
2.4	Experiências de extensão de incubagem e a Rede de Incubadoras	83
2.5	A Incubadora na UFPR: retrospectiva e prospectiva	85
2.6	Expansão, parcerias e políticas públicas	86
2.7	A Criação da ITCP/UFPR: retrospectiva	94
3	COOPERATIVA DE EMBALAGENS BRASIL – COEMBRA	104
3.1	Histórico da COEMBRA	105
3.1.1	Trajetória e caracterização da COEMBRA	107
3.1.2	Os registros da história	112
3.2	Autogestão como processo	115
3.2.1	A atividade produtiva da cooperativa	116
3.2.2	Organização do Trabalho	119
3.2.3	Comportamento e processo produtivo	121
3.3	Relação cooperativa-incubadora	122

3.4	A primeira crise.....	126
3.4.1	Mais crises	131
3.5	Registros em análise	133
3.5.1	Da contabilidade e das contas	138
3.6	Políticas públicas, tributação e mercado para a cooperativa	140
3.7	Resultados observados na COEMBRA	141
3.8	Alguns dados da outra empresa	145
4	A DIMENSÃO EDUCATIVA DA COOPERATIVA POPULAR	148
4.1	Educação e cooperativa popular.....	150
4.2	Indicadores da dimensão educativa	156
4.2.1	Educação e valores – os valores como fundamento	161
4.2.2	Educação e liberdade – a liberdade como requisito	165
4.2.3	Educação e a construção da cidadania – o sujeito da educação	167
4.2.4	Educação e comunidade – o sujeito social	170
4.2.5	Educação e a atividade produtiva – o sujeito da educação e o trabalho ...	171
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
	REFERÊNCIAS	184
	ANEXO A	191
	ANEXO B.....	192
	ANEXO C.....	193

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de um conjunto de atividades e reflexões desenvolvidas, mais concretamente, desde 1998, pela autora desta tese, na criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná. Na trajetória particular como professora de Economia e em atividades de extensão nessa universidade, a preocupação desta autora com a problemática social sempre esteve presente. Ela inclui uma pesquisa com *carrinheiros* ou *catadores de papel* e a participação simultânea da criação do Núcleo de Educação e Cidadania - NEC. Na atividade de extensão, ampliou-se a sua visão como economista voltando-se para questões sociais, culturais, humanas, ambientais e do mundo do trabalho. Posteriormente, na mesma universidade, contribuiu ativamente para a efetiva criação, a estruturação e adaptação do funcionamento inicial até a consolidação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), razão pela qual se contempla esse tema, hoje, no doutorado.

Na realidade, o interesse por esse tema foi ampliado inicialmente, em 2003 quando da dissertação de mestrado¹ (MAIA 2003), a ser referenciada, aqui, na contextualização do objeto deste estudo. A discussão da *economia solidária* desenvolvida naquela oportunidade indicou a importância em ampliar a interlocução com outras disciplinas. À época, foi possível perceber os limites e resistências ao tema existente na área da ciência econômica. Assim, a oportunidade de debruçar-se sobre essas questões, à luz do conhecimento educacional pareceu a esta investigadora não apenas conveniente, mas também necessário para o aprofundamento e busca de respostas às inquietações ainda existentes. Desse modo, foram estabelecidos os interlocutores na área de educação desde a elaboração do projeto desta pesquisa os quais propiciaram ao pesquisador repensar diversos aspectos relevantes para o tema ora tratado. Entre os autores selecionados para o desenvolvimento deste estudo, destacam-se: Adolfo Sánchez Vasquez, Oder José dos Santos, entre outros da literatura educacional e de estudos culturais. As referências complementam as já utilizadas no campo do cooperativismo e do

¹ A referida dissertação trata da Incubadora tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná – ITCP/ UFPR e do seu papel no desenvolvimento humano.

desenvolvimento humano como Paul Singer, Paulo Freire, Amarthia Sen, Boaventura de Sousa Santos entre outros.

1.1 Motivação e justificativa

O interesse pelo tema a respeito das cooperativas populares se deve à participação desta autora nas atividades e discussões no âmbito da economia solidária. As *Cooperativas Populares*, como foco de análise, representam, no seu entendimento, a concretização apropriada para o estudo do que propõem as teorias da economia solidária e popular, pois são elas, as cooperativas populares, resultado da atividade de incubação promovida por incubadoras de inúmeras universidades brasileiras. Adotou-se, aqui, o entendimento da Economia Popular Solidária de Tauile (2001), que afirma ser um *segmento produtivo* e, ao mesmo tempo, um *movimento social*: são organizações sociais de autogestão, civis ou comerciais; um conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva caracterizados por certo grau de democracia interna e por remunerar melhor o trabalho do que o capital². A incubação, nesse caso, é o processo da criação de um empreendimento capaz de promover a inclusão econômica e social de uma população destituída de condições e recursos suficientes para, por si só, criar uma forma de subsistência digna. A ideia de incubação, aqui, é a de dar o suporte, formação e acompanhamentos necessários para a criação e consolidação da cooperativa popular para, num futuro próximo, ela poder funcionar, manter-se e crescer sozinha. Isso se justifica porque são nelas e para elas que se fazem as mediações sociais entre os atores envolvidos no processo de incubagem e as dimensões educativa, humanística e crítica desse conhecimento na formação do cooperado.

Nessa perspectiva, pretende-se estudar o comportamento cooperativo dos associados de uma *cooperativa popular*. O interesse por tal tema nascera, como mencionado anteriormente, da experiência da Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR), objeto de estudo em dissertação de mestrado. Entre outras inquietações presentes neste estudo, a questão central – formação e transformação dos comportamentos das pessoas

² Diversos outros autores contribuem na construção desse conceito, inclusive, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Menciona-se a do professor Tauile pela indicação de elementos mais precisos que delimitam e caracterizam as entidades que a compõe.

cooperadas por meio da reflexão, compreensão e apreensão dos valores e princípios cooperativistas – chamou a atenção desta pesquisadora. Foi, então, formulada a seguinte pergunta: que aspectos interferem na constituição de uma cooperativa popular para que ela se torne ambiente capaz de formar e transformar, de forma positiva e emancipadora, os sujeitos cooperados? Desse problema, outras inquietações afloraram, pois, muitas vezes, os valores e princípios do cooperativismo não se expressam na prática dos seus membros.

Esse problema preocupa especialmente porque não é comum, como se observa genericamente, a incorporação de valores e princípios cooperativistas no cotidiano da cooperativa e, menos ainda, que esses valores e princípios sejam traduzidos nas ações e atitudes comportamentais dos seus associados. Assim, busca-se, neste estudo, encontrar as razões que dificultam a assimilação do perfil do cooperado que, apesar de referendado anualmente em encontros, há quase dois séculos, pelo movimento cooperativista mundial, nem sempre é observado adequadamente nas cooperativas em geral.

Entende-se que buscar essas respostas poderá, além de aperfeiçoar a forma de os cooperados organizarem sua existência, mudarem mais efetivamente seu comportamento em todos os aspectos da vida poderá, também, auxiliar ou estimular, de modo concreto e exemplar, a construção de posturas mais éticas e responsáveis. O bom êxito de empreendimentos com essa característica auxilia a superação da ideia de que a transformação do mundo é um objetivo ingênuo e utópico. A importância que o sucesso desse tipo de empreendimento representa para o mundo, especialmente para as populações destituídas dos bens sociais, como alternativa concreta e efetiva de propiciar vida digna e avanços na cidadania, é evidente e inegável.

Outros textos da autora sobre o mesmo tema foram produzidos e apresentados em diferentes oportunidades e espaços de discussão³, motivada pelo doutoramento que culmina na presente tese, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, ocasião em que se deu maior

³ Entre os trabalhos apresentados em diversos eventos, mencionam-se os seguintes: Cooperativas Populares como organização e sobrevivência (2005a); Cooperativa Popular: solidariedade ou competição (2005b); A Economia Solidária em um Mundo Competitivo (2006a); Pobreza, Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil e América Latina (LEÃO, 2006); O Papel da Economia Solidária na Formação do Trabalhador (2006b); La Educación en la cultura cooperativa popular (2007a); A Educação na cultura cooperativista popular (2007b); A economia solidária como instrumento de coesão social (2007c); O mundo educativo da Cooperativa Popular (2008).

aprofundamento dele. Desse modo, esta produção surge, primeiramente, da tentativa de romper com uma visão mais econômica da questão e, especialmente, ampliar o debate com interlocutores de diferentes áreas. O Programa de Pós-Graduação em Educação: *Conhecimento e Inclusão Social* pareceu, até pela sua nomenclatura, adequado a esses propósitos.

A relevância dos estudos sobre esse tema para a solução de problemas brasileiros, particularmente pela oportunidade política de intervenção concreta na conjuntura atual e futura, está na premência de compreensão mais aprofundada das perspectivas possíveis de transformação socioeconômica do quadro atual. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)⁴ inaugurou e oficializou, como Política Pública, o apoio a diferentes iniciativas de empreendimentos coletivos solidários, implementados por um conjunto de organizações que são, em grande parte, integrantes do Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária. O Governo Federal e esta Secretaria, em particular, apoiam e fortalecem iniciativas e práticas socioeconômicas, com caráter associativo e de autogestão, de pessoas destituídas dos bens sociais. Vale mencionar que o espaço conquistado atende, por um lado, às reivindicações de diferentes setores dessas iniciativas e, por outro e ao mesmo tempo, à necessidade de o Poder Público apresentar e reforçar políticas compensatórias no combate ao desemprego e à informalidade crescentes indo além da simples assistência social. No âmbito nacional, essa política, apresenta, como possibilidade concreta, a articulação das ações, reivindicações e a construção de

⁴ Instituída pela Lei n. 10.683/2003, tem suas atribuições definidas no Regimento Interno do MTE, nos seguintes termos: "À Secretaria Nacional de Economia Solidária compete: I – subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego; articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária; III – planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária; IV – colaborar com outros órgãos do governo em propostas de desenvolvimento e combate ao desemprego e pobreza; V – estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular; VI – estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente; VII – contribuir com as políticas de micro finanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor; VIII – propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária; IX – apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários; X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária; XI – supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais; XII – supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo; XIII – supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária; XIX – apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério, em sua área de competência; e XV – articular-se com o s demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência."(Art. 16, do Decreto n. 4.764/2003, publicado no DOU do dia 25/06/2003).

novo pacto social para combater a fome e a miséria de milhares de pessoas. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), constituído em junho de 2003 a partir dos três primeiros encontros do Fórum Social Mundial é hoje o principal interlocutor com o Governo Federal desde a transformação da Economia Solidária em política pública com a criação da SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho:

Instância nacional de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização do movimento de Economia Solidária no Brasil. O FBES representa também o movimento de Economia Solidária frente ao poder público (nas esferas federal, estadual e municipal através da sua Coordenação Nacional e dos Fóruns Estaduais e Municipais) e frente a entidades, redes e articulações nacionais e internacionais. O FBES estrutura-se de forma a garantir a articulação entre três segmentos do movimento de Economia Solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos (on-line) ⁵.

Como mostra esse trecho, a SENAES representou uma oportunidade de desenvolver políticas alternativas às tradicionais, sendo, geralmente, a exclusão excluída. Do mesmo modo, as teorias econômicas não preconizam o que se pode fazer com o contingente de trabalhadores que não são incorporados ao processo produtivo. Esse dado fica simplesmente fora do modelo. Se as cooperativas não resolvem o problema econômico da oferta de emprego, podem, por sua vez, contribuir para um enfrentamento diferente daquilo a que se assiste, hoje, que é a briga por mais empregos formais, pois as relações no âmbito do cooperativismo não são de subordinação e podem significar a superação de formas assalariadas de relações de mando. Fernando Haddad lembra, em Marx, os utópicos, com a bandeira do cooperativismo, como a primeira manifestação contra o trabalho assalariado, “forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria” (HADDAD, 2003, p. 31).

As cooperativas populares em particular, como iniciativas no campo da economia solidária, buscam representar, concretamente, prioridade na política pública do Governo Federal⁶ por representar uma das experiências mais valiosas na luta pela sobrevivência. Assim, contribuem para aprofundar as discussões sobre os

⁵ Disponível em: <http://www.fbes.org.br>. Acesso em 20/11/2008.

⁶ Como exemplo, evidencia-se a criação de uma entidade própria para tratar dessa questão, a Secretaria Nacional de Economia Solidária e políticas de apoio com programas da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Fundação Banco do Brasil (FBB), como se verá mais adiante neste trabalho.

diversos tipos de cooperativas, colocando, em evidência, diferentes práticas que fazem parte do cooperativismo tradicional, desde as que primam por seguir seu ideário até as que, propositalmente, precarizam as relações de trabalho. O cooperativismo popular é uma forma alternativa ao trabalho precário encontrada por grupos de trabalhadores que tentam implementar iniciativas concretas como ideal de democracia econômica. Essas cooperativas, na sua concepção e forma de organização de autogestão, procuram caracterizar e indicar seus significados de inserção e prática dos valores cooperativistas na economia e na sociedade.

Embora a Constituição tenha previsto o tratamento diferenciado às cooperativas, sua regulamentação esbarra no entendimento caracterizador dos seus atos, o *ato cooperativo*⁷. Esse conceito, por vezes, é mal interpretado como, por exemplo, a confusão verificada frequentemente no âmbito das cooperativas de trabalho. Lamentavelmente, na realidade, estas cooperativas são, em sua grande maioria, utilizadas para fraudar e precarizar os direitos trabalhistas. O momento atual, no entanto, continua oportuno para as cooperativas reivindicarem o recebimento de tratamento adequado, conforme previsto constitucionalmente, distinguindo-se nas suas práticas. São designadas, no atual Projeto de Lei enviado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho, como *Cooperativa de Trabalho, Produção e Serviços*. Nessa conceituação, a cooperativa de trabalho pode ser de produção, quando os trabalhadores se associam para produzirem, em comum, bens e detêm os meios de produção, como é o caso da cooperativa a ser analisada neste estudo, e de serviço, quando constituída por trabalhadores com o objetivo de promover a prestação de serviço acabado a terceiros, como, por exemplo, de médicos (como a UNIMED), de taxistas e de serviços de limpeza⁸.

⁷ Considera-se o ato cooperativo aquele estabelecido entre a cooperativa e o cooperado, em que a primeira proporciona benefícios e vantagens aos seus associados, conforme seu objeto.

⁸ A instrução normativa n.3 da Secretaria de Receita Previdenciária, de julho de 2005 menciona a Cooperativa de trabalho como aquela formada por operários, artífices ou pessoas da mesma profissão, ofício ou de vários ofícios de uma mesma classe que, na qualidade de associados, prestam serviços a terceiros, por seu intermédio; a Cooperativa de produção, por sua vez, foi anteriormente definida no parágrafo 3 do artigo 1 da Lei 10.666/2003 dos associados que contribuem com serviços laborativos ou profissionais para a produção em comum de bens, desde que a cooperativa detenha, por qualquer forma, os meios de produção. O cooperativismo de trabalho identifica sua aptidão e caráter por meio de sua inserção no universo das relações de trabalho, diferente das cooperativas de crédito, de produtores rurais e de consumo. (PEREIRA, 2008 p.68-69) Apesar da aparente confusão, podem-se identificar ideias comuns: todas envolvem o trabalho do cooperado no objeto da cooperativa e, por conseguinte, todas estabelecem relações de trabalho. A cooperativa de mão de obra, na qual a força de trabalho é alocada

Cabe, ainda, mencionar, aqui, nas considerações iniciais da construção do objeto desta pesquisa, que o cooperativismo, por todos os fatos mencionados acima, não goza de maior credibilidade no Brasil nem em outras partes do mundo. A tarefa de identificar uma cooperativa autêntica, embora pareça trivial, é muito mais complexa do que se pode supor em uma primeira abordagem, como poderá ser verificado na exposição a seguir. Essa preocupação foi mais particularmente discutida no Núcleo de Direito Cooperativo, criado a partir da experiência da incubadora da Universidade Federal do Paraná que, no entanto, não logrou conceituação jurídica que esclareça e resolva essa questão.

Por fim, retomando os estudos já publicados, pretende-se, aqui, investigar o desenvolvimento do processo dessas cooperativas à luz do referencial adotado. As interrogações surgidas na etapa de elaboração do projeto de pesquisa revelam a importância do desenho do cenário em que se desenrola o fenômeno estudado. Enfim, a preocupação presente na investigação indica a continuidade de uma trajetória de reflexão anterior.

1.2 Proposta da pesquisa

Esta investigação se propõe pesquisar as dificuldades, limites e alcances de uma cooperativa popular que se pretende concreta, efetiva e eficaz. Observou-se que no mundo cooperativista há sério descompasso entre a sua doutrina e a sua prática. Nesse contexto, questiona-se a educabilidade do sujeito no interior da cooperativa e o processo vivido para a aprendizagem de valores.

Assim, tomou-se para estudo, a dimensão educativa da cooperativa popular como objeto de análise. Mas, qual dimensão educativa de uma cooperativa popular? A cooperativa popular é capaz de levar as pessoas associadas a desenvolverem e assimilarem os seus ideais cooperativistas e, conseqüentemente, refletirem, positivamente, sobre sua prática de trabalho? Como e por que esse ambiente influencia a formação e transformação das pessoas que nele convivem? Elas buscam objetivos comuns? Na cooperativa popular, existem oportunidades potenciais de uma educação transformadora, com chances de vivência de relações

nas empresas visam à prestação de trabalho do interesse destas empresas e cujos meios, para a sua realização, são fornecidos pela empresa contratante.

de tipo novo, capazes de favorecer a maior conscientização e incorporação de relações mais solidárias e igualitárias? Que condições devam existir para que as cooperativas proporcionem reflexões e, conseqüentemente, alterações comportamentais visando à constituição de uma cooperativa autêntica?⁹ Quais são os limites e alcances da cooperativa popular como ambiente educador? Ela proporciona chances para a vivência prática de seus valores e sua incorporação como uma cultura assumida?

Para responder a essas questões, estruturou-se o estudo em cinco capítulos. No primeiro capítulo, introdutório, buscou-se alinhar informações gerais que explicam a origem e problematização do tema, as motivações e preocupações deste pesquisador, bem como as principais concepções de cooperativa, a função social das cooperativas e a proposta da pesquisa em si. Aqui, o leitor situa-se na historicidade do tema, na procedência do problema apresentado como gerador de todo um conjunto de questões.

Na seqüência, segundo capítulo, apresentam-se os objetivos, o objeto de estudo e a metodologia. Traz esta parte, o aporte necessário para compreender e subsidiar as discussões acerca do *novo* perfil que se busca formar na cooperativa, o objeto deste estudo, as hipóteses, e os procedimentos metodológicos das diferentes etapas de pesquisa, tais como a coleta de dados, que foi feita por meio de levantamento de informações para caracterização e a análise de documentos e entrevista. A elaboração dos instrumentos da pesquisa, a análise dos documentos, os roteiros de entrevista, as entrevistas propriamente ditas, as questões levantadas e as interpretações dos dados qualitativos e quantitativos realizados permitiram estabelecer relações lógicas entre os objetivos, hipóteses e resultados apurados. Os passos metodológicos adotados apoiaram-se na didática de Paulo Freire, qual seja: sucessivamente caracterizar e problematizar a prática cooperativista, buscar os referenciais mais adequados para compreendê-la. Esse método permite intervenções qualitativamente diferentes das anteriores. Assim, foi possível caracterizar novamente a prática, vista e problematizada de outro modo, com novos elementos que permitiram compreensões diferenciadas e continuamente mais aprofundadas. Considerou-se, aqui, o caráter educativo da imprevisibilidade, da

⁹ Compreende-se por *cooperativa autêntica*, no âmbito deste estudo, aquelas que correspondem estritamente ao que está estabelecido na Lei brasileira nº. 5.764/71, ou seja, os seus participantes conhecem e procuram implementar os valores e princípios cooperativistas em suas ações.

consciência da prática e da práxis como totalidade histórica e social, da práxis revolucionária (VASQUEZ, 1977, p. 14-15 e 158). Em Saviani, no livro *Escola e Democracia*, encontrou-se, similarmente, a adequada postura do caráter científico do método, essencialmente histórica, a favor dos interesses da maioria da população e que se desenvolve nessa direção¹⁰.

O item Perspectivas Teóricas aborda as discussões com outros autores sobre os referenciais teóricos adotados. Nessa parte, delineia-se um estudo sobre o cooperativismo, seus princípios e valores. O embasamento teórico expõe as orientações das atividades do cooperativismo no mundo para então, mais particularmente, situá-lo na concepção de Cooperativa Popular em âmbito universitário. Resgata-se, assim, o conceito de cooperativa popular destacando sua dimensão educativa.

Trata, ainda, nesse tópico, do desenvolvimento do cooperativismo no ambiente universitário, sua origem, bem como suas relações com o entorno. Apresenta a história da experiência desta pesquisadora, nas atividades de extensão universitária na criação da Incubadora de Cooperativas Populares na Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR). Traz a originalidade da primeira incubadora na cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, como a experiência se consolida, se expande com outros empreendimentos que formam o universo da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de cooperativas Populares. Ao final, discute-se a expansão das suas atividades nas relações estabelecidas nesse processo e sua inserção nas políticas públicas.

O capítulo três descreve a cooperativa popular selecionada para o estudo de caso – a Cooperativa de Embalagens Brasil – COEMBRA, desde os primeiros passos que lhe deram origem até os dias atuais. Nessa perspectiva, procurou-se caracterizá-la e também retratar o cotidiano de uma cooperativa popular. Seguem os resultados das entrevistas sobre as atividades de incubagem e de produção da cooperativa na percepção dos sujeitos da pesquisa: os cooperados, os professores, entre outros atores do processo. Apresentam-se, ainda, nessa parte, a análise dos documentos, informações e dados da pesquisa, também conforme as etapas metodológicas de Paulo Freire: caracterização da prática segundo a percepção da autora deste estudo para nova problematização; busca de referenciais;

¹⁰ Disponível em <<http://www.scribd.com/doc/6175564/Escola-e-Democracia-Demerval-Saviani>>. Acesso em: 22/05/2009.

compreensão desses fatos para as discussões dos resultados coletados na análise dos documentos, dos projetos apresentados e das entrevistas realizadas.

No quarto capítulo, são apresentadas as considerações sobre a dimensão educativa em diálogo com alguns dos autores e pensadores deste ou de outros temas afins. O colóquio se estabelece para reafirmar, discordar ou iluminar o entendimento das questões propostas entre outras. As polêmicas referem-se, especialmente, ao significado da cooperativa popular na atual conjuntura: se precariza ou liberta o trabalho; se atende, sobretudo, aos interesses do capital, do governo ou do trabalhador; e, ainda, se, mesmo atendendo aos requisitos jurídicos, promove a regulação da economia e a desregulação dos direitos do trabalho. São debates que revelam a necessidade de caracterizar melhor essas experiências, suas dificuldades e potencialidades para, então, propor alternativas de superação e coordenação de esforços.

A última parte, o quinto capítulo, apresenta as Considerações Finais, conclusivas ou não, das reflexões desenvolvidas. Busca restabelecer as ideias, problemas, questões e situações concretas, captados na experiência de incubagem e da cooperativa popular, promovendo a reflexão crítica do processo. A ideia que guia o desenvolvimento da pesquisa foi identificar o cooperado como ser sujeito que, na sua relação cotidiana, concreta de busca pela sobrevivência, constrói uma nova relação com ele mesmo e o mundo.

1.3 Caminhos percorridos no processo de investigação

As razões da escolha das cooperativas populares incubadas pela ITCP/UFPR como universo desta pesquisa aqui realizada devem-se ao conhecimento da pesquisadora acerca da sua história, do acesso a elas viabilizado pela proximidade espacial e pessoal e, especialmente, por essa experiência motivar a reflexão deste tema. Assim, como objeto de estudo, escolheu-se uma cooperativa que já passara por todo o processo de incubagem – Cooperativa de Embalagens Brasil (COEMBRA). A eleição desse caminho está relacionada, também, ao tipo de questão que se pretende investigar. Desse modo, o *como?* e *por que?*, serão usados com propósitos exploratório e descritivo, com foco temporal em fenômenos da vida real.

Quanto à natureza dos dados e para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, identificaram-se duas etapas: a primeira refere-se aos aspectos gerais do estudo previstos no projeto de pesquisa e, a segunda, mais especificamente, ao estudo de caso, escolhido como estratégia de pesquisa no desenvolvimento da investigação.

1.3.1 Objetivos da pesquisa

A dimensão educativa da *cooperativa popular* como objeto de estudo remete-se a um fenômeno social complexo. Os cooperados, sujeitos desta pesquisa, são pessoas na maioria com educação formal incompleta, desempregadas, que trabalham na informalidade ou com risco de perder o emprego. Nessas circunstâncias, pretendeu-se localizar, mais particularmente, a *cooperativa popular* por considerá-la, hipoteticamente, capaz de propiciar um *ambiente educativo*, de criar uma cultura cidadã no que tange às relações de trabalho, de influenciar concepções e comportamentos e de promover as condições transformadoras nas relações humanas de forma livre e responsável. Entende-se que a dimensão educativa está presente nas relações que constroem valores, está forjada no processo de formação e transformação de pessoas e realiza-se, de forma específica, em contextos de organização em cooperativas.

Nessa perspectiva, estabeleceu-se como objetivo geral:

- Identificar e analisar aspectos da dimensão educativa presentes nas cooperativas populares capazes de induzir, transformar e promover condições de organização cooperada.

Como objetivos específicos foram indicados:

- Analisar e compreender as ações e comportamentos cooperativos ou competitivos dos associados das cooperativas populares;
- Analisar o entendimento e os significados dos valores e princípios cooperativistas para os cooperados;

- Caracterizar, no cotidiano da cooperativa, como os cooperados buscam adequar as ações de forma e manter coerência com a doutrina cooperativista;
- Identificar aspectos, princípios e normas delineados que indicam o aprimoramento das ações na perspectiva cooperativista.

As características doutrinárias do cooperativismo e a forma de criação da cooperativa por meio da incubagem conduzida pela universidade levaram a pesquisadora a formular a seguinte hipótese de trabalho: a cooperativa popular conta com os requisitos necessários para constituir um ambiente educativo que pode propiciar a transformação e emancipação, especialmente, de seus sócios. Afinal, o processo de incubagem promovido por uma equipe multidisciplinar deve, em tese, propiciar oportunidades de conhecimento e crescimento pessoal, profissional e acadêmico a todos os participantes nele envolvidos.

1.3.2 Perspectivas metodológicas

A metodologia adotada neste estudo teve orientações predominantemente qualitativas, inspiradas nos ensinamentos de Paulo Freire já referenciados em trabalho anterior. Portanto, partiu-se do pressuposto de que processos educacionais estão intimamente inter-relacionadas à mudança social e permitem aos indivíduos participação mais consciente no ambiente em que vivem. Assim, pode-se, em tese, supor que a cooperativa popular é, por excelência, um exemplo de ambiente educativo. Desse modo, no âmbito deste estudo, ela é equiparada à escola, considerando-a espaço de trabalho e organização de pessoas. Tal comparação se deve às características formativas e seu potencial transformador da consciência. Entende-se, então, que é por meio dela que se dá a relação entre os homens, o próprio valor histórico dessas relações e transformação deles no processo de trabalho, sua função na construção da vida, dos deveres e direitos dos cidadãos nos contextos sociais.

Dito isso, o contexto das cooperativas populares está vinculado, desde sua origem, ao processo de incubagem. Trata-se de uma realidade social que envolve vidas profissionais de diferentes características, unidos na perspectiva de

concretização de empreendimentos cooperativos, mas, de forma também diferenciada. A dinâmica do processo de incubagem é intensa e, na maior parte das vezes, não conta com tempo e recursos necessários a contento. Desenvolve-se, portanto, em situações limitadas concretamente. Diante desses problemas contingentes, desde o início da experiência, foram grandes as dificuldades de registro e sistematização de dados e informações.

Foi o reconhecimento da importância desse processo que levou os membros da equipe da ITCP/UFPR, responsáveis por consolidar o processo de incubagem, a buscarem formas de apreendê-las e organizá-las. No entanto, o resultado do esforço em superar tal inconveniente não evoluiu: e mesmo as informações já existentes não estão hoje atualizadas, como verificado na Pró-Reitoria de Extensão da UFPR. Fato é que, apesar da insistência, essas informações nunca foram obtidas, dificultando a coleta de dados, o que explica a inexistência na pesquisa de dados básicos como número de cooperativas incubadas e ou desincubadas. Isso comprometeu a análise das referidas questões.

Posto isso, o período exploratório objetivou proporcionar a imersão da pesquisadora no contexto em investigação, para uma primeira visão geral do problema considerado. Buscou-se, assim, a focalização das questões e a identificação de informantes entre outras fontes de dados (MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1998). Diversamente do ocorrido na ITCFP/UFPR, as cooperativas se mostraram receptivas, facilitando o trânsito ao ambiente formal e informal. Embora também apresentassem dificuldade de organização burocrática e formal de dados e documentos, não ofereceram qualquer resistência ou objeção ao acesso ao material que dispunham. Assim, os dados solicitados sobre volume produzido, receitas, pagamentos a fornecedores eram esparsos ou inexistentes. No caso da COEMBRA, as informações sobre os cooperados e sua caracterização encontravam-se no livro de registro dos sócios.

Como se vê, a análise quantitativa prevista no projeto foi prejudicada pela situação descrita acima. Esse tipo de abordagem requer um trabalho de transformação de um conjunto de dados que permita a visualização da informação que não pode ser diretamente observada. A exposição dos seus resultados supõe uma postura isenta de preconceitos. São os procedimentos e técnicas destinados a auxiliar o pesquisador a extrair dos dados os subsídios que procura. (FALCÃO; RÉGNIER, 2000, p. 232) No caso da pesquisa em questão, não foi possível coletar

informações uniformes para o universo das cooperativas populares no período considerado¹¹. Os dados existentes, de forma parcial, referem-se aos primeiros anos da Incubadora e foram extraídos de documentos já publicados. No entanto, apesar da insistência, não foi possível, até o final deste estudo, atualizar os dados existentes relativos ao número de cooperados, à faixa etária, à escolaridade, à formação profissional, à renda, à receita e despesa, às quotas partes, aos fundos constituídos, às regras de funcionamento ou regimentos das cooperativas incubadas.

No caso das cooperativas populares, efetivamente de autogestão, é imprescindível proporcionar aos cooperados condições para compreenderem determinadas questões para sua organização e funcionamento, como por exemplo, a viabilidade econômica do empreendimento, o cálculo dos preços a serem praticados ou o cumprimento das obrigações impostas pela lei. Assim, as perguntas feitas aos sujeitos pesquisados refletem as questões teóricas que permitem ao pesquisador a reflexão consciente e crítica e não somente interpretações estatísticas e numéricas dos dados coletados, especialmente, por tratar-se de um público criado e acostumado com a informalidade, mas com elevados graus de domínio de saberes da prática.

Por tudo isso, a metodologia de pesquisa considerada adequada ao objeto em estudo foi, especialmente, a abordagem qualitativa. A definição metodológica deste estudo está fundamentada, portanto, em pesquisas qualitativas, mas utilizando-se, também, dados quantitativos para compreender e enriquecer o contexto dos dados. Grande parte das pesquisas educacionais atuais emprega predominantemente metodologias qualitativas de pesquisa embora alguns problemas educacionais necessitem quantificação para facilitar a análise e entendimento. Para Gatti (2004), isso pode decorrer da dificuldade de alguns educadores lidarem com dados numéricos e, conseqüentemente, dificuldade de leitura crítica e consciente dos trabalhos que utilizam essa abordagem metodológica. Para evitar lacunas na análise, essa dificuldade deve ser contornada de modo a garantir que seja incorporado qualquer dado traduzido em números que corroborem a melhor compreensão do tema em questão. Por isso, considerou-se que as pesquisas quantitativas resultem do conhecimento aprofundado do objeto de

¹¹ O universo aqui considerado é o conjunto de cooperativas incubadas pela ITCP/UFPR desde a sua criação em 1999 até 2007.

estudo e das interpretações do domínio dos instrumentos utilizados. As utilizações de métodos quantitativos e qualitativos mais sofisticados de análise surgiram a partir do final da década de 1970, com um referencial teórico mais crítico. Nos anos de 1980/90, a qualidade das pesquisas educacionais mostrou-se muito desigual em termos de captar a dinâmica e a estrutura do fenômeno educacional. (GATTI, 2001, p. 67-74).

Dentro do tema da formação e transformação de pessoas cooperadas, ou do seu comportamento quando associadas em uma cooperativa popular, a dimensão educativa está representada nas relações que vão construir valor ou um sistema valorativo no sentido mais amplo. Para obtenção desse dado, procurou-se saber: o que passa a ser mais ou menos importante para o cooperado; como conduz suas escolhas; como alterou trajetórias de vida, e se algo mudou a direção da vida. Por conseguinte, do ponto de vista metodológico, a pesquisa teórica voltou-se também para o exame do problema do valor e do poder. Quanto à da revisão bibliográfica, objetivava-se mostrar que a noção de valor não está circunscrita ao plano econômico, mas relaciona-se à esfera social, política e cultural das relações entre os seres humanos.

Assim sendo, analisar o conteúdo das falas, o uso e domínio da palavra na esfera das cooperativas populares e de suas relações, inclusive, com a respectiva incubadora faz parte da metodologia deste trabalho. As manifestações dos desejos/interesses e poder de convencimento dos associados expressam mudanças e capacidades individuais ou coletivas para afirmar suas convicções. Desse modo, decidiu-se por descrever e discutir como a doutrina cooperativista opera, como ela objetiva e subjetiva os cooperados. Ou seja, como a motivação, no âmbito da cooperativa popular, é exercida e de que modo ela atinge cada um e/ou o conjunto dos associados em relação às suas aspirações. Também foram abordadas questões: como a cooperativa, da qual a pessoa participa, responde ou corresponde a esperanças e sonhos individuais e/ou coletivos? E, como perspectiva profissional, o que faz dele espaço onde deseja trabalhar, mesmo com outra possibilidade de escolha?

Para o desenvolvimento desta pesquisa, selecionou-se a cooperativa popular cujos fatos e/ou informações eram capazes de enriquecer as reflexões pertinentes ao sucesso ou insucesso da experiência. Selecionou, também, uma que apresentasse alterações significativas de comportamento, permitindo refletir sobre a

superação de determinadas dificuldades enfrentadas e de outras insuperáveis. Nessa escolha, prevaleceu o critério da qualidade e disponibilidade de acesso ao material existente e às pessoas integrantes da cooperativa. A idéia, aqui, foi privilegiar ao máximo a possibilidade de captar a experiência em toda sua riqueza para garantir a profundidade que requer a análise pretendida. Os critérios considerados para a seleção incluíram desde o processo de criação da cooperativa, da escolha do grupo incubado com atividades relacionadas na sua caracterização até a atividade econômica pretendida, o número de participantes e a possibilidade de sucesso. Assim, considerou-se a análise da metodologia de criação de cooperativas populares pelas ITCP's desde a escolha dos grupos (pré-incubados) que envolve atividades relacionadas à construção da identidade do grupo de trabalho, sua cidadania, autoestima e visão de oportunidade de sobrevivência existente e inserção econômica e social de forma digna.

É bom lembrar que o modelo de incubadora adotado pela UFPR enfatizou a questão do trabalho e da renda também ao associar-se à SETP - Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná para trabalhar com formação de *empresas* vinculadas à vertente do *COOPERATIVISMO*, utilizando-se, também, de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Essa opção cooperativista se deve ao fato de ela trabalhar com grupos de pessoas e, portanto, potencializa os resultados tendo maior efeito multiplicador que iniciativas individuais. Enfrenta, também, a descrença generalizada na capacidade desses trabalhadores de gerirem, com eficiência, seu empreendimento como afirma o Secretário Nacional de Economia Solidária. (SINGER e SOUZA, 2000)

Logo, para alcançar os objetivos propostos no presente estudo, analisaram-se, por um lado, as decisões das assembleias gerais das cooperativas populares sobre a origem, o uso e o destino dos recursos da cooperativa, bem como as de caráter educacional e social das deliberações. Por outro lado, a participação dos cooperados no cotidiano, nas assembleias, nas relações familiares e sociais também foi objeto de análise. Procurou-se, assim, entender como as cooperativas populares propiciaram ou não as condições educativas para as relações entre seus integrantes e em outras interações externas, como as políticas, as familiares e as comunitárias e, conseqüentemente, relacionou-se o ambiente de trabalho das cooperativas populares com a prática educativa da doutrina cooperativista.

Após essa atividade, realizaram-se entrevistas com os cooperados e pessoas responsáveis pelo processo de incubagem e a análise minuciosa da documentação existente. Assim, conjugou-se a entrevista como instrumento de pesquisa, com a análise documental e a observação.

Quanto à seleção dos sujeitos para entrevista, optou-se por aqueles vinculados direta ou indiretamente à cooperativa selecionada: seu presidente e membros de diretoria, cooperados que participam ativamente e/ou silenciosamente nas assembleias, cooperados ausentes das atividades coletivas, clientes e membros da comunidade na qual a cooperativa está inserida. Para tanto, observou-se a linguagem distribuída em espaços e tempos em que a construção da subjetividade adquire outra aparência. Daí formularam-se perguntas que delimitam a atividade do pensamento social e passam ao primeiro plano como:

quem fala? Segundo que critério de verdade? A partir de quais lugares e espaços? Em que relações? Agindo de que maneira? Apoiando-se em que hábitos e rotinas? Autorizados de que maneira? Sob que forma de persuasão, sanção, mentira e crueldade? (DOMÉNECH, TIRADO e GÓMES, 2001, p.125)

No estudo de caso, foi especialmente observada a relação dos cooperados com a ITCP, dos cooperados novos com os antigos, dos mais velhos com os mais jovens e a relação de gênero. Nesse sentido, observou-se:

O problema, portanto, mais do que conhecer o significado de uma palavra ou frase é “com que se conecta, em que multiplicidades se implica, com que outras multiplicidades se junta. Para a análise da produção de subjetividades, não precisamos de semânticas ocultas, mas do esclarecimento do regime de produção de conexões superficiais. Trata-se de ver o que faz a linguagem, com que ela conecta e para que... O que torna possível qualquer relação ou intercâmbio é um regime de linguagem, incorporados em práticas que capturam os seres humanos sob diversas formas, inscrevem, organizam, formam a produção dessa mesma linguagem. (DOMÉNECH, GÓMES, 2001, p. 125-126)

Para apreender todos os aspectos da linguagem, passíveis de interesse para a análise, as entrevistas foram gravadas com a autorização dos entrevistados. Ao longo do encontro, registraram-se, por escrito, as observações pertinentes.

Em síntese, os procedimentos adotados neste estudo foram: análise de documentos, observação e entrevista. O eixo adotado para elaborar os relatos dos

cooperados incluirá um pequeno histórico do surgimento da demanda do grupo incubado, com destaque para as características pessoais e profissionais dos seus membros; o contexto em que surge a cooperativa, seus principais desafios e oportunidades; o produto ou serviço oferecido no mercado, seguido da estratégia adotada pela ITCP, sua perspectiva ou conteúdo peculiar do desdobramento prático implementado. Foi investigada a atitude dos cooperados perante o desafio da participação nas definições dos rumos da cooperativa, posto que a qualidade do voto emana do grau de transparência das informações relevantes ao coletivo e da forma de acesso à atividade. Isso lembra a dupla condição do cooperado, de proprietário e de usuário.

No caso deste estudo, as ações educativas presentes em processos coletivos no interior de uma cooperativa popular, foram definidas como categorias que direcionariam a análise dos aspectos mais conceituais e interativos nesse âmbito. A referida categorização está relacionada aos valores e princípios do cooperativismo¹² e ao Sistema Integrado de Gestão desenvolvido pela ITCP/COPPE/UFRJ¹³ nos quais estão implícitas as metas da ITCP/UFPR:

A missão para a ITCP/UFPR, definida desde a sua criação é a inserção social e econômica de trabalhadores historicamente excluídos dos bens sociais com o incentivo à formação de cooperativas populares autogestionárias e a valorização dos conhecimentos dos seus trabalhadores como meio de organização autônoma e democrática. (UFPR, 2002)

O Programa ITCP/UFPR objetivou ao mesmo tempo

dar uma educação aos estudantes com uma nova lógica, acreditando que o cooperativismo é um veículo dos mais pertinentes para a formação, por fundamentar-se em valores, como responsabilidade individual e coletiva, democracia, equidade e solidariedade ... gerar subsídios para o desenvolvimento de políticas

¹² Analisados mais detidamente nos capítulos seguintes.

¹³ No Sistema Integrado de Gestão, da primeira Incubadora criada, a ITCP/COPPE/UFRJ, são utilizados os seguintes indicadores para avaliar respectivamente: (1) a viabilidade econômica da cooperativa, (2) a viabilidade como cooperativa e, (3) a inclusão econômica e social dos cooperados, como segue: (1) a. grau de legalização e formalização do empreendimento; b. comprometimento dos sócios; c. estrutura de produção; d. garantia de direito à renda e proteção social; e. melhorias tecnológicas; f. evolução da receita; g. comercialização; (2) a. instrumentos de gestão; b. gestão democrática; c. representatividade da direção; d. responsabilidade social do empreendimento; e. solidariedade; f. igualdade entre os cooperados, e; (3) a. renda; b. qualificação; c. documento pessoal; d. autoestima; f. inclusão social; g. participação em atividades culturais; h. participação política. Disponível em: http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/redes_foruns.php. Acesso em: 29/05/2008.

públicas, locais e regionais, por meio de parcerias estabelecidas. (UFPR, 2002)

As três fontes escolhidas para referenciar as categorias da dimensão educativa das cooperativas populares justificam-se por três razões. Primeiramente, por representar, nos *princípios e valores do cooperativismo*, um sistema doutrinário reafirmado que é referência, em todos os tempos, no mundo todo, do mais genuíno pensamento cooperativista. Em segundo lugar, por traduzir, no *sistema integrado de gestão* (SIG), o entendimento do cooperativismo popular das universidades participantes da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, na sua prática e especificidades operacionais, considerando nesses indicadores construídos, aspectos relevantes das suas características e do seu funcionamento. Em terceiro lugar, por trazer a missão e os objetivos a que se propôs a Incubadora diretamente responsável pelas cooperativas integrantes desse universo pesquisado. Esses parâmetros de pesquisa foram estabelecidos porque se aproximam do entendimento do objeto de estudo e convergem para o mesmo fim. Portanto, são referenciais balizadores para aferir e qualificar o que se chama de dimensão educativa, observando os históricos princípios e valores cooperativistas, os indicadores do Sistema Integrado de Gestão (SIG) criados pela ITCP/COPPE/UFRJ e, a missão e objetivos da ITCP/UFPR.

Com o propósito de tornar mais fácil essa verificação, valeu-se de suas características para organizar outro reagrupamento. Para isso, a partir da adoção dos referenciais de categorias analíticas e, para valer-se adequadamente desse conjunto de coordenadas, várias tentativas de combiná-las foram feitas para alcançar a melhor forma de apropriação e interpretação de seus conteúdos. A ideia foi dar um formato mais apropriado à análise que, sem ser enfadonha e cansativa para o leitor, preservasse a riqueza dos seus significados. Pretendia-se reduzir o número de categorias, eliminando-se as repetições interconectadas em diversos pontos e temas apresentando uma classificação simplificadora que destacasse as ideias centrais, tornando-as mais claras e facilmente identificadas. Assim a necessidade de uma síntese do percurso metodológico adotado era reforçada em cada tentativa de análise. Desse modo, foi preciso, primeiro, trazer a compreensão do cooperativismo e sua doutrina em geral, adotada no mundo, depois, do cooperativismo popular no Brasil e na universidade mediante a experiência pioneira

do Rio de Janeiro para, então, chegar à da incubadora paranaense e respectivas cooperativas populares, entre elas a Cooperativa de Embalagens Brasil – COEMBRA.

Assim sendo, o primeiro reagrupamento, de cada um dos elementos dos três conjuntos considerados, foi identificado com letras e/ou números. Com esses códigos identificadores, reuniu-se cada um deles em torno de três grandes abordagens, a saber: relativas ao *comportamento* individual do cooperado; relacionadas à *qualidade de vida* e da família do sujeito e; ligadas ao *empreendimento* em si, à atividade produtiva, à forma de gestão e desempenho da cooperativa. Esse formato não resultou, no entanto, em um instrumento facilitador, pois os códigos, substitutos das frases ou palavras, requisitavam consulta constante à legenda para serem decifrados e compreendidos. Além disso, outros inconvenientes desse formato foram: permanência de repetições de pontos semelhantes ou iguais e, simplificação que tornou as categorias demasiadamente genéricas.

A segunda tentativa foi alocar os elementos em um mesmo quadro, paralelamente, e ligá-los com linhas, como um mapa. Tampouco essa forma foi eficiente para solucionar a questão. As identidades buscadas perdiam-se nessas linhas, como um emaranhado de teias.

Adotou-se, então, o recurso das cores, classificando as categorias conforme sua convergência principal. As ideias centrais de cada conjunto foram se mostrando produtivas para a interpretação de fatos relevantes da pesquisa. Dessa forma, adotou-se, para o primeiro grupo, a cor amarela, como pano de fundo das demais. Assim, sobressaíram os valores cooperativistas como solidariedade, respeito, equidade e democracia. Trata-se de valores cooperativistas que ligam diretamente a doutrina ao comportamento distintivo dos demais empreendimentos econômicos. Ainda do conjunto de valores mencionados, destacou-se em roxo, as categorias ligadas à questão da liberdade, no âmbito da cooperativa popular: a livre adesão, a gestão democrática, a autonomia e a independência. A liberdade representa mais que um valor; é uma aspiração primária, manifesta no ser humano e faz parte das expectativas explicitadas pelos cooperados. O terceiro conjunto reunido em azul são os de aspectos mais introspectivos, individuais, voltados para a educação, formação, cidadania e autoestima do cooperado. Estão relacionados à subjetividade e aos sentimentos do cooperado para com ele mesmo. Aparecem em rosa as que

representam a responsabilidade, a preocupação e o compromisso com o seu próximo, com a sua comunidade, com o coletivo e a coletividade. Esse conjunto apresenta um caráter relacional, interativo, externo e expansivo. Em verde, reuniram-se aquelas com elementos relativos ao empreendimento cooperativo, sua viabilidade e sustentabilidade econômica, organização produtiva e resultados em termos de renda. São esses aspectos que também garantem a constituição de fundos e proteção social dos cooperados. Normalmente, são esses indicadores os mais considerados na avaliação do sucesso de um empreendimento.

1.3.3 A definição do universo e os instrumentos de pesquisa

O universo considerado nesta pesquisa para a escolha do estudo de caso realizado foi o conjunto das cooperativas incubadas pela ITCP/UFPR desde a sua criação até 2007. A seleção desse universo se deve a duas fontes formais. Oficialmente, a experiência da ITCP/UFPR está registrada nos relatórios das atividades desenvolvidas pela instituição. Assim, segundo o Relatório de Gestão de 1998/2002 e o Relatório de Programa de Extensão Universitária de 2006, foram identificadas, respectivamente, 17 cooperativas já formadas e 8 grupos incubados no processo de incubagem desde a sua origem. Das comunidades incubadas atualmente, segundo informações obtidas verbalmente na própria Incubadora, cinco já pertenciam ao grupo do primeiro relatório mencionado. Concluiu-se, ao final, que existe na ITCP/UFPR um total de 20 experiências de extensão relativas à incubagem, como mostrado a seguir:

1. Cooperativa de Pescados de Antonina – SERRAMAR;
2. Cooperativa Mista dos trabalhadores da Capital Paranaense – COOPERCAMP;
3. Cooperativa dos trabalhadores em Telecomunicação em Informática do Paraná – COOPERTEL;
4. Cooperativa dos Trabalhadores em Portaria, Conservação e Limpeza – COOPER 21;
5. Cooperativa dos profissionais em Tecnologia de Informática do Paraná – COPTECH;
6. Cooperativa de Embalagens Brasil – COEMBRA;

7. Cooperativa de Taxistas de Foz do Iguaçu – COOPERTAXI;
8. Cooperativa de Campo do Tenente – COOPTENENTEANA;
9. Cooperativa de Produção Mista de Mandirituba – COOPERMANDI;
10. Comunidade da Vila das Torres;
11. Comunidade de Antonina – Turismo;
12. Cooperativa de Quitandinha;
13. Tijucas do Sul;
14. Rio Negro;
15. Fazenda Rio Grande;
16. Campo Magro;
17. Comunidade Indígena Guarani de Diamante do Oeste e Santa Rosa do Ocoí;
18. Associação dos Coletores de Metal reciclável Santo Aníbal - Acomar;
19. Coopermassa – Saúde Mental;
20. Cooperativa de Pesquisadores – Coopesquisa.

Identificadas as cooperativas deste estudo, pretendia-se realizar, inicialmente, uma análise preliminar da caracterização delas e dos cooperados em termos de atividade produtiva, horas trabalhadas e a volume de produção. Para isso, adotou-se o conjunto de informações levantadas nas publicações existentes, nos relatórios disponíveis, com o objetivo de atualizar a definição e identificação do universo das cooperativas incubadas na ITCP/UFPR. Entretanto, dada a imprecisão e precariedade das sequências dos dados mais atuais, foi impossível até o momento da pesquisa, recuperar e apresentar unidade aos elementos informativos, dispersos ou incompletos.

Esse levantamento deveria ter caráter contextualizador do universo considerado, mas não pôde ser confirmado em razão da inexistência de resposta da ITCP/UFPR às inúmeras solicitações feitas. Embora tenha sido prometido o retorno a essa demanda, nenhuma informação foi enviada até o momento deste estudo. As apreciações feitas a seguir estão baseadas, portanto, naquelas já existentes em relatórios e publicações anteriores. A análise comparativa e dedutiva ficou conseqüentemente restrita. A documentação, de modo geral, apesar de dados esparsos e incompletos, foi mesmo assim de grande valia, pois foram fontes que

forneceram, preliminarmente, informações da realidade das cooperativas e completaram as informações obtidas por outras técnicas de coleta.

Assim, o universo das unidades de análise selecionadas para esta pesquisa foram as cooperativas populares incubadas pela ITCP/UFPR no período de 1999 a 2007, perfazendo um total de vinte cooperativas (as vinte apontadas acima). Os sujeitos que participaram da entrevista eram associados à cooperativa selecionada: homens e mulheres, de 18 a 65 anos, de diferentes origens étnicas, de baixa escolaridade e, na maioria, de extrato de baixa renda. Trata-se, portanto, de uma população que faz parte de grupos sociais vulneráveis.

Foi nesse contexto que se decidiu pelo *estudo de caso* como o caminho mais adequado, como estratégia de pesquisa que possibilitou a análise do objeto em exame. Associaram-se a ele métodos e técnicas de coleta de dados como a pesquisa documental, a entrevista, a narrativa e a análise de conteúdo. O estudo de caso é um estudo intensivo que ocorre no ambiente natural do objeto pois objetiva a descoberta de novos elementos, novas respostas e novas indagações. Para melhor compreender a manifestação geral do problema, a interpretação contextual busca estabelecer relação com ações e comportamentos e as interações das pessoas envolvidas com a problemática. Desse modo, procurou-se retratar a realidade na sua multiplicidade dos fatos que a envolvem e a determinam.

Assim sendo, problematizando as questões atuais, acredita-se contribuir com futuras investigações relacionadas às cooperativas.

1.3.4 A coleta de dados

A investigação dos diversos documentos disponíveis, dos resultados das entrevistas e das observações possíveis teve seus registros voltados para as categorias de análise definidas e as particularidades do processo de incubagem da cooperativa. A cooperativa popular, por ser também uma construção política, convive com impasses que se sucedem, inclusive, na remuneração ainda muito baixa de seus integrantes, associada, quase sempre, com profissões em vias de extinção no mercado de trabalho, além da falta de acesso à tecnologia. Os elementos intervenientes do processo de incubagem não constituem uma fórmula na qual seja possível deduzir um resultado. Vários aspectos objetivos e subjetivos

compõem a realidade dinâmica da cooperativa. A análise, aqui desenvolvida, ressalta aqueles considerados determinantes no resultado do processo.

Conforme já anunciado, as fontes de informação aqui utilizadas se classificam em documental e de campo. As primeiras, fontes secundárias, referem-se a livros e relatórios impressos ou eletrônicos que possibilitaram conhecer a organização cooperativa e seu processo de criação. As de campo foram obtidas diretamente com os atores envolvidos na ITCP/UFPR, na cooperativa e na empresa pesquisada e, no seu entorno, por meio de entrevistas. Foram entrevistados sete cooperados, dois ex-cooperados e três professores, dos quais duas professoras, ambas coordenadoras da ITC/UFPR, e um professor, coordenador do Núcleo de Direito Cooperativo. Algumas conversas informais com técnicos membros da equipe também ajudaram em algumas reflexões sobre a situação das cooperativas e da Incubadora. Algumas entrevistas foram realizadas na própria cooperativa selecionada, onde o sujeito entrevistado e entrevistador puderam acomodar-se adequadamente, ou em local indicado pelo entrevistado, geralmente sua própria residência ou o local de trabalho. Com os cooperados em atividade, a entrevista realizou-se na própria sede; com os cooperados afastados nos locais por eles indicados e com os ex-cooperados, na empresa por eles criada. Portanto, foram diversos os locais nos quais se processaram as várias etapas da pesquisa e nas diversas instalações de infraestrutura atendendo-se, assim, à exigência necessária ao desenvolvimento das entrevistas. Houve restrição à gravação da entrevista, apenas quando da manifestação de um episódio de suposta fraude ocorrido na cooperativa.

1.3.5 Das entrevistas e análise

A entrevista com os atores envolvidos no processo de incubagem, por se tratar de esclarecimentos livres, permitiu ao entrevistador conscientizar-se como diferentes percepções são significativas a cada sujeito. Nesse sentido, Ludke e André (1986, p. 34) afirmam que “a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata da informação desejada”. Por isso, as entrevistas com os cooperados foram as mais definitivas para a análise proposta.

Na continuidade, desenvolveu-se, também, a análise qualitativa das respostas dos cooperados e dos professores envolvidos, fundamentada no roteiro de entrevista (Anexo A e B), nos documentos e nos depoimentos pertinentes à

cooperativa selecionada. Os registros orais obtidos mediante gravação eletrônica com a permissão do (a) entrevistado (a), seguiram o roteiro elaborado para a entrevista, marcado por perguntas pré-estruturadas, mas flexíveis à dinâmica desenvolvida em cada caso para alcançar sua finalidade.

Quanto à elaboração desse roteiro, seguindo os referenciais metodológicos descritos anteriormente, procurou-se englobar todas as questões contidas na presente proposta de estudo. Dessa forma, foram formuladas diversas questões que versaram sobre as seguintes variáveis: formação do cooperado (a) e experiência profissional anterior à cooperativa; inserção familiar, social e profissional anterior e atual; percepção sobre valor e ética nas relações (de trabalho, de mercado, de parcerias com outros cooperados, cooperativas e poder local); comportamentos na luta pela sobrevivência; conhecimento dos valores e princípios do cooperativismo; participação nas atividades e assembleias da cooperativa. As perguntas norteadoras ou questões de pesquisa aqui delineadas marcam diferenças com a pesquisa quantitativa, como salienta Trivinos (1987), pois perseguem respostas sintonizadas com sua natureza teórica. O aspecto qualitativo da caracterização é complementado pela abordagem quantitativa ao associar a análise documental dos objetivos e metas e dos projetos propostos para as cooperativas. Por meio das variáveis acima relacionadas pode-se imputar/perceber a observância dos valores e princípios cooperativistas.

Cumprido assinalar que, a falta de dados organizados e informações sistematizadas a respeito do objeto em questão, como apontado anteriormente, reforçou a necessidade e importância da entrevista. Assim, ela constituiu a fonte de informação mais segura, capaz de completar os dados extraídos de outras fontes e, principalmente, de revelar a aparência e o comportamento dos sujeitos, conforme se desejava. Tudo isso, outras técnicas de coleta de dados não permitiriam.

Quanto ao convite aos cooperados para participarem da entrevista, pode-se dizer que foi muito bem recebido por todos. As quatro primeiras entrevistas realizaram-se na sede da cooperativa, com os cooperados em atividade. Depois, foram marcadas, por telefone, as demais, na residência das cooperadas, hoje afastadas por problemas de saúde, mas muito atuantes no trabalho desde o início da cooperativa e comprometidas com o projeto da cooperativa. Nas entrevistas realizadas nas residências é que foram encontrados, casualmente, outros cooperados egressos da Cooperativa e que dispuseram-se a colaborar na pesquisa.

Nesse caso a entrevista realizou-se na empresa dos ex-cooperados. Nenhum dos entrevistados fez qualquer objeção em gravar a entrevista e todas transcorreram na maior cordialidade, com a ressalva de desligar quando solicitado, o que ocorreu, como já dito, apenas uma vez.

Todavia, a maior dificuldade para a realização das entrevistas se deu na própria Incubadora da UFPR: embora fosse marcado e confirmado várias vezes o horário, não havia a contrapartida esperada. Foram várias tentativas de horários e dias combinados sem o retorno esperado e, muitas horas de espera, tanto de informações solicitadas, quanto de telefonemas ou em e-mails enviados.

Em relação ao tipo de entrevista adotada, optou-se pela semiestruturada, com questões abertas e gerais, para permitir ao entrevistado discorrer e verbalizar seus pensamentos, posicionamento e opiniões sobre o assunto. Para Rosa e Arnoldi (2006, p.41), existe uma simultaneidade de interlocuções entre entrevistador e entrevistado quando penetram cada um na existência do outro. O entrevistador tenta alcançar, nesse quase monólogo, um conhecimento que o outro não possui, mas vivencia. Para as autoras, é imprescindível que o entrevistador tenha, como ponto de partida, a visualização do contexto externo, cultural e histórico no qual o sujeito a ser pesquisado está inserido, além dos elementos que considera internos à situação da entrevista: entrevistador, entrevistado e o tema em questão. Os elementos externos são fatores extrassituacionais que relacionam a entrevista com a sociedade, a comunidade e a cultura¹⁴. (ROSA; ARNOLDI, 2006, p.20) A entrevista envolve uma gama de procedimentos complexos que ultrapassam a simples coleta de dados: é uma construção comunicativa de um simples registro de discursos dos entrevistados que surgem como resposta a uma situação investigativa com a presença de interlocutores em um marco social (ROSA; ARNOLDI, 2006, p.38).

Pode-se afirmar que a confiabilidade se estabeleceu desde o primeiro contato, com o aceite ao convite de participação na pesquisa. Estabeleceu-se, naturalmente, um vínculo afetivo proporcionado por vários contatos, desde o reencontro com os cooperados já conhecidos, ou com os novos, quando da visita de reconhecimento para confirmar o acesso e disponibilidade da cooperativa e

¹⁴ As autoras discutem a microssituação, cuja definição do entrevistador e entrevistado depende de uma série de fatores psicossociais que afetam, favoravelmente ou negativamente, o processo comunicativo e a macrossituação que se refere à contextualização da cooperativa, local, social e cultural. (ROSA; ARNOLDI, 2006, p. 19 a 21)

cooperados. O acolhimento foi imediato. Na seleção dos entrevistados, não foi possível *não* incluir os que estavam no entorno: o sentimento de rejeição parecia muito evidente e forte, pois aguardavam, com certa ansiedade, o momento de sua entrevista.

Pretendendo avaliar sentimentos, crenças, valores, atitudes, razões e motivos acompanhados de fatos e comportamentos, procurou-se formular questões bastante flexíveis, deixando os detalhes e a sequência das minúcias por conta da dinâmica da entrevista o que naturalmente ocorreu no discurso dos sujeitos. A preocupação era apreender o modo de pensar e agir dos cooperados. Em regra, as entrevistas foram mais longas do que se estimava e duraram, aproximadamente, uma hora. Cada cooperado abordou, com mais ou menos detalhes, determinados fatos. Procurou-se facilitar a lembrança dos informantes segundo a conveniência de cada momento, como, por exemplo, assunto sobre compra de material escolar para os filhos e/ou netos, com apoio da Incubadora.

1.4 Perspectivas teóricas

As revoluções tecnológicas e o aumento da produtividade não resultaram em melhorias de condição de vida para a maioria das pessoas. Isso revela que a atividade econômica também materializa relações de poder na sociedade. Os meios mais eficazes de geração de excedente econômico não são acompanhados de novo contrato social correspondente. O argumento que se busca expor, aqui, é que os modos de produzir, viver e conviver vigentes têm produzido formas de articulação das capacidades produtivas de maneira a equacionar os resultados da produção e distribuição de excedente que não possibilitam a convivência harmônica ou sustentam a sua reprodução. Segundo Tauile (2001), ao discutir a importância do conceito de excedente, há um rompimento de qualidade em relação aos referidos modos em que a modernidade deixa de ser a referência. Acompanhando o pensamento do autor, é lícito pensar que as aglomerações humanas, inicialmente nômades, buscavam o necessário à sua subsistência, disputando espaços e alimentos com outros grupos. No princípio as relações, relativas ao tempo dedicado à sobrevivência, eram instintivas. Foi a mudança da capacidade de reflexão crítica e a comunicação com seus pares que alterou a relação do indivíduo com a natureza como agente transformador dela e de si mesmo. Somente a partir daí, pode-se falar

de trabalho, produção e excedente. As transformações qualitativas nas formas de consciência individual e de convivência coletiva promoveram inovações tecnológicas que marcaram, profundamente, a história da humanidade. Fixar-se em determinado espaço permitiu obter mais que a necessidade diária: permitiu produzir para o futuro, permitiu a *produção excedente, o trabalho excedente e o excedente econômico*. As vantagens da maior produtividade e, portanto, melhores resultados do tempo diário dedicado à produção não necessariamente eram repassadas ao coletivo: havia o líder, o chefe, o mais esperto ou mais forte que definiam a forma de apropriar-se do excedente produzido socialmente. A disputa de poder esteve sempre presente na produção e apropriação do excedente. Trata-se de formas relacionadas, como sintetiza o autor:

O movimento econômico dos agrupamentos sociais passou a ser regido não só pela disputa no interior de cada um deles, como também entre os agrupamentos sociais, pela apropriação do excedente produzido. Essa que é essencialmente *uma disputa de poder intra e inter-sociedades* não se restringe apenas à apropriação do excedente econômico, mas estende-se também à produção do excedente, pois elas estão umbilicalmente ligadas. A forma de produzir o excedente implica uma determinada maneira de distribuir esse mesmo excedente. Mais do que isso, essa disputa de fato está presente em todas as sociedades civilizadas, nas economias organizadas e nas suas relações umas com as outras, desde então até hoje. (TAUILE, 2001, p. 35)

A história da concepção de trabalho como atividade regular e sistemática de produção de bens e serviços resulta de um longo caminho percorrido pela humanidade trabalhadora. A organização do trabalho evoluiu, são construtos sociais cujas condições têm que ser constantemente reproduzidas. A visão fatalista de trabalho, carente de satisfações intrínsecas, como expressada em máximas religiosas ou em canções, leva as pessoas a aceitar empregos pouco atraentes que exigem atenção e dedicação permanentes, cuja motivação é o salário ou prestígio, associando-se a ele horários, férias e possibilidades de promoção. E, sem dúvida, uma minoria que se apropria direta ou indiretamente dos resultados do trabalho alheio. Acrescenta Enguita:

O capitalismo e a industrialização trouxeram consigo um enorme aumento da riqueza e empurraram as fronteiras da humanidade em direção a limites que antes seriam inimagináveis, mas seu balanço

global está longe de ser inequivocamente positivo. Se pensamos o mundo em seu conjunto, em lugar de fazê-lo somente na parte que ocupamos, não é difícil ver que destruimos a África e que demos lugar a uma escandalosa polarização entre riqueza e miséria na Ásia e na América Latina, fazendo com que milhões de pessoas vivam abaixo do nível de subsistência e substituindo prometidos processos de desenvolvimento autônomo – como na Índia e em outros lugares – por uma dependência atroz. Se examinamos a história dos povos que entraram em nossa órbita encontramos em toda parte processos de extermínio intencional – mediante as guerras – ou de genocídio derivado, mas muito mais eficaz – mediante a destruição de suas economias, do trabalho forçado ou da exportação de enfermidades às quais não estavam imunizados, como foi o caso de toda a Ibero-América. (ENGUIITA, 1989, p. 5)

O autor é pessimista nos balanços associados ao capitalismo e à industrialização, identificando duas fontes de *mal-estar* moral e psicológico: uma refere-se às necessidades pessoais, guiadas pela mídia ao consumismo; e outra, a ilusão de oportunidades para todos. Conseqüentemente, a frustração e a sensação de fracasso alimentam as listas dos males de hoje. Para ele, o principal problema são as mudanças radicais na função e nas características do trabalho e de seu lugar na vida das pessoas. Reforçando a colocação acima, a história do trabalho é mercada por um “caminho muito longo e tortuoso... vai desde a produção para a subsistência até o trabalho assalariado na sociedade industrial.” Assim sendo, é possível ter “ideia de suas dimensões e obstáculos se se pensa nas diferenças entre os extremos percorridos”. (ENGUIITA, 1989, p. 6)

Na opinião desse autor, tampouco são claras as diferenças entre trabalho, ócio e atos sociais rituais que podem compreender dimensões recreativas e sociais. Isso lembra a contribuição de Michel Foucault ao relacionar a história da educação aos estudos da vida cotidiana e de instituições de base como a família, as corporações e associações de trabalhadores. Foucault mostra o século das luzes também como o da disciplina, da *microfísica* do poder das instituições coletivas como: prisões, hospital, exército, trabalho e escola. Já Enguita sublinhou que,

enquanto nos espaços públicos como o mercado ou a esfera política as liberdades abriam caminho, nos espaços fechados como os citados criava-se toda uma parafernália de normas, regras e controles disciplinares destinados a sufocar a iniciativa e a individualidade. [...] o valor do seu trabalho para a análise da educação reside em trazer à luz o obscuro mundo oculto por detrás do retumbante discurso da educação, a trama disciplinar interior que

constitui a outra face dos supostos valores liberais e igualitários da escola. (ENGUIITA, 1989, p. 141 e 142)

Enguita afirma que as pessoas não são simples matérias primas destituídas de *inteligência e vontade*, embora, genericamente, a escola se caracterize *como uma instituição que busca moldá-las*. Por isso, seus

desejos, preferências, aversões, expectativas, experiências, etc., se traduzem em respostas individuais e grupais aos imperativos da instituição, com o resultado final de que os resultados obtidos por esta não podem chegar jamais a coincidir inteiramente com seus desígnios iniciais. (ENGUIITA, 1989, p. 218)

Interessa, pois, destacar aqui, a discussão levantada pelo autor sobre as distintas formas de atividade de trabalho: trabalho remunerado e trabalho por conta própria. Elas se aproximam do trabalho desenvolvido nas cooperativas populares. Nessa perspectiva, algumas questões podem ser formuladas a saber: em que medida a escola tomando como modelo a forma de trabalho assalariado pode socializar toda uma população que exerce distintas formas de atividade de trabalho? Qual a posição da força de trabalho formada para o emprego assalariado em contexto que exige capacidades de iniciativa e de decisão, exercício da autonomia e criatividade? O autor afirma que "mesmo no próprio âmbito do trabalho assalariado desenvolvem-se tendências que fazem duvidar da adequação da socialização escolar." (ENGUIITA, 1989, p.223)

Como se sabe, as forças de mercado acumularam, ao longo da sua evolução, desigualdades internas e entre países. O crescimento em volume e a variedade das trocas comerciais não têm garantido efeito estimulante e permanente às nações menos desenvolvidas. Embora a integração regional e o desenvolvimento sejam questões atuais, problemas de determinação do escopo para especialização lucrativa, da estrutura de produção apropriada e da distribuição igualitária dos benefícios entre os participantes nos intercâmbios, têm perspectivas de solução cada vez mais remotas. Isso, para não dizer o quanto essa questão é polêmica do ponto de vista econômico e político. A ideia difundida entre economistas¹⁵ segundo

¹⁵ Fez-se referência, aqui, especialmente ao ex-Ministro de Planejamento Delfim Neto, autor da frase que sintetizava a estratégia de crescimento adotada à época, ou seja, privilegiar os investimentos para primeiro

a qual a dimensão do *bolo* tem mais importância que sua divisão, já não é convincente. A ilusão de que a parte que cabe a cada um aumentará automaticamente se desfaz com a força da realidade, com a concentração da renda e do poder que hoje alcança no mundo níveis escandalosos, desesperadores e inaceitáveis para nações inteiras (SINGER, 2000). O problema da repartição está conjugado com o do desenvolvimento do homem e está no imaginário das diferentes sociedades, associado às respectivas culturas, valores, visões de mundo e expectativas do futuro.

Complementando essa idéia, Sen (2000) considera que a atribuição de valor dada por um indivíduo a determinados objetos e ações está ligada, entre outras coisas, ao valor que os atos humanos possam ter em si mesmos, mas essas atribuições não são puramente racionais ou objetivam maximizar benefícios e reduzir custos. O autor considera a pobreza como a incapacidade de a pessoa atingir os funcionamentos mínimos necessários à sua manutenção e a de sua família. Nesse enfoque, o trabalho e a renda são partes constituintes de estratégias de combate à pobreza e não um fim em si mesmo.

Por sua vez, o processo de desenvolvimento de uma nação ou grupo social não pode ser entendido como algo abstrato e distante das relações e dos valores interiorizados pela sociedade. As ideias de prosperidade e distribuição, as questões das exterioridades, a avaliação do bem-estar associado ao peso do produto nacional e o desemprego, entre outras inúmeras variáveis ampliam a noção de desenvolvimento econômico para o enfoque humano sustentável no qual o valor permeia toda a trama da existência humana.

De acordo com Jappe (2004), a sensação de que vivemos numa crise contínua e aguda é decorrente da miséria e do desemprego que se espriam pelo mundo. Para ele, não são as capacidades produtivas que estão em crise, mas sim o mecanismo de mediação representado pelo dinheiro. Os termos de troca ficam encobertos por um manto monetário, cuja representação de equivalentes se torna abstrata. Nessa direção, o autor representa, ao lado de Robert Kurz, aqueles que propõem uma análise da sociedade contemporânea a partir da crítica ao valor, ao sistema produtor de mercadorias e seus fetiches. O dinheiro, como intermediário na aquisição do que existe, transforma as pessoas no que elas podem pagar, ou seja,

a economia crescer e, somente depois, com seus resultados acrescentados, partir para a repartição da renda.

em possuidoras do dinheiro cujo poder é tão grande como do próprio dinheiro. Assim, as propriedades do dinheiro são as do seu dono e daquilo que ele pode comprar. “Como o dinheiro, conceito existente e ativo do valor, confunde e transforma tudo, é a confusão e transposição universal de todas as coisas, o mundo invertido, a confusão e a troca de todas as qualidades naturais e humanas.” (FROMM, 1978, p. 172)

Nesse contexto, as mudanças tecnológicas, organizacionais e institucionais resultantes de processos inovadores têm alterado os padrões de concorrência e comportamento das firmas com impacto sobre as estruturas de mercado. Em muitos casos, a resposta tem sido a busca por flexibilidade, que inclui novas técnicas organizacionais, de gestão da força de trabalho e de práticas inovadoras, além de redes de subcontratação que normalmente precarizam o mercado de trabalho. Esse processo de reestruturação produtiva tem exigido mudança de comportamento do trabalhador, o qual sofre seus efeitos mais nefastos.

Dentre as instituições¹⁶ de uma sociedade, o mercado é uma das que filtra a política econômica de diferentes formas, de acordo com a organização estabelecida. As instituições sociais ao mesmo tempo modificam os efeitos esperados. Os diferentes padrões de desenvolvimento que atingem o crescimento econômico não se traduzem, necessariamente, em benefícios no desenvolvimento humano. Nem sempre a prioridade explicitada no discurso teórico ou político atinge, na prática, seus objetivos. Muitas vezes, os que relacionam diversas variáveis intervenientes, ficam relegados por outros, não explicitados, que orientam as regras e decisões políticas. O mercado tem imposto formas de concorrência cada vez mais acirradas e complexas que escapam, muitas vezes, dos controles de regulação pretendidos socialmente.

Na visão de Oliveira (1998), a demarcação e submissão de controles institucionais de todas as formas de utilização do fundo público transformam o Estado em Estado mínimo:

trata-se da estrutura de um novo modo de produção em sentido amplo, de uma forma de produção do excedente que não tem mais o

¹⁶ O entendimento do mercado como *instituição* utilizado aqui é o da teoria institucionalista que considera as instituições sociais, todos os mecanismos e pressupostos sociais aceitos formal ou informalmente como, por exemplo, o sistema monetário vigente e os costumes de uma comunidade. Sobre o assunto, ver Hodgson (1998) e Williamson (1989) entre outros.

valor como estruturante. Mas os valores de cada grupo social, que dialogam soberanamente. (OLIVEIRA, 1998, p. 48)

Qual seria, nesse contexto, o alcance dos controles sociais, institucionais e do termo valor na construção das relações de poder, no comportamento e cultura da experiência formativa das cooperativas populares?

Sobre esse aspecto, concorda-se com Pedro (2002) para quem os valores propriamente não se ensinam nem se impõem mediante doutrinas confessionais ou laicas, nem com constrangimentos ideológicos e políticos, pois devem ser interiorizados, sentidos e vividos na experiência pessoal e coletiva das pessoas nos seus contextos. Neles, a dignidade humana, o direito à vida e à liberdade nas suas diferentes expressões e formas serão garantidos e respeitados, todos, sem exceção e sem prejuízo de razões subjacentes serem aprofundadas à luz de novas racionalidades que possibilitem outra ética mais consistente e aceita pelas mais diversas coletividades cívicas, religiosas ou culturais.

Com efeito, partindo-se do pressuposto de que os valores atravessam a existência humana e orientam as relações na vida das pessoas, pode-se, então, perceber que esses valores se ligam à compreensão das nossas concepções de mundo e das escolhas na determinação de propósitos transformadores da realidade.

A propósito, como lembra Marx (1974), somente o trabalho humano é capaz de criar valor novo na esfera produtiva. A circulação e atividades complementares à produção são consideradas, para ele, trabalho improdutivo, pois envolvem tempos que não criam valor. Essas características em que se incluem, também, a despesa com contabilidade e outros serviços auxiliares, representam um custo para o capitalista. Na divisão do trabalho, são agentes qualificados que as executam. A remuneração desses agentes compõe o custo de produção que, embora reduzido com a ampliação da produção, ganha importância para o controle e o planejamento da economia. O custo do dinheiro também faz parte dos gastos necessários para circularem as mercadorias na sociedade, mas, por natureza, improdutivo. Constitui um custo social que cresce com o desenvolvimento capitalista. São custos repostos pela mais-valia criada na produção.

Também a diminuição do tempo de trabalho com o desenvolvimento da indústria foi prevista por Marx (1974) ao afirmar que as máquinas asseguram a

libertação do homem, por potencializar, quantitativamente, a energia mecânica e por aperfeiçoar o processo tecnológico da produção. Para ele, o elevado grau de desenvolvimento transforma o trabalhador como força de trabalho para controlador do processo de produção. Acrescenta, ainda, que há uma mudança da própria base da riqueza social que deixa de se assentar na exploração da força de trabalho humano. A produção de uma verdadeira riqueza com o desenvolvimento da grande indústria torna o tempo de trabalho menos dependente da quantidade de trabalho utilizado e amplia o poder dos demais fatores produtivos como recursos naturais, capital e, especialmente, tecnologia. Esses fatores são

tributários do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. [...] é um processo natural, que ele (o trabalhador) transforma em processo industrial, e que coloca como um meio entre si e a natureza inorgânica que dominou. Ele eleva-se acima do processo de produção, em lugar de ele ser o fator essencial. Nesta transformação não é mais o trabalho direto realizado pelo homem, nem o seu tempo de trabalho que aparece como pilar da produção e da riqueza, mas antes a aquisição do poder geral da produção que lhe é próprio, a compreensão e o domínio da natureza pela sua existência enquanto ser social – numa palavra o desenvolvimento do indivíduo social. [...] o tempo de trabalho deixa de ser a medida desta e, por conseguinte, o valor de troca do valor de uso. (MARX; SUPEK, s.n.t.)

Do ponto de vista sociológico, político e tecnológico, o homem, acima do processo de produção que ele dominou, sofre suas consequências sociais, também discutidas por Marx (1974) quando das previsões sobre mudanças que afetam a sociedade e seu modo de vida ligada à sociedade da abundância, mencionada por Galbraith. Em O Capital, o autor explica que a produção de bens tem, por limite, a força produtiva da sociedade e a realização de seus valores, a capacidade de consumo da sociedade. Cabe, então, contestar, na análise das sociedades mercantis, a origem de sua coesão. Assim, como um sistema de valores dominado pelo individualismo consegue apreender a formulação e a gestão de uma sociedade em sua totalidade? De forma quase unânime, a economia política concorda que a coesão mercantil decorre de um princípio objetivo de complementaridade: o valor. É ele que une todos os participantes da troca e designa uma substância particular, da utilidade ou do trabalho segundo as correntes teóricas que fundamentam a razão de

troca ou a comensurabilidade das mercadorias. (AGLIETTA; ORLÉAN, 1990). Para esses autores, apesar de se atribuir a Marx

a mais profunda análise do trabalho jamais feita... se assinala sua incapacidade em acolher uma análise do desejo. A despeito da pretensão do marxismo em abranger toda a práxis humana, um reducionismo aí estaria perpetuamente vigente, isto porque o desejo humano tem forças que escapam às determinações que o trabalho supõe. Nesse vazio teórico, o individualismo triunfante da sociedade burguesa, em seu apogeu, pôde encontrar sua racionalização, graças à teoria da utilidade-escassez¹⁷. (AGLIETTA; ORLÉAN, 1990, p.45)

Segundo os referidos autores “a despeito de todas as indicações que Marx acrescenta à dimensão moral e histórica das necessidades humanas, o valor de uso permanece um enigma, porque ele não é concebido como uma relação social.” (AGLIETTA; ORLÉAN, 1990, p.45)

De acordo com a interpretação de Oliveira (1998), a característica dos conflitos da regulação capitalista constitui

trânsito da produção de mercadorias regulada, sobretudo pelo mercado para aquela cuja regulação dependeu basicamente dos direitos da cidadania, alicerçados, sobretudo nos novos direitos sociais e do trabalho (OLIVEIRA, 1998, p. 9)

É exatamente o que o neoliberalismo quer acabar. Portanto, a distribuição de riqueza relaciona-se aos valores e à atribuição de valores.

Prado (2005), em sua autocrítica, resgata a força teórica da lei do valor proposta por Marx, ou seja, instrumento para desvendar o andamento e direção do regime do capital. Falando da dificuldade da referida teoria atribuir valor ao trabalho pela perda da centralidade dele no pensamento econômico, o autor passa a defender, em Marx, que essa proposição é para ser negada pelo próprio modo de produção capitalista, conforme esclarece o trecho a seguir:

¹⁷ A teoria da utilidade relaciona o quanto cada consumidor está disposto a pagar por uma mercadoria com a satisfação que ela pode lhe proporcionar. Por sua vez, a quantidade ofertada de um bem define a disposição do vendedor em realizar a transação em função do preço de mercado. Quando há escassez de um bem, ou limitação em relação à demanda, seu preço será determinado pela faixa de consumidores dispostos a pagar mais por ele. Logo, quanto mais escasso, maior o seu preço de mercado. São as premissas das curvas da oferta e da procura que indicam o preço de equilíbrio em um mercado de livre concorrência.

Em primeiro lugar porque, se os economistas e sociólogos desprezam o trabalho enquanto atividade criadora e recriadora das bases da vida social, daí não se pode concluir que não seja central no processo de reprodução da sociedade humana. Ao contrário, é possível argumentar que assim eles o ocultam para fazer com que o sistema de relações sociais atualmente existente, de acordo com sua própria aparência, figure seja como ordem natural seja como uma ordem espontânea. Em segundo lugar porque o autor deste livro passou a considerar que o valor trabalho é uma referência absolutamente essencial para compreender o capitalismo contemporâneo, já que crê encontrar, em seu processo atual de desenvolvimento, uma tendência, ainda que não inexorável, para a destruição da vida humana civilizada possível na face da terra. (PRADO, 2005, p.9)

Segundo esse autor, para elucidar o problema de o valor trabalho deixar de ser aceitável para a compreensão do atual modo de produção, é preciso averiguar a questão da existência histórica do valor, como explicitado abaixo:

Antes do capitalismo, o valor não existe como tal, porque ainda não existiam as próprias condições de formação do tempo de trabalho socialmente necessário na esfera da produção. Não tinham surgido ainda as condições históricas que põem como indiferentes entre si os tempos de trabalho individuais empregados na fabricação de produtos para o mercado, ou seja, a produção orientada pelo capital industrial e submetida às condições da livre concorrência. (PRADO, 2005, p. 11)

Prado considera que a tendência à transgressão da lei da igualação da taxa de lucro pelos capitais produtivos, nas condições do capitalismo monopolista cada vez mais presentes, depois da grande depressão do final do século XIX (1873-1896), torna-se real e permanente no modo de produção capitalista. A magnitude da escala, escopo e uso de gerência científica, criou diferenciações nos mercados de força de trabalho, como por exemplo, a chamada aristocracia operária. Diz Prado:

Em síntese, no que se refere ao problema da constituição da relação de valor, o capitalismo monopolista consiste na própria desmedida dos preços de produção, desmedida esta que provoca crises de regulação no modo de produção, as quais passam a demandar uma progressiva intervenção do Estado no balanceamento do sistema econômico. ((PRADO, 2005, p. 11-14)

Segundo esse autor, depois da crise dos anos 70 do século XX, temos o advento da pós-grande indústria. Nessa época, o capitalismo em nova etapa caracteriza-se pela desmedida do próprio valor, ou seja, *pela negação da possibilidade de cristalização do tempo de trabalho socialmente necessário na produção de mercadorias*. Ele identifica, também, nessa nova etapa, uma tendência do capitalismo em *separar a propriedade capitalista do capital em funcionamento, e distinguir a subclasse rentista da subclasse dos gestores do capital*. Melhor dizendo, o capitalismo separa aqueles que vivem de rendas, daqueles que vivem do seu trabalho. Manifesta-se, então, com mais intensidade *que o capitalismo não pode ser pensado apenas com base em sua lógica sistêmica*. (PRADO, 2005, p.14) Prado assegura, assim, que temos uma medida de tempo de trabalho abstrato, arbitrária e dependente do capital financeiro em vez do tempo de trabalho socialmente necessário que se formava objetivamente. E segue afirmando ainda para essa etapa que

não é mais verdade que o capital financeiro se constitua pela fusão do capital monetário com o capital produtivo [...] ao contrario, este passa a se definir pela repulsão do capital produtivo, pelo afastamento em relação à produção propriamente dita. Ora, isto se mostra ao nível da realidade efetiva por meio da chamada terceirização, que deixa de ser um expediente da exploração para se tornar uma norma geral na produção capitalista. Desse modo, continua havendo a subordinação do capital industrial ao capital financeiro, mas a lógica de valorização que passa a predominar não é mais a do capital industrial, mas sim a própria lógica de valorização do capital financeiro. Da busca do superlucro na esfera da produção passa-se, então, à caça da renda financeira como forma por excelência da valorização. Ao invés de procurar comandar a produção para capturar lucros excedentes, o capital financeiro instala-se preferencialmente fora da produção, imprime o selo da propriedade privada na inteligência coletiva, para assim melhor poder puncionar a mais-valia aí gerada. (PRADO, 2005, p.15)

Diante disso, mais uma vez situam-se as questões básicas desta investigação: analisar uma unidade econômica cooperativa cuja produção é pequena, com baixo nível de organização e quase inexistência de separação entre capital e trabalho. Segundo critérios internacionais da OIT, todos que nela trabalham são considerados autônomos. Quanto ao trabalho cooperativo, aproxima-se das classificações do

trabalho autônomo e do informal.¹⁸ E aproxima-se da chamada terceirização citada acima.

¹⁸ Segundo a 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho (1993), a ampliação da categoria de assalariamento sem carteira assinada provocou revisões nos critérios de classificação e definição de assalariado, autônomo ou por conta própria, autônomo para a empresa e autônomo para o público. (DIEESE, 2007)

2 O COOPERATIVISMO E A UNIVERSIDADE

Neste capítulo será resgatado o contexto do cooperativismo no mundo e da Economia Solidária no Brasil, seguida de história das cooperativas populares dentro das universidades, com a criação das suas incubadoras. O objetivo é construir um panorama que situe o leitor nos caminhos trilhados até a escolha do estudo de caso realizado nesta pesquisa. Nessa perspectiva, em termos metodológicos, adotou-se a pesquisa exploratória.

2.1 O cooperativismo e os problemas no mundo

As repercussões da globalização e das novas tecnologias no mundo do trabalho, a legislação social e a preservação do meio ambiente entre outros, colocam os atores sociais diante de problemas seculares como a pobreza e a desigualdade e tudo o que elas acarretam. Por conseguinte, resolver em âmbito mundial, a situação de miséria e fome de milhões de pessoas torna-se uma tarefa prioritária da sociedade. Isso pressupõe mais do que respostas criativas: exige superar paradigmas na forma de produzir e distribuir a riqueza e, portanto, exige discussão da forma de criação e apropriação de valores. O reconhecimento dessas necessidades, particularmente de alternativas de ações humanas visando à redução das desigualdades sociais está cada vez mais presente, enfático e generalizado. Ações nesse sentido ultrapassam o meio intelectual e político e alcançam, em número crescente, as empresas preocupadas com sua responsabilidade social.

Aliás, a análise do conjunto de grandes crises da modernidade revela direitos sociais pouco implementados no mundo menos desenvolvido e o esgotamento da perspectiva socialista. Os déficits de valores democráticos e sociais são cada vez maiores, bem como as dificuldades de coordenação do dilema *mercado formal e informal* agravado pelo crescente e persistente número de desempregados. As consequências são mais perversas para a classe trabalhadora mais pobre, com o fim da expectativa de mobilidade social e a ausência de mecanismos e instituições capazes de impedir ou reverter esse processo.

Da mesma forma, as transformações produtivas posteriores ao período de industrialização mais intenso no Brasil tampouco se deram com maior equidade. O

notável avanço da ciência e da tecnologia não foi comparado no plano existencial, sequer para superar a pobreza. A desalentadora situação social vai além da crise econômica e de recursos para investimentos compensatórios. Tem raízes também na deterioração do sistema democrático, além dos estilos de desenvolvimento que condicionam o grau em que se gera a pobreza.

Entre tantos autores que tratam da desigualdade social, destaca-se, aqui, o velho filósofo e educador Rousseau (1994). Para ele, a origem dela está na forma da organização social, condicionada pelo mercado, pela ação do Estado e pela participação comunitária já que, em seu estado natural, todos os homens são iguais. Esse autor ousou, em sua época, discordar da ideia de que a ciência seria propulsora do progresso humano. Isso, para ele, corresponderia à decadência da virtude e um estreitamento das desigualdades entre os homens. De fato, hoje pode-se observar que o desenvolvimento não parece indicar soluções para os problemas de sobrevivência humana, o que coloca em cheque a fé no progresso que fundamenta a ideologia democrático-capitalista ocidental. O resultado das mudanças impostas pela concentração extraordinária de capital é a predominância da valorização econômica como valores da sociedade. Tal valorização, em seu conjunto, esbarra na dificuldade da generalização do bem-estar: ter uma vida produtiva e criativa, sintonizada com as necessidades e interesses de cada um. Ao contrário, a pobreza, é vista como situação que combina privação, insatisfação, deficiências, falta de acesso aos bens sociais, escasso poder político e jurídico; demonstra a vulnerabilidade, a apatia e a frustração das tentativas de superação de carências que se inter-relacionam e se potencializam. As políticas compensatórias são urgentes, mas incapazes de atingir os elementos que vão além das preocupações de curto prazo que modificarão os condicionantes da pobreza e da desigualdade.

Para Sonia Rocha (2003), a preocupação com a desigualdade e a pobreza nasce nos países desenvolvidos e representa um alerta dos cientistas sociais perante o distanciamento dos discursos políticos triunfalistas e os problemas de sobrevivência de grupos desprotegidos. A ausência de respostas macroeconômicas para solucionar a questão da pobreza e os problemas dela decorrentes, exceto os de distribuição regional ou setorial através de estímulos criados pela política econômica, deu lugar às intervenções locais para o alcance de resultados mais efetivos. No entanto, os requisitos preconizados pela área econômica, como

qualificação de mão de obra, escala de produção e equipamentos com tecnologia de ponta para enfrentar a concorrência e acumular capital, não estão ao alcance da população mais pobre.

Como se sabe, a pobreza é um componente estrutural na formação social e econômica dos povos latino-americanos, dada a longa duração na sua história. As condições de trabalho no campo como na cidade sempre foram muito desiguais, e, em geral, marcadas pelo autoritarismo do governo e dos patrões e pelas longas jornadas de trabalho. Nos anos 1990 e na atual década, o lento crescimento da economia só agravou esse quadro, ampliando-se, brutalmente, o contingente das populações marginais na cidade, acarretando violência e tráfico de drogas. O desemprego aumentou, o dualismo se agravou e os migrantes do campo, sem espaço na cidade, tentam, sem projeto claro, movimentos como dos Sem-Terra. Os bolsões de pobreza, amparados pelo bolsa-família, não encontram outros programas como educação, saúde e emprego, inviabilizados pela falta de dinamismo econômico. A persistência da pobreza sintetiza diversos problemas nacionais e dificulta iniciativas capazes de alterar essa realidade. Assim, informalidade no mercado de trabalho, questão fundiária, política de remuneração, déficits de oferta de serviços públicos básicos, diferenças de rendimentos entre pessoas e desequilíbrios regionais, tudo isso somado à enorme concentração de riqueza torna a desigualdade uma característica da história brasileira.

Contudo, mediante organizações comunitárias, como resposta inicialmente espontânea e posteriormente organizada, a população pode tentar resolver, de forma coletiva, suas necessidades. Essas organizações dão origem, também, à experiência reivindicativa e de luta social. Nas sociedades ocidentais modernas, cabe ao Estado tratar do problema da inclusão social. Ampliar a interlocução social se transforma, por conseguinte, na condição para a integração da sociedade. Para Santos, “a emergência de múltiplas e diferenciadas práticas de luta anuncia, hoje, a necessidade de reverem-se os paradigmas e as verdades absolutas”. Para esse autor, a nova configuração do capitalismo, com nova configuração política, novas categorias e conceitos analíticos trouxe ao trabalhador a possibilidade de identificar o poder que o subjugava no cotidiano do seu local de trabalho. (SANTOS, 1992, p.109) Mais adiante, ele acrescenta:

O processo de aprendizagem que decorre do exercício prático da forma organizacional coletiva – não há outra forma de se aprender e trabalhar coletivamente senão trabalhando coletivamente – favorece e exige a iniciativa e participação ativa de todos que se encontram no coletivo. (SANTOS, 1992, p. 125).

Assim, aqueles que pretendem construir um mundo mais justo reconhecem o papel educador das cooperativas como possibilidade concreta de mudanças de comportamento. Assim, a cooperativa é uma das alternativas para a nossa sociedade que, baseada na concorrência, alcança, cada vez mais rapidamente, o limite da sua sustentabilidade, também cada vez mais agravada pela persistente elevação da taxa de desemprego no mundo. Hoje existe mais de um bilhão de pessoas desempregadas no mundo.

Apesar desse quadro, as possibilidades de crescimento são tolhidas com as tentativas dos gestores em reduzir os gastos sociais. Assim, as reformas do Estado, somadas à desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, às profundas mudanças nos regimes e formas de remuneração do trabalho agravam ainda mais o problema e ameaçam a coesão social. Além disso, outros fatores como o gênero e a raça complicam essa situação, por amplificar as desigualdades – um fenômeno que conta com raízes profundas na cultura brasileira. Nessa direção, citam-se, por exemplo: a remuneração dos homens, em média corresponde a um salário 42% superior ao das mulheres; os negros e pardos ganham, em média, de 40% a 50% menos que os brancos. O índice de desenvolvimento humano da população afro-brasileira, que varia entre 0,575 a 0,607, está muito abaixo da média nacional que foi de 0,792¹⁹ em 2006, 69ª colocação no ranking do IDH estimado em 177 países. Essa situação não se altera com a recente inclusão do Brasil no grupo de países com IDH acima de 8. Mais do que pela ausência estrutural de recursos econômicos, a gravidade da situação social brasileira se explica pelo altíssimo índice

¹⁹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida e natalidade para diversos países do mundo. É uma maneira padronizada de avaliação de medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil. O índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Hag, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em seu relatório anual. Desde 1990, o Brasil subiu 14 posições entre os 177 países avaliados. Em 2005, o Brasil ocupou a 65ª colocação e em 2006 a 69ª com o mesmo índice = 0,79; 6 países da América Latina e do Caribe têm desempenho superior ao brasileiro, eles são México (53º no ranking, IDH de 0,816), Cuba (52º no ranking, IDH de 0,817), Costa Rica (48º no ranking, IDH de 0,841), Uruguai (43º no ranking e IDH de 0,851), Chile (38º no ranking, IDH de 0,859) e Argentina (36º no ranking, IDH de 0,863) e Barbados (31 no ranking, IDH de 0,879) . A Noruega lidera o ranking novamente, com IDH de 0,967. O Brasil aparece logo abaixo da Romênia e logo acima da Rússia.

de desigualdade. Embora tenha melhorado nos critérios *educação* e *longevidade*, o Brasil perde no da *riqueza*. A desigualdade de renda brasileira está entre os primeiros lugares no mundo – 46,9% da renda estão nas mãos dos 10% mais ricos e somente 0,7% estão com os 10% mais pobres²⁰. A diferença na qualidade de vida entre ricos e pobres é imensa no Brasil, internacionalmente conhecido por ser uma das sociedades mais injustas do planeta, embora dados estatísticos recentes²¹ mostrem que o quadro começa a se alterar: entre 2001 e 2004 a renda dos 20% mais pobres cresceu cerca de 5% ao ano enquanto os 20% mais ricos perderam 1%. Considerando que nesse mesmo período houve queda de 1% na renda *per capita* e o Produto Interno Bruto (PIB) não apresentou crescimento significativo, a explicação para a redução das desigualdades está, segundo a referida fonte, nos programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família. Esas dados demonstram a necessidade de mudança na lógica de funcionamento do Estado para, efetivamente, responder às demandas dos setores sociais.

Em suma, as contradições geradas pelo sistema capitalista evidenciam os limites dos modelos adotados por produzirem e acentuarem inúmeros problemas sociais. Embora a inserção econômica não promova, necessariamente, a inserção social, sem dúvida é seu pré-requisito. Nesse contexto, as experiências brasileiras dentro do cooperativismo voltadas para uma parcela da população excluída dos bens sociais assumem visibilidade. Apresentam-se como possibilidades de promover a educação inserindo-a no mundo político e na vida produtiva.

Efetivamente, o problema da produção e da distribuição de riqueza no Brasil, que configura o quadro de miséria e violência, não se reduz ao poder de barganha relativo de capitalistas e trabalhadores. Se assim o fosse, a exploração estaria confinada à órbita do intercâmbio de mercadorias, deixando o domínio do capital sobre o processo de produção como processo de valorização²². Alguns autores discutem a questão do pleno emprego como integrador social ainda alcançável nos dias de hoje, em contrapartida a outros que afirmam não ser mais o emprego a forma dinâmica integrativa, vislumbrando uma nova relação social e política. A

²⁰ O Brasil é o oitavo país pior colocado no ranking do Índice de Gini com 0,593 no ano de 2005. O modo de calcular a distribuição de renda pelo Coeficiente de Gini indica 0,00 como a melhor distribuição, ou seja, significa que todos no país têm a mesma renda e, 1,00 significaria que uma pessoa tem toda a renda nacional.

²¹ Ver resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

²² BELLUZZO, L. G. de M. Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a Economia Política. 3.ed. Campinas: UNICAMP-IE, 1998.

proporção da classe operária subordinada ao capital é declinante e muitas lutas já estão fora da relação salarial. A economia informal cresceu em todo o país, notadamente na década de 1990, com o aumento dos índices de desemprego e da precarização do trabalho. Como resultado da política econômica vigente no país e da ausência de políticas públicas voltadas para o emprego, o número de postos formais de trabalho decresce. A privatização das empresas estatais igualmente faz subir, de forma significativa, o número de trabalhadores que buscam formas alternativas de sobrevivência. Vislumbram o trabalho produtivo sem passar pela relação capitalista; o trabalho é possível sem a organização fabril. A esse respeito, Haddad lembra Marx ao mencionar os limites da ação sindical que opera no interior do sistema de trabalho assalariado, sem superá-lo. Para ele, a abolição do sistema de trabalho assalariado desloca a discussão, imediatamente, para o tema do cooperativismo. (HADDAD, 2003)

Com esse argumento, podem-se entender as razões e a importância que as cooperativas ganham nessa conjuntura: representam mais que uma possível alternativa ao desemprego. Elas proporcionam, desde a sua concepção, a oportunidade de promover a *pessoa* em relações igualitárias, sem subordinação ou exploração. São essas as motivações que caracterizam e reforçam o movimento da economia solidária atualmente. As cooperativas trazem, para o seu cotidiano e desenvolvimento das atividades, os centenários valores e princípios cooperativistas. As experiências de economia solidária, que ressurgem em todo o mundo, resultam de processos espontâneos e programados, muitas vezes, com fórmulas antigas, em novas versões, para o enfrentamento dos problemas também antigos, mas com grau de complexidade cada vez maior. As políticas públicas, quando voltadas para a superação de problemas sociais, podem concretizá-los com a implementação das cooperativas populares.

De fato, as experiências conhecidas como *economias solidárias*²³ têm origem em processos de enfrentamento desses velhos problemas. Elas têm sido apresentadas recorrentemente em encontros como o do Fórum Social Mundial²⁴.

²³ Por economia solidária, entende-se, oficialmente, todo o conjunto de atividades econômicas que são organizadas e realizadas solidariamente sob a forma de autogestão, como cooperativas, associações, empresas de autogestão, grupos solidários, redes solidárias, clubes de troca, etc. (SIES, 2005)

²⁴ O Fórum Social Mundial (FSM) se reafirma, desde 2002, como *espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao*

Entre essas experiências está a da *cooperativa popular*. O objetivo central dessas experiências é buscar as condições educativas favoráveis e necessárias à constituição de seres socialmente conscientes da igualdade essencial entre os homens.

Com efeito, o tema da economia solidária está no novo cenário nacional, regional e local constituindo um ponto de partida para análise das trajetórias e das realizações do movimento cooperativo nos países latino-americanos, entre outros, como forma de repensar os desafios presentes e futuros. Portanto, a economia solidária faz parte das preocupações das políticas locais, dos governos estaduais e municipais que tentam minimizar os efeitos negativos do ambiente macroeconômico adverso. Para tal, criam outro ambiente mais atrativo para novas empresas, fornecendo serviços públicos que reduzem os níveis de desigualdade entre famílias. Nessa medida, o cooperativismo autêntico faz parte da chamada *economia solidária*, uma vez que os trabalhadores detêm igualitária e democraticamente a posse e o controle do empreendimento. Eles têm, na autogestão, a possibilidade de tentar, de modo concreto, identificar seus problemas e limites para, coletivamente, enfrentar os conflitos no interior das comunidades com a perspectiva transformadora, somando esforços ao depararem-se com as barreiras externas.

No entanto, para compreender a anatomia da sociedade e o atual momento histórico, seu processo de transformação e estratégias utilizadas pelos trabalhadores como alternativas ao mercado de trabalho flexibilizado, é imprescindível considerar objetivamente que as condições de existência do homem como ser no mundo se revelam pelo trabalho, em todas as dimensões. O trabalho, na suas diversas configurações, é foco de atenção dos atores sociais independentemente dos interesses que justificam essa motivação. Nesse caso, citam-se: o Estado por meio das políticas públicas; as Organizações Não-Governamentais – ONG's, com políticas sociais; as empresas por meio da responsabilidade social empresarial; as universidades que criam propostas

neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, configurou-se um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. Essa definição está na Carta de Princípios, principal documento do FSM. O Fórum Social Mundial se caracteriza, também, pela pluralidade e pela diversidade, tendo caráter não-confessional, não-governamental e não-partidário. Ele se propõe a facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de outro mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial. O Fórum Social Mundial não é uma entidade nem uma organização. (Fórum, 2005)

inovadoras de incubagem, além de inúmeras iniciativas que emergem de vários segmentos organizados da sociedade. Tratou-se, aqui, de um fenômeno econômico e social emergente, resultantes das transformações ocorridas nas últimas décadas no mundo todo como as associações de bairro, os clubes de troca, associações cooperativas, os piqueteiros, as instituições comunitárias em geral. São ações que privilegiam a escala local.

Ademais, a natureza das realizações materiais, das capacidades, da expectativa de vida ou direitos humanos está intrinsecamente vinculada às oportunidades de escolha que permitem a cada um levar a vida da forma que gostaria. As escolhas não dependem, necessariamente, do acúmulo de riquezas obtido, mas sim do acesso às informações e do grau de cooperação que existe entre os membros de uma comunidade. Nesse sentido, a importância do cooperativismo no mundo hoje reside nas chances de ele ser uma organização capaz de mudar comportamentos, atuar com outra racionalidade, e condicionar novos hábitos, ações, posturas e regras²⁵.

Segundo a definição adotada pela Aliança de Cooperativa Internacional (ACI) - Américas/1995,

[...] cooperativa é a associação autônoma de pessoas agrupadas voluntariamente para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade conjunta e controlada democraticamente. (IRION, 1997 p. 181)

Portanto, constitui um conjunto de pessoas organizadas para obter benefícios mútuos do ponto de vista econômico e social. Resumir em uma só frase, ou de forma sintética, o conceito de uma instituição tão complexa, não é tarefa fácil. Mas, uma possibilidade seria dizer que o fenômeno chamado cooperativa se manifesta ao observador segundo o instrumento de observação ou ângulo que é apreciada. Se analisada pelo resultado

[...] não visa lucro [...] pelos objetivos [...] elimina intermediários [...] pela estrutura [...] o quadro social é formado por pessoas físicas[...] pelo lado econômico[...] organiza a distribuição equitativa da riqueza[...], etc. (IRION, 1997 p. 181)

²⁵ Esta discussão está mais desenvolvida em Amartya Sen (2000), Boaventura de Souza Santos (2002) e na dissertação da autora anteriormente mencionada.

Pela Lei brasileira nº. 5.764/71²⁶, no seu artigo 4º, fica estabelecido que

as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de sócios, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social, representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital de cada associado, facultado, porém o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade do voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das atividades de crédito, optar pelo critério de proporcionalidade;

VI - quorum para funcionamento e deliberação da Assembléia Geral, baseado no número de associados e não de capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de reserva e de assistência técnica, educacional e social;

IX - neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (IRION, 1997 p. 182-183).

Assim, a cooperação ou *operação em conjunto* deve pressupor uma coordenação de interesses e objetivos comuns ou convergentes de pessoas que são protagonistas da ação em relações associativas, preservada a independência e autonomia de cada indivíduo, sem prejuízo das decisões coletivas. As cooperativas devem propiciar aos seus sócios a participação democrática nas suas decisões e definição dos seus rumos, além da apropriação dos excedentes gerados e da remuneração direta ao trabalhador, sem intermediários. O desafio de constituição de uma verdadeira cooperativa está na validação dos seus princípios e valores,

²⁶ A Lei 10406/02 do novo código civil traz mudanças importantes a respeito da organização das cooperativas sobre: o número de cooperados, o capital social, o registro em cartório Civil de Pessoa Jurídica (porque a cooperativa está classificada como sociedade simples), a indivisibilidade do Fundo de Reserva e do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES e, a responsabilidade societária com limite previamente declarado. As interpretações são discordantes em vários aspectos e a Lei nº. 5.764/71, todavia não sofreu as devidas adaptações.

elaborados e consagrados no mundo, há mais de cem anos, fundamentando negociações éticas com a comunidade. A estrutura e instrumentos legais podem viabilizar a gestão e o controle democrático da organização e garantir aos associados direitos e deveres iguais. A própria lei, como mencionado anteriormente, estabelece os requisitos para outro tipo de relação profissional e social em relação às formas convencionais. Com isso, as cooperativas têm chances de prestar a sua contribuição para uma nova organização das relações entre poder e saber ao participar da criação de novas categorias dirigentes que renovam os entendimentos relativos às atividades produtivas.

Entre os aspectos positivos da citada lei, está a afirmação de que as cooperativas de trabalho, quando corretamente constituídas e desenvolvidas com base nos princípios do cooperativismo e nas condições por ela estabelecidas, com preocupação em manter a sua integridade são grandes impulsionadoras dos valores sociais do trabalho. Apesar de não ocorrer um pacto laboral, elas possuem condições de crescimento profissional muito superior às que se poderia ter como empregado assalariado.

As cooperativas de trabalho tampouco se confundem com sindicatos, apesar da semelhança. Assim, a relação dessas cooperativas com seus associados é de prestador de serviços de autônomos. Vale ressaltar que todos os cooperados são obrigatoriamente segurados da Previdência Social na qualidade de autônomo, conforme Decreto Federal nº 2172/1997.

Em última análise, por meio das cooperativas, os trabalhadores de baixa remuneração podem desvincular-se de intermediários e apropriar-se de maior parcela de renda gerada pelo seu próprio trabalho. Constituem, portanto, uma alternativa viável de sobrevivência e emancipação econômica e social. Populações destituídas dos bens sociais necessários para suprir a existência em termos do exercício da cidadania, além das necessidades básicas enfrentam, contudo, dificuldades de natureza diversa: pessoais, econômicas, culturais, institucionais entre outras, que representam verdadeiros obstáculos para que possam, isoladamente, organizar um empreendimento econômico-social que as beneficie mutuamente, como é o caso de um empreendimento cooperativo.

2.2 Princípios e valores cooperativistas

Ocorre, com certa frequência, que as cooperativas estabelecem objetivos estritamente econômicos, desconhecendo os valores e princípios pelos quais pauta a atividade cooperativista. As cooperativas integram, organizam e administram pessoas associadas que, em última instância, as justificam, pois elas existem para solucionar os problemas socioeconômicos dos seus membros e melhorar a qualidade de vida deles, além de produzir bens e serviços que satisfaçam suas necessidades comuns baseando-se no esforço próprio e na ajuda mútua.

Se o prérequisito da verdadeira cooperativa é traduzir os valores do cooperativismo em ações e atitudes, poder-se-ia, por pressuposto, que ela deve envolver pessoas conscientes dos seus interesses e da forma organizativa para atingi-los. Isso implica ter a compreensão do que é cooperativa no marco jurídico/conceitual e doutrinário, e exercer seu potencial. No entanto, muitas cooperativas alcançam objetivos econômicos (viabilidade econômica e financeira), mas não se diferenciam das empresas convencionais por não conseguirem transpor para a prática a doutrina do cooperativismo. Inúmeras vezes, as dificuldades decorrentes do desconhecimento dos preceitos doutrinários constituem o primeiro obstáculo, pois conhecer e compreender somente não são requisitos suficientes para ultrapassar os aspectos formais da constituição de uma cooperativa; é preciso traduzir esses valores e princípios em ações e atitudes, praticar as regras estabelecidas democraticamente entre os cooperados no estatuto e no regimento. O cooperativismo, em tese, pressupõe e promove o ser humano completo, ativo, participante, consciente e capaz do exercício dos direitos e deveres. Esses princípios vêm ao encontro das aspirações humanas. Na prática, as cooperativas indicam a remuneração equitativa dos trabalhadores -donos dos meios de produção- e a participação democrática deles na tomada de decisões, propiciando novas formas de relacionamento de trabalho e remunerações mais equitativas.

Em resumo, para garantir as bases mais genuínas do cooperativismo, é preciso pautar-se pelos princípios difundidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), (1998) consagrados no mundo praticamente sem alterações, nos últimos dois séculos, tais como: livre acesso e adesão voluntária; controle, organização e gestão democrática; participação econômica dos seus membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; cooperação entre cooperativas;

e, compromisso com a comunidade. Assim, os juros são limitados ao capital; a distribuição dos excedentes é vinculada ao desenvolvimento da cooperativa; os serviços comuns ou entre sócios, distribuídos na proporção de suas operações; a criação de fundos para viabilizar a educação permanente de seus sócios; a colaboração prática e rigorosa entre cooperativas para reforçar suas potencialidades; a autonomia da cooperativa preservada em suas relações externas para assegurar o controle democrático por parte dos seus membros; e, por meio de políticas aceitas internamente, comprometer-se com a continuidade do desenvolvimento da sua comunidade. Por isso, não podem ser permitidas, quer à luz da sua doutrina, quer nos marcos legais, como ocorre nas *pseudocooperativas*, a precarização do trabalho e/ou a evasão fiscal. A Declaração de Identidade Cooperativa (ACI, 1998) destaca os seguintes valores fundamentais das cooperativas: a ajuda mútua, a responsabilidade, a democracia, a igualdade, a equidade e a solidariedade. Vê-se, portanto, a crença de seus membros nos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com os outros.

Assim, a autenticidade do empreendimento cooperativo vai além dos requisitos legais. Requer o exercício do direito, da validação dos valores e princípios cooperativos no seu dia a dia. Considera-se do exposto, portanto, que uma verdadeira cooperativa não é uma empresa convencional que busca a valorização do seu capital, acima de outros valores, embora deva compatibilizar o padrão de comportamento diferente com a viabilidade econômica em termos de produtividade, competitividade e inserção no mercado. Como já dito em outras linhas, numa verdadeira cooperativa seus participantes devem ser capazes de traduzir os seus valores em ações e atitudes. Para que isso ocorra, as pessoas que a compõem devem ser conscientes do seu interesse bem como da forma organizativa possível e necessária para atingi-lo, além de compreender seu marco jurídico/conceitual e doutrinário.

No sentido estrito do termo, a concepção de cooperativismo tem o ser humano, no coletivo, como seu objetivo e, portanto, sua lógica não é guiada pelo lucro, mas pelo benefício que pode proporcionar aos seus cooperados. Desse modo, os avanços tecnológicos incorporados ao processo traduzem-se em benefícios a todos os participantes. Todos não só passam pelo crivo do mercado, mas também praticam a intercooperação e o respeito à comunidade e preocupam-se com o

futuro. Tal princípio inclui a sustentabilidade ao preservar o meio ambiente, a natureza e o homem do presente. Vale ressaltar que essa concepção tem resistido a quase duas centenas de anos e, mesmo nos dias de hoje, ainda enfrentam os *lobbies* que buscam até mesmo dentro do cooperativismo, incorporar a ideia do lucro. Isso, nessa proposta, pode ser o sinal verde para a contratação de empregados, já que o lucro seria a apropriação de excedente gerado no processo produtivo, ou, no dizer marxista, a apropriação do trabalho não pago.

Mais uma vez, vale repetir aqui, é comum confundirem-se cooperativas com empresas, talvez porque embora estabeleçam internamente relações de igualdade entre seus membros, externamente se obrigam a atuar concorrencialmente, conforme as regras do mercado para viabilizar também seu objetivo econômico. Sobre esse tema encontram-se diferentes propostas de Projeto de Lei para a regulamentação do setor cooperativo em pauta no Congresso Nacional. Um dos aspectos a considerar, segundo o princípio da dupla qualidade discutida por Irion (1997), é que os sócios, na entidade cooperativa, são os mesmos sujeitos usuários dos benefícios que ela produz. Trata-se do também chamado *princípio da identidade* porque, na instituição cooperativa, seus associados precisam atender à condição de donos e, pelo menos, a mais uma das seguintes condições: ser usuário, ser fornecedor ou ser trabalhador.

Outra distinção entre cooperativa e empresa é que a cooperativa é uma sociedade civil que não se submete à falência, mas à liquidação judicial e extrajudicial, com características contidas na própria Lei 5764/71, que a distingue das demais, conforme descrito às páginas anteriores deste trabalho. Todavia, alguns pontos da referida lei merecem, ainda, ser destacados, como: a limitação das quotas-partes para cada associado evita a concentração do capital e demasiado poder dado a poucos associados; o acesso às quotas é restrito somente aos sócios que preencham os requisitos de um cooperado, inclusive, para alcançar os objetivos sociais da cooperativa; independentemente da quantidade de quotas que o associado detenha, cada um tem direito a apenas um voto, o que valoriza a participação de todos; o quorum para deliberação em assembleia baseia-se no número de pessoas associadas e não no de capital; a distribuição das sobras proporcionais às operações realizadas por cada sócio é um estímulo para a obtenção desse benefício; a indivisibilidade dos Fundos de Reserva e para educação e demais atividades sociais busca preservar a integridade da cooperativa;

a liberdade política e religiosa reforça posturas contra discriminação e preconceitos; há estímulo de assistência aos seus membros, e; possibilita local aos cooperados para participação nos atos praticados pela sociedade.

As vantagens da cooperativa para os trabalhadores também podem ser percebidas pela legislação brasileira. Assim, seu maior objetivo é proporcionar benefícios aos associados, econômicos e sociais. Dessa forma, os gastos podem ser racionalizados e o desempenho no mercado pode ser melhorado. Também a redução de custos na aquisição de produtos pode ser obtida pela inexistência de intermediários, ao lado de maior controle de qualidade do que é produzido. Enfim, facilitar a atividade dos cooperados é um dos pontos mais destacados nos preceitos legais brasileiros.

2.3 A dimensão educativa da cooperativa popular

Há quem diga ser redundante chamar o cooperativismo de solidário. Para Irion (1997), a cooperativa constitui um dos instrumentos do solidarismo e de sua dinâmica. Esse autor considera, genericamente, que a cooperação é informal, circunstancial e momentânea, tanto como prática interpessoal, entre duas pessoas, quanto como prática entre grupos de pessoas. Somente quando exercida por intermédio de um organismo formal e torna-se formal e permanente, a cooperação é institucionalizada e praticada na busca de três objetivos: o social, o econômico e o socioeconômico. O institucional social funda-se no mútuo apoio entre grupos que pretendam o mesmo objetivo social tendo uma só dimensão. O institucional econômico é praticado por grupos de pessoas organizadas em instituições cujo único objetivo é a ajuda mútua econômica e também são entidades unidimensionais. A solidariedade e cooperação institucional socioeconômica estão voltadas, simultaneamente, para a autoajuda social e resultados econômicos. Ambas são bidimensionais e, entre elas, está a cooperativa, primeira instituição bidimensional. Essas dimensões, que são inseparáveis e caracterizam a cooperativa, introduziram, também, para empresas capitalistas, o conceito de que empreendimentos econômicos podem ter simultaneamente compromissos sociais. (IRION, 1997, p.179-180)

Para Singer (2000), conhecido representante da chamada *economia solidária* no Brasil e atual Secretário Nacional de Economia Solidária, a empresa solidária é

aquela que nega a separação entre o trabalho e a posse dos meios de produção. Para ele, o trabalho e o capital estão fundidos já que o trabalhador é o proprietário que trabalha na atividade, prescindindo, assim, da compra da força de trabalho. Nessa abordagem conceitual, o autor equipara a economia solidária ao cooperativismo, pois, além de ter nele sua origem, ele cultiva os requisitos que considera definidores da empresa solidária, a saber: a posse, pelo trabalhador, dos seus meios de produção; o não assalariamento, já que são os sócios aqueles que trabalham na cooperativa; a tomada democrática de decisões sobre a condução do empreendimento e sobre o destino dos seus resultados. Constitui-se, para ele, um modo de produção inserido na formação social capitalista, que é hegemônica. Segundo Singer (2000), a economia solidária surgiu no Brasil nessa etapa histórica, em 1981/83, provavelmente como resposta à crise que levou várias indústrias a pedir concordata e entrar em processo falimentar. A economia solidária abraça o cooperativismo na sua visão mais política, pois nele cabe o empoderamento desse ser contraditório por natureza, competitivo, e também solidário, que é o ser humano.

O cooperativismo tem referendado anualmente seu ideário e princípios desde suas origens. No entanto, nem sempre, ou o que é pior, raramente encontra-se, de fato, a correspondência do conjunto desse discurso com a prática das cooperativas. A tradição cooperativa no Brasil levou várias dessas organizações a preocuparem-se, notadamente, com a eficiência e o desempenho econômico delas em detrimento de pessoas. A legislação em vigor, que institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, a Lei 5764/71, inclui importantes disposições, porém, atende mais à formação das grandes cooperativas e não é suficiente para uma nova forma de organização do trabalho e da produção.

A preocupação desenvolvimentista da década de setenta do século XX, em que a lei foi criada, era com a habitação e a produção rural. A conjuntura da época não era de crise ou de desemprego. Isso explica, em parte, a razão de seus formuladores voltarem-se para a criação de grandes cooperativas, estipulando um mínimo de vinte cooperados e, com rigor formal, exagerado, exigir das pequenas, por exemplo, convocações publicadas em jornal. A *gestão democrática*, por sua vez, não era assegurada, pois permitia a realização de uma assembleia, em última convocação, com apenas dez cooperados, independentemente do tamanho da cooperativa.

Mas, quais são as razões da existência das cooperativas populares? Em que contexto socioeconômico elas surgem?

Se a Lei 5764/71 não satisfazia, em alguns aspectos, as necessidades das pequenas cooperativas, tampouco atende hoje, como gostariam, as maiores e mais complexas organizações cooperativas. Tal situação já se revelava nas modificações propostas na legislação atual através de seus representantes no Projeto de Lei número 171/1999. O desarquivamento desse projeto pelo senador Osmar Dias, que ora tramita sob o número 03/2007, retrocede em relação, por exemplo, à obrigatoriedade de associação das cooperativas à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e ainda propõe assegurar a capitalização da cooperativa. Isso significa remunerar o capital de forma similar ao das empresas capitalistas e extinguir o limite de número e valor das quotas entre outras propostas afins. Esse descompasso ilustra as razões pelas quais se deve buscar a diferenciação de atitudes no campo do cooperativismo.

Com efeito, a cooperativa popular trouxe, para o interior da academia, a discussão sobre cooperativismo pela ótica do seu papel social e, com isso, também a da economia solidária. Embora reconhecidamente meritório, o setor cooperativista não ocupava a merecida atenção dos estudiosos em assuntos econômicos, jurídicos, ou educacionais, especialmente, universitários. Portanto, reconhecer a importância em sistematizar experiências como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, transformando-as em objetos de estudo, é reconhecê-las, também, como práticas criativas, além de possíveis alternativas de trabalho e renda à população destituída dos bens sociais. As dificuldades em sistematizá-las, no entanto, devem-se, exatamente, por constituírem-se verdadeiros laboratórios sociais onde os sujeitos envolvidos enfrentam a premência das ações concretas impostas pela realidade: seja daqueles que, diariamente, são obrigados a viabilizar sua sobrevivência e da sua família; seja pelo escasso tempo daqueles que sobrepõem tarefas e compromissos assumidos de caráter acadêmico e social nesta conjuntura. Por isso, a urgência das ações impossibilita, na maior parte das vezes, um registro sistemático e sistematizado.

Diante do exposto, é urgente a coleta de informação sistemática para a elaboração de estudos e planos de trabalho de amplo interesse dos atores envolvidos. As propostas de realização de estudos que aprofundem os

conhecimentos dessa atividade contribuem para ampliar os efeitos das políticas locais que apenas amortecem o impacto adverso do panorama nacional negativo.

Como declara a ITCP/UFRJ²⁷ (on line), o cooperativismo popular surge na defesa de um modelo de produção e de sociedade que se contrapõe a exploração do modelo capitalista. À semelhança do cooperativismo que nasce da revolução industrial, seu desenvolvimento no Brasil, em meados de 1990, vem como resposta ao modelo econômico implantado. Para essa incubadora, a diferença das Cooperativas Populares com outras experiências do gênero está especialmente na situação de exclusão vivenciada por seus associados, assim com predominância de um modelo de gestão democrático e participativo voltado para o bem comum mais do que para o lucro.

Considerado uma releitura do cooperativismo europeu, o cooperativismo popular é o

movimento de trabalhadores formado por indivíduos pertencentes a setores economicamente excluídos, desempregados ou que atuam no plano da economia informal. Com o objetivo comum de mobilidade e transformação social, esses indivíduos encontram na associação em cooperativas uma oportunidade de se organizarem, de terem acesso ao trabalho e de conquistarem direitos básicos de cidadania. O Cooperativismo popular é regido pelo princípio da cooperação, pela prática da autogestão e pela busca da composição de alianças contra a exclusão social. Mais do que um modelo de organização econômica para subsistência, trata-se de um movimento de luta para a transformação da realidade e construção de um modelo de desenvolvimento que combata as causas estruturais da pobreza.²⁸

O termo *cooperativa popular* já foi utilizado anteriormente fora da universidade e, coincidentemente, também para diferenciá-lo do modelo tradicional. A notícia mais remota que se tem de seu uso em território nacional foi na criação da cooperativa das lavadeiras de Bultrins, em Olinda-PE no ano de 1983. Em entrevista com os criadores intelectuais do termo e dessa cooperativa²⁹, eles afirmaram que a

²⁷ Destaca-se, particularmente, o site desta Incubadora não somente por ela ter inaugurado esse processo nas universidades, mas por considerar que lá, desde o início até o momento, encontra-se o norte das orientações fundamentais para toda a Rede de ITCPs.

²⁸ Fonte acessada em 19/08/2008: <http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/redes_foruns.php>.

²⁹ Dayse Valença, que trabalha hoje na Assessoria e Planejamento para o Desenvolvimento-ASPLADE, e Joaquim Guilherme de Aragão, professor na CEFTRU/UNB. Em artigo do site <http://www.asplade.org.br/artigo01.pdf>. VALENÇA (sem data) indica, como *cooperativa popular*, aquela estruturada de forma a garantir uma ampla gestão democrática que segue os princípios da cooperação, autodeterminação, escala humana e ecologia.

ideia, na ocasião, era diferenciar-se do cooperativismo *chapa branca*, que hoje eles chamam “cooperativismo empresarial”. Na época, com a perspectiva de realizar um projeto para uma ONG, entraram em contato com o Sindicato das Domésticas para discutir o trabalho com mulheres no setor informal. O Sindicato indicou as lavadeiras, como o setor mais precário e típico do trabalho feminino. Em Olinda, eles procuram as lavadeiras que, ao conhecer os termos do plano, aceitaram o trabalho proposto. Elas recebem o apoio da Associação dos Moradores dos Bultrins, da Igreja e Prefeitura do local. Inicialmente, eram 60 mulheres. Levaram o projeto para a Suécia e, num encontro dos dois integrantes dessa criação em Dartmum/Alemanha, discutiram e elaboraram o conceito de *cooperativa popular*. As lavadeiras criaram a Cooperativa das Lavadeiras dos Bultrins que ainda existe e atua até hoje.

2.3.1 O surgimento da cooperativa popular na universidade

As cooperativas populares aqui consideradas são as criadas por meio das suas ITCP's. A origem das Incubadoras Universitárias de Cooperativa Populares no Brasil é a mesma para todas as demais que se seguiram à primeira, a da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). As diferenças estão, fundamentalmente, nas formas de interpretação e implementação da metodologia proposta, e, na forma de inserção na sua respectiva universidade, o que, preservada sua autonomia, não compromete a identidade como integrante de uma rede nacional.

A ITCP/UFPR, como um Programa de Extensão, faz parte da estrutura organizativa e da administração da universidade. Esse programa apoia e envolve professores, alunos e técnicos. Ela segue, basicamente, a metodologia da primeira Incubadora de Cooperativas Populares do Brasil, criada pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), no âmbito da ação da cidadania das entidades públicas no combate à fome e à miséria. A reunião realizada na cidade carioca em janeiro de 1995, entre o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP) com a direção da COPPE/UFRJ para discutir a participação deste nas ações de trabalho e renda, marcou o início de uma ação inédita na universidade brasileira: a criação da Incubadora de Cooperativas. Tinha a perspectiva do caminho

trilhado pela Fiocruz, que estabeleceu contrato de prestação de serviço de limpeza, manutenção e jardinagem com as comunidades de Mangueiras, do entorno do Campus da UFRJ, através de uma cooperativa. (MEDEIROS, 1998, p. 151, 152; SINGER, 2000, p.124)

Assim, em 22/03/1999, a ITCP/UFPR foi lançada oficialmente em Curitiba, junto com a Rede Universitária Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares³⁰. Na mesma ocasião do duplo lançamento oficial da Rede da ITCP/UFPR, a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) criou o *Programa Permanente de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*. Esse Programa viabilizou, entre outras atividades, a ampliação da referida Rede³¹, em 2002, já contava com 15 integrantes (ANEXO B) deixando de ser uma iniciativa isolada, além de estabelecer, oficialmente, convênio com a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), com a ONG holandesa, que financiou o projeto de levantamento das ações das incubadoras.

O desenvolvimento desse programa deu origem aos Empreendimentos de Economia Solidária da Unitrabalho (EES-UNITRABALHO), estendendo-se às associações, empresas de autogestão e cooperativas populares urbanas e rurais. São incubadoras e núcleos multidisciplinares distribuídos em sete regionais: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Minas Gerais, Rio de Janeiro/Espírito Santo, São Paulo e Sul, compondo, hoje, sua própria rede. As atribuições das incubadoras da rede UNITRABALHO são: ajudar a organizar, formar, orientar, acompanhar os trabalhos sistematicamente ou oferecer assessorias pontuais; procurar qualificar técnica e administrativamente as pessoas interessadas em formar seus EES; instruir na organização do trabalho, nos aspectos da autogestão, e da ordem jurídica, contábil, financeiro e outros. O principal objetivo do programa é promover a geração e

³⁰ As universidades fundadoras da Rede Universitária Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares foram as seguintes: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Estadual da Bahia, Fundação Santo André, Universidade de São Paulo e Universidade Federal do Paraná.

³¹ Constituída juridicamente na forma de fundação de direito privado em 1996, a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas (UNITRABALHO) hoje agrega 92 universidades e instituições de ensino superior. Foi criada com o objetivo de, por meio de projetos de estudos, pesquisas e capacitação, contribuir para o resgate da dívida social das universidades com os trabalhadores. Auxilia empreendimentos de trabalhadores através dos Núcleos e Incubadoras Locais em 40 universidades do país que se agrupam em sete regionais, nos seus respectivos Núcleos Locais multidisciplinares para desenvolver estudos, pesquisas e extensão sobre o mundo do trabalho.

consolidação dos empreendimentos de autogestão. Atuam, normalmente, em estreita articulação e parceria com os poderes públicos e iniciativas privadas³².

Como se observa, o programa da UNITRABALHO tem conseguido, ao longo dos anos, consolidar a experiência e ampliá-la em muitas universidades brasileiras, além do reconhecimento nacional. Essa experiência e seus resultados, bem como os da primeira Rede Universitária de Incubadoras Tecnológica de Cooperativas Populares, entre outras, engrossam as estatísticas do levantamento promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por via da Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE/SENAES)³³. Assim, por meio do mapeamento da Economia Solidária, identificaram e caracterizaram as formas de organização do trabalho adotadas. O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) identifica e registra informações dos empreendimentos e das entidades de apoio, orientados pelos conceitos constantes na Portaria do MTE, número 30, de 20 de março de 2006. (MTE, SENAES, 2006) Os objetivos são articulados com as políticas para o setor, conforme explicitado a seguir:

- a) Constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária;
- b) Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização;
- c) Favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;
- d) Subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária;
- e) Subsidiar a formulação de políticas públicas;
- f) Subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária e;
- g) Facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária. (MTE, SENAES, 2006)

Por fim, a Economia Solidária (ES) é compreendida, aqui, como o conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente, sob a forma de

³² Sobre Concepção de Incubadora Universitária de Empreendimentos de Economia Solidária na Unitrabalho e Sobre Metodologia de Incubação ver também <http://www.unitrabalho.org.br/imagens/arquivos/arquivos/economiasolidaria/ARTIGO_LIVRO_LIA_TIRIBA.pdf>. Acesso em 20 / 11 / 2008.

³³ A SENAES traz desde sua criação em junho de 2003 a proposta de um levantamento amplo de informações para a criação de um banco de dados nacional sobre a economia solidária. A idealização do mapeamento começa a tomar forma concreta ao final 2003 com a constituição do Grupo de Trabalho de Estudos e Banco de Dados.

autogestão, com as seguintes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. Ela apresenta-se, segundo a fonte consultada, como resposta às transformações no mundo do trabalho e já conta com milhares de organizações coletivas, conforme ilustra o quadro a seguir.

TABELA 1

Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil por unidade de federação – 2005

UF	Nº de EES	% EES	Nº de Municípios	% Municípios/ Total de municípios
RO	240	1,6%	40	75%
AC	403	2,7%	20	87%
AM	304	2,0%	32	51%
RR	73	0,5%	14	88%
PA	361	2,4%	51	35%
AP	103	0,7%	13	76%
TO	400	2,7%	84	60%
NORTE	1.884	13%	254	56%
MA	567	3,8%	73	33%
PI	1.066	7,1%	83	37%
CE	1.249	8,4%	134	72%
RN	549	3,7%	77	46%
PB	446	3,0%	101	45%
PE	1.004	6,7%	129	69%
AL	205	1,4%	48	47%
SE	367	2,5%	63	83%
BA	1.096	7,3%	153	37%
NORDESTE	6.549	44%	861	48%
MG	521	3,5%	101	12%
ES	259	1,7%	59	75%
RJ	723	4,8%	82	88%
SP	641	4,3%	147	23%
SUDESTE	2.144	14%	389	23%
PR	527	3,5%	109	27%
SC	431	2,9%	133	45%
RS	1.634	10,9%	270	54%
SUL	2.592	17%	512	43%
MS	234	1,6%	25	32%
MT	543	3,6%	91	65%
GO	667	4,5%	127	51%
DF	341	2,3%	15	83%
CENTRO-OESTE	1.785	12%	258	53%
TOTAL	14.954	100,0%	2274	41%

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

Observação: mantiveram-se os formatos originais desta tabela e dos demais quadros e gráficos apresentados a seguir, contrariando as normas da ABNT.

Essa dinâmica conta com a participação de diversas Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária, universitárias e não universitárias (veja Figura 1 a seguir). Esses órgãos desenvolvem ações em várias modalidades de apoio diretamente aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e

acompanhamento. A Figura 1 a seguir visualiza a abrangência dessas organizações, inclusive da própria SENAES:



FIGURA 1: O Campo da economia solidária no Brasil

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

Em 2002, as incubadoras integrantes da Rede Universitária Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares localizavam-se em dez estados brasileiros, três em cada região: Sul, Sudeste e Nordeste e uma no Norte, deixando, portanto, de ser uma iniciativa isolada. (ver anexo B) As que participam desse tipo de atividades hoje somam quarenta universidades, distribuídas em quarenta estados, conforme pode ser observado no Anexo C.

Os objetivos da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares são:

- integrar as ações desenvolvidas pelas incubadoras;
- criar Núcleos de Estudos e Pesquisas em Cooperativismo Popular;
- produzir e socializar conhecimentos;
- oferecer seus recursos para Fóruns Regionais de Cooperativas incubadas pelas Universidades.

Essas metas, por sua vez, estão estreitamente sintonizadas também com as propostas do Instituto de Pesquisa e Ensino para as Cooperativas da Universidade de Sherbrooke, Canadá (IRECUS). Esse instituto integra e orienta a atividade desenvolvida pelas universidades da Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo (Rede UniRcoop³⁴), criada em 1996, hoje com 21 universidades associadas de 14 países das três Américas. A função dessa rede é de três ordens:

1. assegurar a gestão do trabalho em rede;
2. gerar saberes da dinâmica continental do desenvolvimento cooperativo;
3. desenvolver o conhecimento e a utilização de tecnologias da informação.

Os participantes das redes – Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo (UniRcoop) e a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares conhecem os valores e princípios do cooperativismo e enfrentam o maior desafio: validação deles nas ações dos cooperados. Por isso, as práticas sociais consideradas fontes de conhecimento orientam as universidades com relação à metodologia usada: o reconhecimento do sujeito, mas, sobretudo como sujeitos do saber, e o reconhecimento de que a prática de pesquisa não tem outro sentido que o de contribuir para a construção de uma

³⁴ O Brasil, pela sua extensão, é contemplado com quatro universidades representantes nesta Rede. As universidades brasileiras que participam dessa Rede Interamericana são: Universidade Federal Rural de Pernambuco, que mantém diretamente a interlocução com o Canadá; Universidade do Vale dos Sinos, uma das primeiras; Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Paraná. Essas foram as últimas a ser integradas. As demais são: Universidade do Chile, Universidade de La Plata, Universidade da República do Uruguai, Pontifícia Universidade Javeriana, Universidade Unisangil, Universidade Técnica de Ambato, Universidade de Sherbrooke, Universidade Autônoma Chapingo, Universidade Autônoma de Queretaro, Universidade de Costa Rica, Universidade do Panamá, Universidade de El Salvador, Universidade Nacional Autônoma de Honduras, Universidade de Havana, Universidade Raphael Landiver e Universidade Central de Venezuela. Disponível em :<<http://www.unircoop.org>>.

sociedade justa, em que cada pessoa possa se desenvolver como ser humano. (PENAGOS, 1998)

A ITCP/UFPR é integrante das duas redes mencionadas acima. As orientações e objetivos propostos por elas não implicam nenhum tipo de ingerência na atuação da Incubadora. No caso da ITCP/UFPR, o vínculo primeiro, com a rede brasileira, já estabeleceu seu norte e forma de atuação, conforme o modelo proposto pela equipe da COPPE /UFRJ. Para balizar o trabalho na discussão dos estatutos que passaram a ser um referencial para a ação nas cooperativas, a equipe da UFRJ fez uma releitura dos conhecidos princípios internacionais³⁵ genuínos do cooperativismo, consagrado no mundo e difundido pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Esses princípios tratam: das remunerações sobre os serviços comuns ou entre sócios na proporção de suas operações; da criação de fundos para a educação permanente de seus sócios; da cooperação entre cooperativas, sua autonomia e o acesso e a adesão livre e voluntária; do controle, organização e gestão democrática; dos juros limitados ao capital; da distribuição dos excedentes para o desenvolvimento. Logo, ao contrário das *pseudocooperativas*, não se permite a precarização do trabalho ou a evasão fiscal. A experiência das cooperativas permite ressaltar que não é trivial trabalhar sob orientações que criam contradições com as práticas individuais e de mercado. Para garantir posturas coerentes com as concepções propostas, a assessoria da Universidade fica condicionada ao respeito dos valores cooperativistas, como: da ética cooperativista, da distribuição do trabalho e respectivos resultados e das relações de compromisso com a comunidade, entre outros. Os impasses criados no dia a dia provocam reflexões e a busca da conciliação entre posturas competitivas e solidárias, soluções individuais e coletivas, direitos e responsabilidades. Emergem daí, seus próprios códigos morais e éticos. O exemplo clássico na trajetória dos primeiros empreendimentos incubados ocorreu no Rio de Janeiro quando os cooperados incluíram, em seu estatuto, que, *homem que bate em mulher*, seria excluído da cooperativa, refletindo a realidade do

³⁵ A redação adotada em Manchester em 1995, que atualiza a de 1966, na Declaração sobre a Identidade e Princípios Cooperativos, diz que 'as cooperativas fundamentam-se nos valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade', e, os sete princípios, são 'associação voluntária e aberta; controle democrático dos membros; participação econômica; autonomia e independência; educação, treinamento e informação; cooperação entre cooperativas e, compromisso com a comunidade. (ACI, 1998)

cotidiano deles e, ao mesmo tempo, o objetivo de transformação de determinados posicionamentos.

Os princípios do cooperativismo popular resultam, portanto, de discussões sobre o cooperativismo e sua doutrina, das especificidades que marcam, em especial, suas origens e processos de criação. Dessa doutrina, pode-se observar que as grandes diferenças da simples terceirização das atividades econômicas nas cooperativas em geral é que as diferenciam das populares³⁶. A Lei número 8949/94, com introdução do Parágrafo único no art.442 da CLT³⁷ favoreceu, enormemente, a criação de cooperativas de trabalho com objetivos escusos de burlar os direitos trabalhistas.

Assim, tendo a finalidade de prestar serviços aos seus associados para o exercício da atividade econômico-comunitária sem objetivar lucro, as sociedades cooperativas representadas pelas Cooperativas Populares, possuem, em comum, algumas características, conforme se seguem: a) Quanto à origem – são formadas por moradores em áreas de baixa renda; formada por iniciativa de profissionais de um mesmo ramo que estejam desempregados ou vivenciando situações de precarização do trabalho. b) Quanto à constituição do capital – a força de trabalho é o principal capital senão o único que os cooperados dispõem no processo de formação da cooperativa; a quota-parte estabelecida é igualitária para todos os associados e é recolhida só depois da primeira remuneração recebida e proporcional ao nível econômico do grupo. c) Quanto à gestão democrática – a diretoria é eleita entre os associados periodicamente com renovação garantida de pelo menos dois terços da direção; decisões tomadas em assembleias e registradas em ata; Conselho Fiscal e Comissão de Ética atuantes. d) Quanto à divisão de tarefas – todo o trabalho é desenvolvido pelo associado, não havendo terceirização das atividades fins. e) Quanto aos instrumentos de princípios de gestão – elabora e fiscaliza a aplicação dos instrumentos da cooperativa: possui estatuto, regimento, fundos, atas. f) Quanto ao quadro de associados – conhecem os instrumentos de gestão democrática da cooperativa; participam das assembleias; fazem curso de

³⁶ A precarização das relações de trabalho constitui um sério problema identificado pelo Ministério Público, entre as cooperativas de serviços, que são, na realidade, empresas de intermediação de mão de obra, por utilizarem-na como instrumento para burlar os direitos trabalhistas.

³⁷ Art. 442: Contrato individual de trabalho é o acordo, tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego; Parágrafo único acrescentado pela Lei nº 8.949, de 09.12.1994: Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.

capacitação profissional. g) Quanto às garantias de continuidade da cooperativa – possuir fundos de investimentos que proporcione seu crescimento como empresa; possuir um fundo social que propicie a seguridade, descanso remunerado, gratificação natalina e outros benefícios por ele proposto e possível mediante contatos da cooperativa. h) Quanto à responsabilidade social – contribuir nas ações de melhoria de sua comunidade; priorizar o ingresso de pessoas de sua comunidade na cooperativa, contribuir com um percentual mínimo de 1% do excedente para o fundo intercooperativo. i) Quanto à distribuição de renda – remuneração pelo trabalho; fator 1 para 3 entre a menor e a maior remuneração dos cooperativados, exceto quando a base de remuneração de categoria for superior; tabela de remuneração de todos os cooperativados, inclusive direitos aprovados em assembleia geral; divisão equitativa das sobras; não é permitida concentração de quota- parte. Portanto, ‘além da origem dos seus associados, o Cooperativismo Popular se define por princípios que norteiam suas atividades, seu relacionamento com outras cooperativas e com a sociedade em geral’. (GUIMARÃES, 1999, p. 32, 33)

2.3.2 O papel da universidade

Coerente com o ideário cooperativista, os princípios do cooperativismo popular reafirmam a possibilidade de exercitar novas práticas e posturas no âmbito da cooperativa popular. Entre as questões da participação da COPPE/UFRJ, nessa empreitada da criação da incubadora na universidade, os membros da sua equipe apontaram a importância de, independente da ação da instituição, estar ligada à sua linha de trabalho, como forma de garantir a continuidade.

Se a linha da COPPE é uma linha de tecnologia, deve trabalhar na área tecnológica. Se a questão da inserção social ou exclusão é uma questão ligada ao trabalho da COPPE, ela deve buscar um meio de desenvolvê-lo integrando-o à sua área. (GUIMARÃES, 1998).

Daí o primeiro impasse: como trabalhar sua tecnologia do desemprego! Cada tecnologia que surge corresponde a um grau muito forte de desemprego nas camadas populares. (GUIMARÃES, 1998) Ou seja, a COPPE, ao produzir tecnologia de ponta, ao mesmo tempo diminui postos de trabalho, especialmente os que

requerem menor qualificação, ocupados, na maioria, pela classe mais pobre. Foi adotada, então, a linha do *trabalho e a geração de renda* no modelo de *INCUBADORA*, porque trabalha com formação de empresas e, a vertente do *COOPERATIVISMO*, trabalha com grupos de pessoas. Desse modo, reforça os resultados, apresenta maior efeito multiplicador que iniciativas individuais.

Duas grandes ousadias! Primeiro porque é comum associar tecnologia a determinado setor da sociedade, isto é, o que detém o capital: causa espanto usar tecnologia para as camadas populares³⁸. Segundo, porque as cooperativas no Brasil têm pouca tradição no setor urbano, exceto as de habitação que possuem, no Rio, uma imagem ruim e, enfrentaram os primeiros escândalos com cooperativas fraudulentas (1995/96). Assim, burlando direitos trabalhistas, elas completavam o quadro negativo do cooperativismo. Afinal, essas ousadias deram certo e motivaram a formação do Programa Nacional de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, o PRONINC, cujo modelo foi repassado a outras universidades. (GUIMARÃES, 1998) De fato, essa experiência da UFRJ deu origem às demais incubadoras no Brasil. Entre as parcerias e apoios obtidos, registra-se o convênio com a Fundação Banco do Brasil, o Banco do Brasil, a COPPE e a FINEP. Foram essas entidades que financiaram os recursos humanos e materiais, viabilizando o início das atividades da incubadora como projeto piloto e com o compromisso de repassar a tecnologia para outras instituições. (MEDEIROS, 1998)

Hoje, já existe, na ITCP/COPPE/UFRJ, um Sistema de Gestão, Monitoramento e Avaliação (SIG), que é composto de três sistemas integrados: o sistema de gestão de cooperativas, o sistema de gestão de Incubadoras e o sistema de indicadores para monitoramento e avaliação dos empreendimentos e do processo de incubação³⁹. Trata-se de um instrumento que auxilia e subsidia o processo de incubagem.

³⁸ No que se refere à produção de tecnologia, percebem-se duas ordens de preconceito: para uma tecnologia está necessariamente associada a grandes investimentos ou corporações, e, para outra, é uma mercadoria a ser vendida a quem possa pagar determinado valor monetário e, portanto, terá um dono que pagará por ela um bom preço, não sendo conseqüentemente algo a ser socializado.

³⁹ O sistema de gestão de cooperativas avalia: a) a viabilidade econômica (grau de legalização e formalidade, comprometimento dos sócios, estrutura de produção, garantia de direito à renda e proteção social, melhorias tecnológicas, evolução da receita e comercialização), b) a viabilidade como cooperativa (instrumentos de gestão, gestão democrática, representatividade da direção, responsabilidade social do empreendimento, solidariedade e igualdade entre cooperados), c) a inclusão econômica e social (renda, qualificação, documentação pessoal, autoestima, inclusão digital, participação em atividades de cultura e lazer) e, d) a participação política.

2.4 Experiências de extensão de incubagem e a Rede de Incubadoras

Segundo Faria (2001, p. 178), a nova extensão universitária será cunhada entre dois modelos: o tradicional-assistencialista e o moderno-mercadológico, hoje abrigados no mesmo conceito. Esse embate reflete o próprio mundo contemporâneo, globalizado, que transita do modelo neoliberal para algum socialmente mais promotor de sociedades mais justas. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) é compatível com a evolução desse conceito e entendimento. Sua atividade contempla e atende às diretrizes propostas e também ajuda a pensar a extensão prospectivamente, conforme explicitado abaixo:

É um espaço em que se procura processar uma nova cultura de cidadania no país, alicerçada na liberdade responsável, contra a intolerância e a discriminação, auxiliando o cidadão a descobrir seus direitos e deveres. Contribui para o desenvolvimento sustentável em que o homem e o mundo são preservados. Quebra a lógica do imediato. Pensa o futuro a partir do homem no presente. Legitima a atividade de extensão na busca da melhoria de qualidade de vida de parcela significativa da população. Constitui práticas sociais que podem converter-se em fonte de conhecimento, um dos papéis enriquecedores da atividade acadêmica. (UFPR, 2002)

A característica interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, bem como as trocas de experiências com outras universidades promovem avanços conceituais maiores do que se poderia obter isoladamente.' Como todas cooperativas da rede se interrelacionam com outras instituições (empresas, bancos, ONG's), outras universidades, outras cooperativas e cooperados, dadas as abrangências e pluralidade delas, podem-se colocar continuamente em cheque seus entendimentos, sutilezas, adaptações, concepções e contradições, bem como suas formas de representação. Recria porque na sua implementação seguem-se comparações, interpretações e avaliações da sua prática, como por exemplo, os Encontros da Rede, para novas tentativas de superação de problemas encontrados e/ou de aperfeiçoamento da sua atuação. Acredita-se em cada experiência única como princípio metodológico, sem necessidade de generalizações das práticas.

Em documento interno, de discussão sobre a relação das ITCPs com a UNITRABALHO⁴⁰, afirma-se que a Rede de ITCP's constituiu-se como uma rede de grupos coesos de pesquisa e extensão acadêmica (CRUZ, 2002). O caráter de seu trabalho, predominantemente de extensão e, necessariamente, interdisciplinar permitiu às incubadoras superarem dificuldades que outros grupos semelhantes enfrentaram. Portanto as relações *de rede*,

eram e são facilitadas por esses fatores: de agregação, definida nos nós, pequena extensão da rede, razoável consenso entre os princípios básicos de ação, fundação sustentada por uma estrutura anteriormente construída e reconhecida. Construída e consolidada na prática (CRUZ, 2002).

Os problemas específicos, por outro lado, estariam na relação de troca incompleta entre as incubadoras e cada ITCP

tende a se concentrar em seus problemas internos e de ação enquanto a discussão efetiva em relação aos problemas metodológicos e de outras naturezas, comuns às incubadoras, é muito incipiente e isto, muitas vezes, acarretaria um certo isolamento, inclusive em relação a outros professores e pesquisadores do trabalho (como objeto científico) de suas próprias universidades, como até mesmo os núcleos da Unitrabalho. (CRUZ, 2002)

Assim, a participação da ITCP/UFPR nas redes nacional e interamericana reforça os impactos e efeitos apontados pelo programa de *Intercooperación para las Américas*⁴¹ pela sinergia universidade/cooperativa/desenvolvimento:

El desarrollo de la capacidad empresarial colectiva basado en reglas de equidad, de responsabilización y de democracia, centrado en las necesidades de las comunidades y en el objetivo de levantamiento del nivel de vida de las poblaciones más necesitadas es una estrategia de desarrollo sostenible a toda prueba. Cuando las reglas cooperativas están bien comprendidas e integradas en la vida organizacional, los resultados son muy positivos. (mimeo)

⁴⁰ Documento elaborado por Antônio Cruz, à época, integrante da equipe da Incubadora da Universidade de Campinas, como contribuição às reflexões sobre o tema.

⁴¹ Programa de Intercooperación para Las Américas proposto em maio de 2000 pelas Universidades de Sherbrooke (Canadá), Federal Rural de Pernambuco (Brasil), de Chile (Chile), de Bogotá (Colômbia) e de Costa Rica (Costa Rica).

As particularidades de cada Incubadora da Rede de Cooperativas Populares estão presentes em inúmeros aspectos que as diferenciam e as identificam. Em outras palavras, as condições da criação e funcionamento de cada incubadora da rede guardam algumas semelhanças e muitas diferenças. Cada qual tem uma trajetória particular que, via de regra, compartilha com as demais para, juntas, superarem dificuldades comuns ou, buscarem alternativas criativas para os necessários saltos de qualidade na ampliação de horizontes. Quando aos aspectos que as diferenciam, destacam-se: a sua inserção institucional, os antecedentes de atividades desenvolvidas com comunidades que proporcionaram acúmulo facilitador à sua criação, as formas de implementação da metodologia proposta, a respectiva adequação às suas condições reais de funcionamento (montante e perfil dos recursos humanos, materiais financeiros e de infraestrutura). Vale ressaltar que esses aspectos não comprometem a identidade da rede. Acerca das características comuns ou convergentes, citam-se: objetivos, missões, público-alvo e referencial metodológico do processo de incubagem.

Ao garantir posturas coerentes com as concepções propostas, a assessoria da Universidade fica, até certo ponto, condicionada aos valores cooperativistas, como: da ética, da distribuição do trabalho e respectivos resultados e das relações de compromisso com a comunidade, entre outros. E, no caso de impasses que surgem no dia a dia, busca-se a conciliação entre as partes o que leva à reflexão acerca de práticas competitivas e solidárias, soluções individuais e coletivas, direitos e responsabilidades. Dessa reflexão, emergem os próprios códigos morais e éticos.

2.5 A Incubadora na UFPR: retrospectiva e prospectiva

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná - ITCP/UFPR já nasceu como Programa de Extensão. Sua origem, como foi dito, está na UFRJ que, já em 1998, estabeleceu Termo de Cooperação com a UFPR para transferir a metodologia do Programa, seguida de divulgação interna com correspondência às unidades departamentais. O processo de organização e qualificação da equipe se deu, inicialmente, por meio de assessorias e cursos ministrados pelos professores, técnicos e cooperados da UFRJ. A discussão dos princípios norteadores dessa incubadora fundamentou a elaboração do Programa ITCP, aprovado pelo Comitê Assessor de Extensão em

06/11/1998. A ampliação do processo deu-se com seminários e estágios numa proposta de formação continuada. O Programa teve seu lançamento oficial marcado pelo acontecimento histórico da constituição da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, em 22 de março de 1999.

2.6 Expansão, parcerias e políticas públicas

Nas últimas duas décadas, inúmeras políticas públicas têm tentado compor ações em diálogo com a sociedade sobre questões historicamente reivindicadas ao Estado, como, por exemplo, a da reforma agrária, da habitação popular, de políticas específicas para jovens, mulheres e negros, além de tantas outras que atendem, diretamente, às necessidades das classes populares. Nessa direção, citam-se os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que estimularam o crescimento do número dos empreendimentos solidários. Esse Fundo, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho (MTE) foi instituído no início da década de 1990. Ele é constituído pelas arrecadações do PIS e do PASEP e são destinados a custear programas de seguro-desemprego e abono salarial, bem como programas de desenvolvimento econômico. Conforme preceito constitucional, o FAT continuou repassando 40% da arrecadação do PIS-Pasep para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁴². O principal objetivo do FAT é a geração de trabalho e renda com fomento, inicialmente, aos segmentos de microempresas, pequenas e médias empresas. É gerido por um órgão colegiado de caráter tripartite e paritário composto por representantes dos trabalhadores, empregadores e governo, e pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT)⁴³. Além de fiscalizar a administração do FAT, são atribuições desse Conselho: a elaboração de diretrizes para programas e alocação

⁴² O BNDES, criado na década de 1950, tinha dificuldades para atuar dada a falta de regularidade das fontes de recursos até o estabelecimento da lei complementar n.19, de 25/06/1972, quando, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), ficou responsável pela aplicação das arrecadações do PIS-PASEP. Essa regularidade foi consolidada pela Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 239, determinou a destinação de pelo menos 40% da arrecadação do PIS-Pasep para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico. (SANTOS, 2006)

⁴³ O CODEFAT é composto por representantes dos trabalhadores com quatro centrais sindicais dos empregadores, com quatro centrais patronais e do governo, com assento para representantes do Ministério do Trabalho, do Ministério da Previdência Social, do BNDES e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (SANTOS, 2006)

de recursos, acompanhamento e avaliação do seu impacto social, da proposta de aperfeiçoamento da legislação referente às políticas públicas de emprego e renda.

Assim, o Ministério do Trabalho e Emprego procura fortalecer a Economia Solidária ao oferecer a toda sociedade, através da SENAES, estatísticas inéditas acerca da Economia Solidária, como “estratégia de organização social para inclusão social dos trabalhadores desempregados e comunidades pobres de nosso país”. (SENAES, 2006) Considera, especialmente, o SENAES, um instrumento para ajudar a estabelecer e estreitar laços econômicos entre os empreendimentos solidários na constituição de estratégias de acesso ao mercado, matérias-primas, recursos financeiros, assistência técnica, redes e cadeias produtivas.

As diretrizes que orientaram o levantamento do Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES), que constitui um banco de dados eletrônico, com acesso facilitado e público, são:

- a) Formulação e aperfeiçoamento de conceitos técnicos e indicadores que possibilitem verificar a abrangência e potencialidades da economia solidária, possibilitando sua incorporação em estudos, pesquisas, censos e levantamentos realizados pelas instituições públicas de pesquisa e informação;
- b) Fortalecimento da organização da economia solidária visando atender as demandas específicas de identificação e conhecimento da economia solidária nos territórios, o desenvolvimento de catálogos de entidades e produtos, a promoção de redes de intercâmbio etc.;
- c) Participação de representações dos principais atores da economia solidária (empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio, assessoria e fomento e gestores públicos) no processo de implementação e disseminação do SIES;
- d) Progressividade na implementação do SIES, com possibilidade de ampliação da base de informações para atender demandas territoriais e novas variáveis identificadas posteriormente à implementação do Sistema;
- e) Confiabilidade das informações que orientarão todo o processo de formulação dos instrumentos de pesquisa, de coleta, análise e disseminação de informações;
- f) Publicidade adequada e fidedigna dos resultados do SIES como direito da sociedade ao acesso às informações e como obrigação dos órgãos

públicos que realizam estudos, pesquisas e diagnósticos, proporcionando a visibilidade da economia solidária e a transparência necessária do processo realizado de seu mapeamento e;

- g) Segurança no uso autorizado das informações, impedindo qualquer constrangimento aos informantes, nos termos da Portaria do MTE, Nº 30, de 20 de março de 2006. (SENAES, 2006)

Estabelecida a concordância em torno das concepções básicas sobre a Economia Solidária, o instrumento de pesquisa sobre os empreendimentos econômicos solidários (EES) abrange: identificação, abrangência e características gerais; tipificação e dimensionamento da atividade econômica; investimentos, crédito e apoios; gestão do empreendimento; situação de trabalho no empreendimento e dimensão sociopolítica e ambiental. Foram constituídas equipes gestoras estaduais (EGEs) e equipes de trabalho de campo envolvendo cerca de 230 entidades e 600 técnicos e entrevistadores, o que permitiu melhor reconhecimento e articulação desse campo em todo o território nacional. O trabalho de campo foi realizado no segundo semestre de 2005 com visitas a 14.954 empreendimentos econômicos solidários em todas as unidades federativas abrangendo 2.274 municípios.

Finalizando, são apresentados os resultados obtidos com intenção de mostrar a macrovisão de uma realidade, em muito, desconhecida. Os gráficos a seguir ilustram, nacionalmente, a magnitude desses empreendimentos, qualificando-os desde a sua forma de organização, tipo de atividade, remuneração, participação por gênero, entidades de apoio e fomento. Cabe destacar, ainda, a importância do apoio prestado a esses empreendimentos a partir de meados da década de 1990 (GRAF. 1 e 2) quando ganham maior impulso.

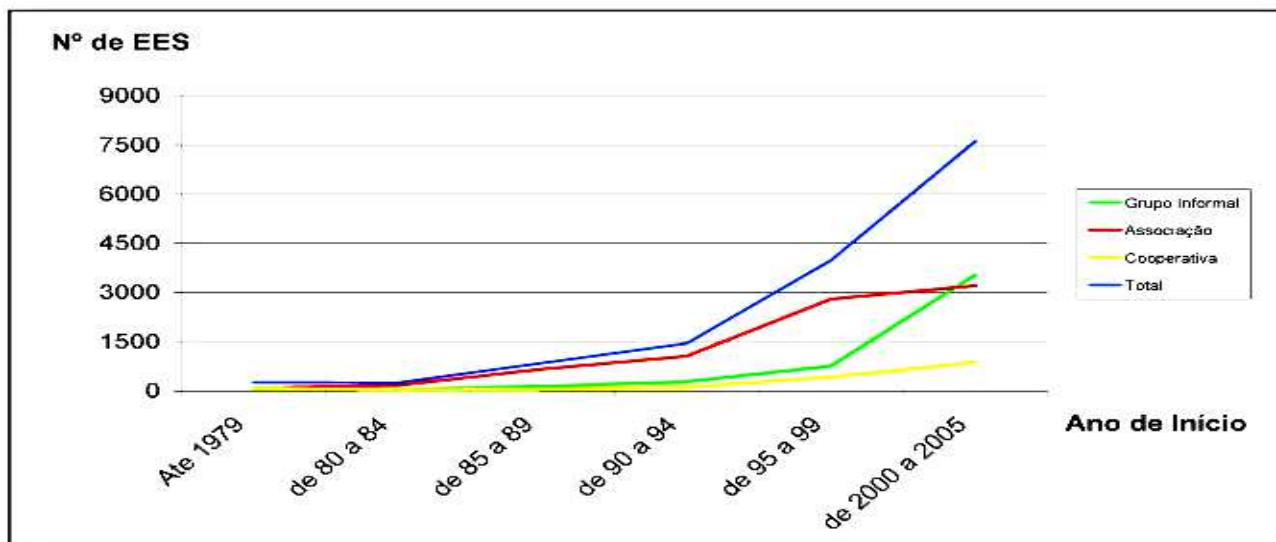


GRÁFICO 1 - Trajetória da economia solidária por forma de organização

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

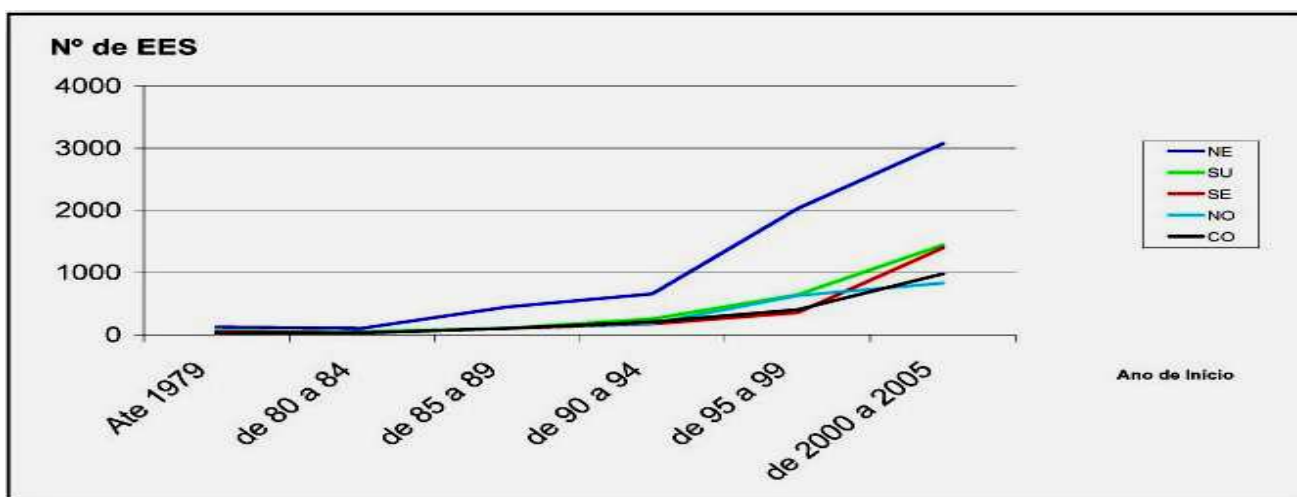


GRÁFICO 2 - A trajetória da economia solidária por região

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

Pode-se observar, no gráfico abaixo, a predominância da organização informal e associativa em todas as regiões do país. A forma cooperativa, a única que seguramente é formalizada, com apenas 11% dos empreendimentos solidários identificados para o total do Brasil, está representada em maior proporção na região Sudeste (51%) seguida pela região Sul (41%) e regiões Centro Oeste (29%), Nordeste (27%) e Norte (22%).

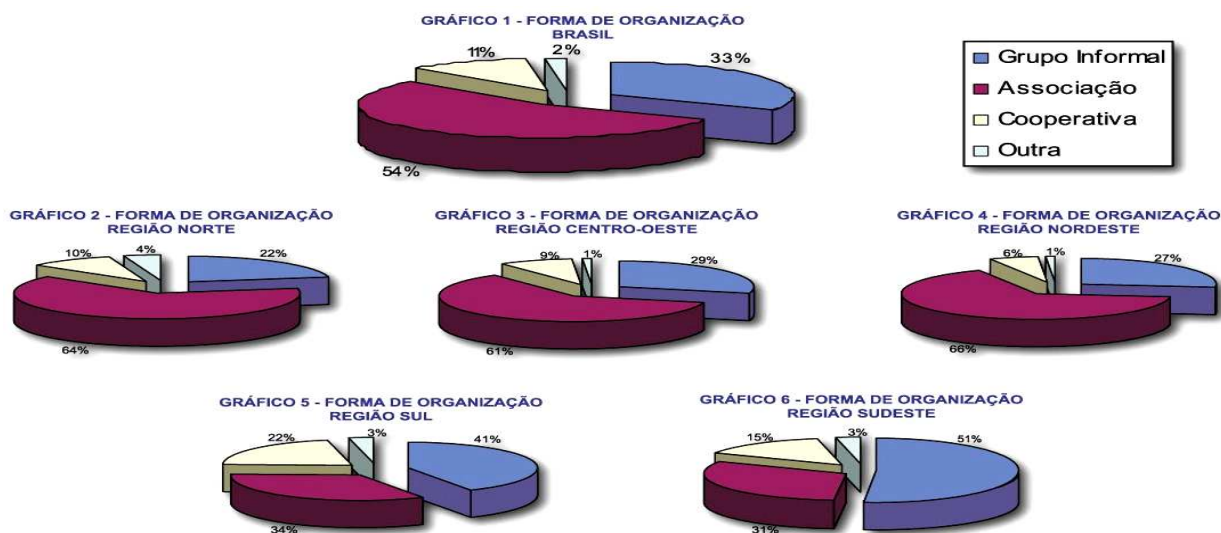


GRÁFICO 3: Forma de organização por região

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006

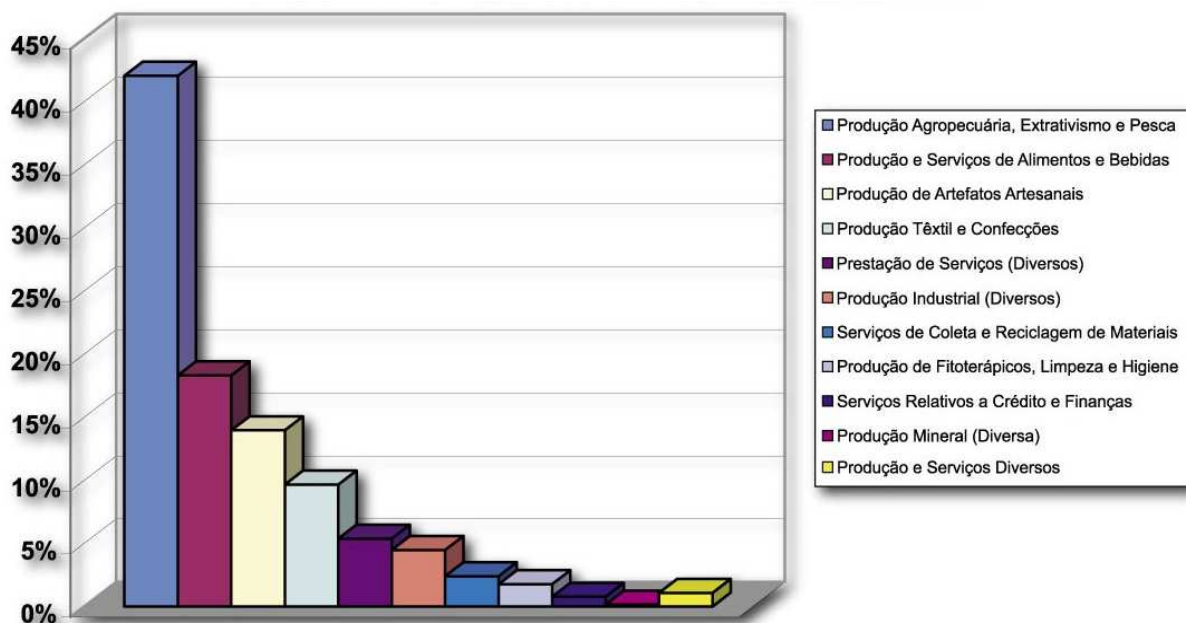


GRÁFICO 4: Produtos e serviços da economia solidária

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

A produção agropecuária e extrativista alcança 42% do total dos empreendimentos. A produção e serviços de alimentos e bebidas ocupam em segundo lugar com apenas 18,3% e, em terceiro, estão os produtos artesanais com (13,9%). Os demais ramos de atividade têm participação inferior a 5% como pode ser observado no gráfico a seguir.

Aproximadamente, 60% dos empreendimentos pesquisados informaram a remuneração dos sócios e destes, 50% recebe o valor de até meio salário-mínimo (GRAF. 5). Nas duas faixas intermediárias seguintes, a remuneração é de meio a dois salários-mínimos. Nessas faixas, concentra-se o segundo maior conjunto de sócios para todas as regiões do país. Para as maiores faixas de renda, a participação fica abaixo dos 10%, exceto na região Sul. Considerando as características desses empreendimentos, é razoável supor que remunerações tão baixas sejam aceitas por seus integrantes por falta de outras alternativas ou de necessidade de complementação de renda familiar.



GRÁFICO 5: Remuneração por região

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

Ao analisar os dados do gráfico 6, chama a atenção o papel da mulher nos empreendimentos de diferentes portes: quanto maior a empresa menor é a participação feminina relativa. Há predomínio evidente dos homens nos empreendimentos com mais de 20 sócios e mulheres nos até 10. Essa composição do quadro social parece reproduzir as relações de poder verificadas largamente na sociedade. A maioria dos empreendimentos (73%) é formada por homens e mulheres; 16% deles são constituídos, exclusivamente, por mulheres, e 11% somente por homens.

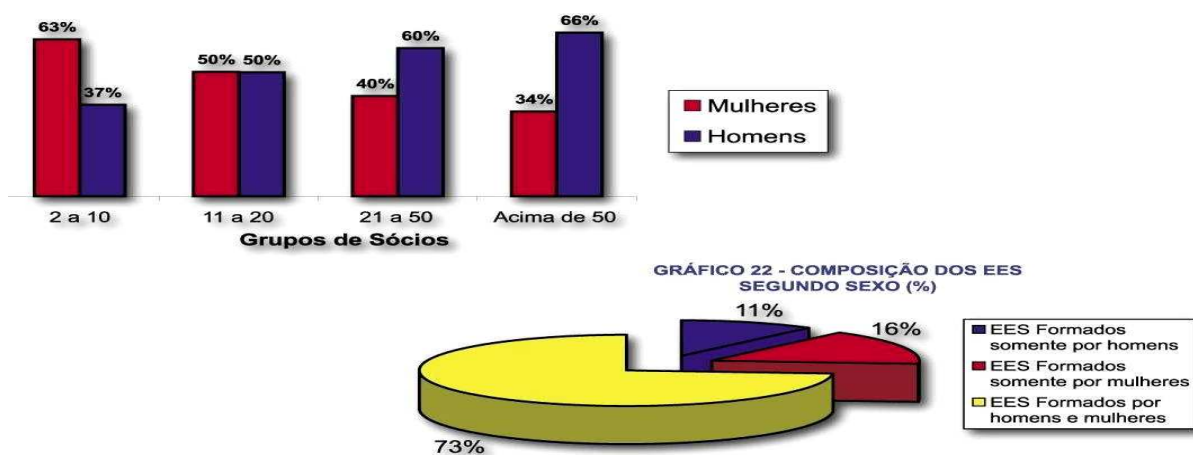


GRÁFICO 6: Participação por gênero segundo porte do empreendimento

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

As 1.120 Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAFs⁴⁴) identificadas no Brasil estão distribuídas de forma semelhante à dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES). Ambas apresentam maior concentração na região Nordeste (51%), conforme se verifica no gráfico 7 a seguir.

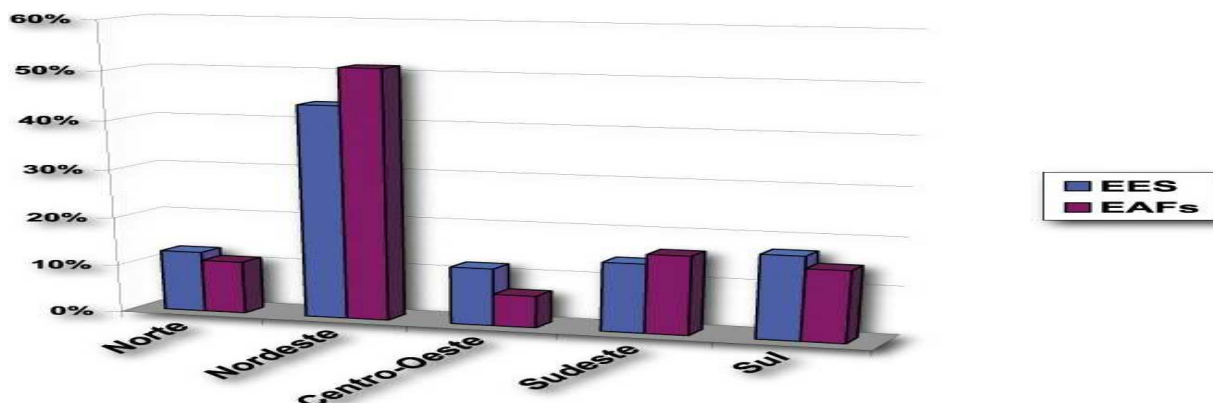


GRÁFICO 7: Distribuição de EAFs e EES por região

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

Como uma das entidades de apoio de EES, desde a sua criação em 1999, a Incubadora da UFPR desenvolveu intenso diálogo com a sociedade paranaense que

⁴⁴ As EAFs são as entidades que apóiam diretamente os EES com capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e gerencial como as incubadoras universitárias, os núcleos de extensão universitária, entidades de serviço social autônomo (SEBRAE, SENAI, etc.), fundação privada, organização social (OS), organização da sociedade civil (OSCIP) e ONGs.

resultou em importantes parcerias nas ações desenvolvidas. Essa interlocução é considerada vital para as atividades da Incubadora, conforme mencionado em relatório de Seminário de acompanhamento do PRONINC (2005). Nesse relatório, são citados alguns exemplos de parceria, por exemplo, com o Instituto Lixo e Cidadania do Paraná. Trata-se de uma organização não-governamental que tem dado apoio fundamental à Incubadora nos últimos meses. Essa ONG intermediava a relação entre a Incubadora e diversos grupos de catadores de material reciclável, na região metropolitana de Curitiba e no litoral do Paraná, além de apoiar, materialmente, diversos grupos. Outros parceiros também têm desempenhado papel fundamental para a execução das atividades da Incubadora na ampliação do diálogo da ITCP-UFPR com a sociedade civil. Eis a relação dessas parcerias:⁴⁵

- Agência Canadense de Cooperação Internacional
- Associação das Universidades do Grupo Montevideu – AUGM (<http://www.ufpr.br/augm>)
- Caixa Econômica Federal – CEF (<http://www.caixa.com.br>)
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná – CEDCA
- Conselhos Municipais do Trabalho
- Em Ação (OSCIP) (<http://www.emacao.org.br>)
- Empresa de Correios e Telégrafos – ECT (<http://www.correios.com.br>)
- Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER (<http://www.emater.pr.gov.br>)
- Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (<http://www.finep.gov.br>)
- Fundação Banco do Brasil – FBB (<http://www.fbb.org.br>)
- Institut de Recherche et d'Enseignement pour les Coopératives de l'Université de Sherbrooke – IRECUS (<http://www.usherbrooke.ca/irecus>)
- Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR (<http://www.tecpar.br>)
- Instituto Lixo e Cidadania (<http://www.lixoecidadania.pop.com.br/home.htm>)
- Itaipu Binacional (<http://www.itaipu.org.br>)

⁴⁵ Disponível em: < <http://www.proec.ufpr.br/desenvolvimento/desenvolvimento.htm> >. e citados na mesma fonte. Site acessado em 1º de maio de 2005.

- Rede Universitária das Américas em Estudos sobre Cooperativismo e Associativismo – UNIRCOOP (<http://www.unircoop.org>)
- Rede Universitária de Incubadoras de Cooperativas Populares
- Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná – SETI (<http://www.seti.gov.br>)
- Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná – SETP (<http://www.setp.pr.gov.br/setp/index.php>)
- Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES

Atualmente, a ITCP/UFPR continua inserida no programa de extensão da UFPR, que integra a Coordenadoria de Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (CDS-PROEC). Esse órgão desenvolve ações de intervenção social com vistas ao resgate e à valorização da cidadania e procura realizar a indissociabilidade entre a extensão, a pesquisa e o ensino, mantendo forte inserção social⁴⁶. O estreitamento dos laços com instituições locais são reforçadas pela sua atual forma de atuação, voltada para o desenvolvimento local.

2.7 A Criação da ITCP/UFPR: retrospectiva

A atividade da ITCP não encontra precedente na história da UFPR: não existia experiência anterior de incubagem em cooperativismo, na esfera da pesquisa, do ensino ou da extensão. Nesse sentido, é um trabalho inédito, como o foi o da UFRJ, com caráter regular e permanente. Foi um marco na atividade de extensão da instituição.

⁴⁶ Os projetos desenvolvidos pela CDS-PROEC são os seguintes: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares Programa Estadual de Economia Solidária; Curso de Especialização em Economia Solidária; Plano Territorial de Qualificação do Paraná (PlanTeQ-PR); Núcleo local da Unitrabalho - Programa de capacitação permanente na área da infância e adolescência; Curso pré-vestibular para afrodescendentes; Curso pré-vestibular gratuito Em Ação. O Plano Territorial de Qualificação do Paraná (PlanTeQ-PR), da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná, visa a qualificar social e profissionalmente os trabalhadores do estado do Paraná, especialmente, aqueles em situações sociais de risco, ou seja, os desempregados, os subempregados e aqueles no mercado informal. Mais concretamente, o trabalho desenvolvido no âmbito do PlanTeQ-PR pela CDS-PROEC busca o resgate da cidadania, a geração de renda, a inclusão social e a promoção e a prática da democracia por meio da qualificação de diversos grupos sociais para o trabalho coletivo na forma de cooperativas populares autogestionárias.

Como salienta a primeira coordenadora do Programa,

o processo de implantação da ITCP/UFPR teve início antes do lançamento oficial, quando, em junho de 1998, a nossa universidade, por intermédio da Coordenadoria de Apoio à Cidadania, participou no Rio de Janeiro, do evento Seminário Nacional de Programas de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. (POPP, 2002, p. 29)

A participação nesse Seminário de divulgação do modelo de incubadoras de cooperativas marcou o início do processo de criação de inúmeras incubadoras no Brasil. Já no mês subsequente, após visita e articulação do termo de cooperação entre a COPPE/UFRJ e a UFPR, desencadearam-se ações de divulgação nas unidades departamentais, organização e qualificação da equipe. Discutiram-se, na sequência, os princípios que norteariam suas atividades, os quais foram aprovados pelo Comitê Assessor de Extensão em 06/08/1998, oficializando-se, assim, sua existência. A adoção dos procedimentos metodológicos que mantêm a identidade com as incubadoras já existentes foi garantida por vários outros cursos, seminários e estágios. Desse modo, deu-se continuidade ao processo de formação dos integrantes da equipe, numa proposta de formação continuada. Tal processo envolveu: disposição da administração da universidade em apoiar a iniciativa das pessoas interessadas, inicialmente três professores; discussão dos procedimentos burocráticos e práticos necessários; alocação espacial dentro da universidade.⁴⁷ (UFPR, 2002, p. 107).

Assim, A ITCP/UFPR nasceu inserida institucionalmente na forma de Programa de Extensão, e, como tal, foi apresentada publicamente (como já mencionado) no mesmo evento de criação da rede, em 22 de março de 1999. Objetiva, como a incubadora de origem no Rio de Janeiro, proporcionar alternativas de trabalho e renda, em especial, a alguns segmentos da população que têm grandes dificuldades para superar os obstáculos, nos âmbitos econômico, social e cultural, na constituição de empreendimentos produtivos. Para tanto, utiliza os recursos humanos e os conhecimentos da Universidade na formação e qualificação de trabalhadores, para que eles possam, através de atividades de autogestão, conseguir inserção nas atividades econômicas do país (UFPR, 2002, p. 107).

⁴⁷ A parte do referido relatório relevante para nossa discussão está incluído como Anexo I da dissertação da autora conforme referenciada no início desse trabalho.

O trabalho da Incubadora se desenvolve no interior da universidade e nas comunidades onde estão sendo formadas as cooperativas, seguindo fases inter-relacionadas. O trabalho inicia-se com o processo de formação dos cooperados. Inclui sondagem preliminar e curso de cooperativismo, planejamento e projeto da cooperativa, legalização, administração de autogestão, além de cursos de capacitação técnica. Na UFPR, o trabalho de extensão permite a troca de experiências entre comunidade e universidade reciclando conhecimentos por meio do saber popular e das práticas sociais. A ITCP tem como missão organizar as atividades multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar do ensino e da pesquisa para o desenvolvimento da fórmula cooperativa, contribuindo com os diversos meios locais regionais e internacionais, na criação de cenários favoráveis ao cooperativismo. (UFPR, 2002, p. 106)

A agilidade e rapidez com que se desencadeou esse processo revelam o grande interesse despertado no âmbito dessa instituição, propiciando, então, as condições concretas minimamente necessárias à concretização da experiência. Segundo o Relatório de Atividades do Programa ITCP/UFPR de 1999⁴⁸,

o conjunto das suas ações caracterizam-se em três momentos: o primeiro de estruturação da incubadora e formação da equipe seguido da formação dos grupos comunitários para o cooperativismo e, por último, a incubagem, que engloba a formação, o assessoramento, a qualificação e o acompanhamento da cooperativa, cumprindo *desta forma a função formativa da própria universidade* (POPP, 2002).

Oportunamente, o aprofundamento teórico foi assumido na UFPR pela área do Direito Cooperativo, com a organização de um Núcleo, que também participa, ativamente, na promoção de eventos, como as Oficinas de Trabalho em Direito

⁴⁸ Em outras universidades, como por exemplo, na Universidade Federal de São Carlos, que também participou do referido seminário, o ritmo foi mais lento. Inicialmente, os maiores interessados foram os Núcleos de Estudo, que atuavam junto a comunidades. A data de lançamento dessa incubadora foi 05/04/1999, mas só um ano depois ganhou regularidade sem, no entanto, vincular-se em nenhum órgão específico. É um programa que envolve vários departamentos, mas também tramita em nome de algum núcleo, não se vinculando formalmente a nenhum deles. A dificuldade, no caso, foi a falta de professores para assumir a atividade, que iniciou com o primeiro grupo incubado somente em janeiro de 2000. (INCUBADORES, 2001) Essa mesma dificuldade é enfrentada no Paraná, pela Universidade Estadual de Londrina, que já participou de vários eventos promovidos pela ITCP/UFPR e manifestou, claramente, através de Pró-Reitor de Extensão e outros participantes, seu interesse pela criação da Incubadora no seu campus, sem, no entanto, obter êxito até o momento. Na Universidade do Amazonas, como exemplo contrário, a atividade iniciou-se somente alguns meses depois da sua fundação, em 2001, a partir de experiências concretas que possibilitaram o envolvimento de professores.

Cooperativo (julho de 1999 e maio de 2000) e o 1º Seminário de Tributação em Cooperativas (novembro de 1999).

A participação do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR nesse processo começa a delinear demandas específicas de projetos de Mestrado e Doutorado que pretendem explorar a temática do cooperativismo, da economia solidária, da autogestão, dos direitos humanos e do balanço social, em relação com a cidadania, a partir dos contornos constitucionais e jurídicos presentes em nosso país (POPP, p. 31).

Nessa medida, todo o processo de criação das cooperativas populares foi feito basicamente sob a influência da filosofia de educação de Paulo Freire. Para ele, a educação, como experiência especificamente humana, é uma forma de intervenção no mundo. Não deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. (FREIRE, 1997, p.110-111) A proposta metodológica de muitas ITCPs da Rede é a originalmente adotada pela ITCP/COPPE/UFRJ, enquanto outras baseiam-se nos princípios de Freire, entre outros autores. Em Pernambuco, as referências metodológicas e os princípios são desenvolvidos também se baseando-se em Paulo Freire e Juan Dias Bordenave, e, na USP, em Paulo Freire e Clodomir de Moraes (SINGER, 2000). Na UFSCar e na UFPR, desde o início são adotados, explicitamente, os métodos de Paulo Freire e Michel Thiollent.

Ressalta Freire:

[...] No processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, re-inventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido—apreendido a situações existenciais completas. Pelo contrário, aquele que é enchido por outros conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a própria forma de estar em seu mundo, sem que seja desafiado não aprende (FREIRE, 1977 p. 13).

Freire acredita e aposta na capacidade de reflexão e análise do homem trabalhador. Para ele, o conceito de educação tradicional ou bancária reduz o homem a coisa, impedindo-o de atuar como sujeito da sua história e de realizar-se na ação que o faz verdadeiramente homem. Estando em jogo formas de conhecimentos na extensão, ocorrerá, também, a reflexão filosófica de caráter teórico, pois, caso contrário, o conhecimento do mundo pode, em sua opinião,

transformar-se em instrumento de adaptação do homem a ele, mantendo os discursos vazios e a realidade intocada. Seu conceito de extensão, como não poderia deixar de ser, expressa sua visão humanista do mundo, como se vê neste trecho:

O homem, que não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, de vez que é um ser-em-situação, é também um ser do trabalho e da transformação do mundo. O homem é um ser da práxis, da ação e da reflexão... Não há, por isso mesmo, possibilidade de dicotomizar o homem do mundo, pois que não existe um sem o outro (FREIRE, 1977, p. 28).

Assim, para ele,

a posição normal do homem no mundo, como um ser da ação e da reflexão, é a de ad-mirador do mundo. Como um ser da atividade que é capaz de refletir sobre si e sobre a própria atividade que dele se desliga, o homem é capaz de afastar-se do mundo para ficar nele e com ele. Somente o homem é capaz de realizar esta operação, de que resulta sua inserção crítica na realidade: ad-mirar a realidade significa objetivá-la, apreendê-la como campo de sua ação a reflexão; significa penetrá-la cada vez mais lucidamente, para descobrir as inter-relações verdadeiras dos fatos percebidos (FREIRE, 1977 p. 31).

Na capacidade de análise dos cooperados, obviamente, isso não ocorre mecanicamente: envolvem o cultural, os problemas de linguagem e de níveis de percepção que se constituem na própria estrutura social. Não se pode dissociar linguagem de pensamento e este da estrutura. Assim, “é tentar superar conhecimento preponderantemente sensível por um conhecimento, que, partindo do sensível, alcança a razão da realidade [...] a consciência da realidade na qual e com a qual estão.” (FREIRE, 1977 p. 33)

Para Paulo Freire, a interdisciplinaridade do conhecimento toma o homem a quem serve como o centro da discussão: não, contudo, um homem abstrato, mas o homem concreto que não existe senão na realidade também concreta, que o condiciona. Ele traz a ideia do conhecimento do processo de produção por completo, não fragmentado, contra a alienação. Adverte esse autor:

Defendendo a educação como uma situação eminentemente gnosiológica, dialógica por consequência, em que educador-educando e educando-educador se solidarizam problematizados em

torno do objeto cognoscível, resulta óbvio que o ponto de partida do diálogo está na busca do conteúdo problemático [...] A assistência técnica que é indispensável, qualquer que seja o seu domínio, só é válida na medida em que o seu programa, nascendo da pesquisa do tema gerador do povo, vá mais além do puro treinamento técnico [...] A capacitação técnica é mais do que o treinamento porque é busca de conhecimento, é apropriação de procedimentos [...] Não pode nunca reduzir-se ao adestramento, pois que a capacitação só se verifica no domínio do humano [...] O homem, como antes afirmamos, ao contrário do animal, cuja atividade é ele próprio, é capaz de exercer um ato de reflexão, não somente sobre si mesmo, mas sobre a sua atividade, que se encontra separada dele, como separado dele se acha o produto de sua atividade (FREIRE, 1977 p 86-89).

Fica claro, portanto, que a universidade não pode atuar com a população apenas para ensinar ou aprender. Precisa ter principalmente a responsabilidade de, ao desenvolver as ações que lhe são pertinentes, não somente responder pelos resultados alcançados ou não, mas também pelas suas respectivas consequências, nem sempre necessariamente positivas. O importante, aqui, é problematizar o vivido tornando todos responsáveis pelas discussões e decisões sobre os rumos a tomar. Aproximar discurso e prática faz parte da revisão dos valores instituídos socialmente, do reconhecimento dos aspectos qualitativos como a atitude de solidariedade praticada entre os próprios cooperados e, ainda, despertando-os para o fato. Em síntese, é preciso levar o indivíduo a tomar consciência do estar e ser no mundo, entender as relações: eu estou no mundo e com o mundo.

Como diz Freire (1997):

Ninguém, na verdade, problematiza algo a alguém, e permanece, ao mesmo tempo, como mero espectador da problematização. Ainda quando, metodologicamente, prefira ficar em silêncio ao colocar o fato-problema, enquanto os educandos o captam, o analisam, o compreendem, ainda assim estará também problematizado. (FREIRE, 1997, p. 82)

Isso corresponderia ao que Freire chama de momentos da descodificação, ou momento dialético. É o momento em que as consciências intencionadas à codificação a apreendem como um todo. Esse momento se dá no silêncio de cada um, no seu interior, na sua reflexão sobre si mesmo e antecede os passos que se seguem, relacionados abaixo, sem que isso signifique uma ruptura entre eles:

1. os educandos começam a descrever os elementos da codificação, que são as partes constitutivas do seu todo (fase do autoreconhecimento);
2. visão da totalidade *ad-mirada*, que não termina no ato de apreensão da totalidade no qual o sujeito se comporta como se estivesse olhando a realidade de dentro (ele como parte do contexto, identificação com os demais integrantes nos objetivos comuns);
3. o sujeito, com outros sujeitos, ao *ad-mirar*, abarca a situação codificada em sua totalidade, na qual os vários elementos se acham em relação solidária e a explicação focalista não pode mais ser aceita; (forma de inserção) veem que há alternativa no coletivo;
4. momento da descodificação; a percepção crítica se aprofunda; o sujeito realiza a análise crítica do que a codificação representa e como seu conteúdo expressa a própria realidade e a crítica incide sobre ela; é o momento da interpretação. Do entendimento crítico da sua situação no mundo, da briga pelo financiamento em que são discriminados e pelo espaço no mercado que já tem dono; é a percepção do tratamento desigual, de quando já não recebem esmola ou favor mas conquistam direitos. (FREIRE, 1997 p. 91)

Entre esses passos, não há separação rígida como aparentemente sua descrição sugere: formam parte do processo da conscientização do qual resultam que os homens podem realizar sua inserção crítica na realidade; é um processo integrado, não *etapista*, destaca Freire.

Conscientização, portanto, é superar a esfera espontânea de apreensão da realidade passando para uma esfera crítica, na qual a realidade se dá como objeto cognoscível assumindo o homem uma posição epistemológica. Nesse sentido, considera-se um teste de realidade.

A conscientização não pode existir fora da *práxis*, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialeticamente constitui, de uma maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. Este conhecimento crítico exigido pela utopia: há que conhecer e criar a história com as próprias mãos. É o olhar mais crítico da realidade que 'a des-vela para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante'. (FREIRE, 1997, p. 26-28-29) (grifos do autor)

Entende-se, no sentido dado por Freire, que a atividade cooperativista é instigadora da consciência e sua prática é desafiadora da consciência crítica. Argumenta Santos (1992, p.116), que a educação e mudança social estão intimamente inter-relacionadas e o cooperativismo cumpre importante papel educacional. Para esse autor, a educação permite aos indivíduos uma participação consciente na transformação da realidade social. Resgata Bakunin, para criticar a política educacional dos socialistas *burgueses*, ao dizer que eles

[...] pedem somente ensino para o povo, um pouco mais do que tem agora, enquanto que nós, democratas socialistas, pedimos para ele educação integral, o ensino total, tão completo como o que leva consigo o poder intelectual do século, afim de que por cima das classes operarias não se encontre no futuro nenhuma classe que saiba mais e que, exatamente por isto, possa dominá-las e explorá-las” (BAKUNIN, 1989, p.34. SANTOS, 1992, p. 116)

Desse modo, esse autor defende a necessidade de educação integral para todos, pois

não basta “distribuir mais ensino em uma sociedade onde os “progressos da indústria e do comércio” são as causas da “miséria relativa” do proletariado e onde os progressos da ciência” são as causas da sua “ignorância relativa”. A existência de vários tipos de ensino perpetuam os privilégios para alguns, “um pequeno número de contemplados, a escravidão e miséria para a maioria”. (BAKUNIN, 1989, p.39. SANTOS, 1992, p. 116-117)

Mais adiante, acrescenta:

não há outra forma de se aprender a trabalhar coletivamente senão trabalhando coletivamente, pois o processo de aprendizagem decorre do exercício prático da forma organizacional coletiva que favorece e exige a iniciativa e a participação ativa de todos que se encontram no coletivo. (SANTOS, p.125)

O cooperativismo atrelado nesse processo é usado pelas pessoas envolvidas na incubagem como um instrumento político e econômico: uma forma positiva, ampliadora de todas as capacidades em um sistema que desfavorece os mais destituídos de oportunidades. Tal processo permite a conscientização porque induz à reflexão sobre as relações de trabalho à medida que a pessoa ocupa lugar e se

torna participante de uma nova relação de poder. Assim, as decisões não vêm de cima, nem vêm de fora, mas são tomadas pelos próprios interessados. Não há subordinação e o trabalho passa a adquirir uma nova dimensão na relação entre os cooperados. Ao tratar de projetos estratégicos, os cooperados deparam-se com decisões de natureza complexa, com grandes mudanças que ultrapassam os limites de áreas funcionais, atividades que estão habituados a desempenhar e dos diferentes interesses existentes dentro e fora da cooperativa. A adequação possível entre as dificuldades e oportunidades enfrentadas, a curto e longo prazo, busca viabilizar o empreendimento apesar do seu alto nível de incerteza. Tal incerteza se verifica, por exemplo, no plano interno tanto na distribuição de tarefas quanto na organização da atividade produtiva e, externamente, em tudo o que corresponde à aceitação do produto no mercado, à escolha de canais de comercialização, e à determinação dos preços e quantidades de produtos ofertados, além da preocupação com a qualidade.

As relações coletivas e igualitárias, ao se constituírem como negação de toda forma de individualismo e de personalismo, favorecem a participação ativa e interessada de todos. Nesses processos, onde todos participam, onde cada um pensa e decide por si mesmo e onde cada um compartilha entre iguais as responsabilidades assumidas coletivamente, geram-se a desalienação e a emancipação e aumenta-se a coesão grupal. (SANTOS, p. 126)

Posto isso, do cooperativismo pode-se esperar, então, a solidariedade como teia de ação pedagógica. É a intensidade da participação ativa, com o acréscimo de iniciativas que rompe a disciplina que se conhece no sistema capitalista o que implica, necessariamente, uma ação coletiva. É “neste processo que os fios de solidariedade vão entrelaçando-se, confundindo-se, constituindo-se nas verdadeiras teias da ação pedagógica”. Mas um processo de transformação da apatia e passividade para uma ação ativa e interessada, mas não suficiente para outro processo igualmente importante: uma nova disciplina criada e aceita por todos. (SANTOS, p.126)

O cooperativismo proposto e considerado, aqui, como autêntico é parte da economia solidária, pois os trabalhadores detêm igualitária e democraticamente a posse e o controle do empreendimento entre outros requisitos. Eles vêm, na autogestão, a tentativa e a possibilidade concreta de identificar seus problemas e

limites para, coletivamente, enfrentarem os conflitos no interior das comunidades com a perspectiva transformadora, somando esforços diante de barreiras externas.

Voltando, pois, ao problema originado na experiência da ITCP/UFPR exposto inicialmente, pode-se dizer que na proposta de uma cooperativa popular, criada pela universidade deve, em tese, proporcionar uma educação transformadora, com maior conscientização e relações mais solidárias e igualitárias. Nesse sentido, a pergunta é: a cooperativa popular incubada, conforme os princípios do cooperativismo, é capaz de desenvolver, em seus associados, a capacidade de assimilar sua cultura, seus princípios e valores cooperativistas garantindo a autenticidade do empreendimento? Sua dimensão educativa gera consequências nas ações práticas dos cooperados e seu entorno? Como aferir o respeito e cuidado dos cooperados em pautar suas ações segundo a doutrina cooperativista referendada desde sua origem até nossos dias?

Diante do exposto, pode-se afirmar que, para produzir a incubagem de cooperativas populares, alguns pré-requisitos são necessários. Essas condições concretas compõem o que se poderia chamar de fatores a partir dos quais se processam as combinações possíveis ao processo de incubagem. Assim, em termos acadêmicos, a existência dos recursos humanos, materiais e financeiros, comporiam a estrutura necessária da qual pode resultar em sucesso a ação desenvolvida pela ITCP?

3 COOPERATIVA DE EMBALAGENS BRASIL - COEMBRA

Este capítulo tem por objeto tratar do estudo de caso, o recurso metodológico adotado para a análise da cooperativa popular, tema desta tese. As razões de tal escolha e a caracterização apresentada no início do capítulo situam o leitor a respeito do contexto da criação da cooperativa, tipo de atividade por ela desenvolvida, bem como sua relação com a Incubadora. A seguir são abordados aspectos da sua história, da produção, das crises pelas quais passou e passa atualmente, concluindo com os resultados observados até o momento.

A escolha da COEMBRA se deve, especialmente, ao seu histórico peculiar, ao acesso permitido aos documentos e às pessoas nela envolvidas à época de sua criação. Embora a proposta fosse compor informações detalhadas de uma ou mais cooperativas para o aprofundamento da questão central do estudo, o fácil acesso à riqueza de fatos e detalhes da trajetória dessa cooperativa, inacessível ou inexistentes em outras, mudou o rumo da pesquisa. Além disso, ao levantar a situação da cooperativa surgiu a possibilidade de obter dados também da experiência de outra empresa criada por ex-cooperados da COEMBRA, que atua na mesma atividade desta. Assim, a disponibilidade de analisar uma empresa, cuja origem, de algum modo, era semelhante à própria COEMBRA, mas com existência, formato organizacional e jurídico distintos foi uma oportunidade ímpar para o objetivo proposto para este estudo. A diferença de trajetória gritante entre os dois empreendimentos indicava a existência de elementos comparativos mais claros do que entre cooperativas de objetos⁴⁹ distintos. Somou-se, a tudo isso, a disposição dos sócios em colaborar, nesta pesquisa, inclusive ex-cooperados, apresentando outros fatos importantes relativos a COEMBRA como: ela já ter passado por todo o processo de incubagem; de estar desincorporada oficialmente desde 2005; ter recebido todo o tipo de apoio, inclusive financeiro e de infraestrutura; ter vivenciado diversos tipos de problemas e, mesmo tendo superados a maior parte deles, ainda não apresentam condições satisfatórias de atuação, inserção

⁴⁹ Conforme a Lei brasileira nº. 5.764/71, o objeto da cooperativa corresponde ao tipo de atividade desenvolvido por ela.

no mercado, de renda aos sócios e de autogestão. Afinal, essa cooperativa foi a que mais apresentou condições de alcançar seus objetivos. Por tudo isso, apresentava, para este trabalho, os elementos muito importantes para a análise tanto dos avanços quanto dos retrocessos que constituem sua história. Ambos os empreendimentos, no caso, buscam os mesmos objetivos: resultados econômicos. Logo, as operações que realizam internamente e com o mercado, o modo pelo qual negociam e custeiam suas atividades são exemplares das suas dinâmicas próprias.

3.1 Histórico da COEMBRA

Curitiba é conhecida como modelo de urbanização e apontada como a capital brasileira com melhor qualidade de vida, pelo Banco Mundial em 1999, entre outros setores de *marketing* até hoje. No entanto, sempre conviveu com o problema crônico do país: a desigualdade. Os índices oficiais atestam qualidade de vida privilegiada como o IDH-M 0,856, renda *per capita* de R\$619,82, e também concentração de renda, com o índice de Gini em 0,590, segundo o Perfil dos Municípios do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)⁵⁰. A desigualdade é ainda mais acentuada em áreas de ocupação irregular da cidade, especialmente, a periferia para onde são direcionadas as populações de menor poder aquisitivo e os grupos de migrantes empobrecidos. São comunidades formadas e organizadas no palco de lutas pela moradia urbana e por reivindicações ao Poder Público para obtenção de algumas melhorias. Os seus integrantes estão localizados na base da pirâmide social. Eis a origem do grupo social que fundou a COEMBRA.

Originados principalmente do interior do Estado, a maioria dos cooperados que formaram a COEMBRA enfrentam as barreiras decorrentes da baixa escolaridade e da pouca qualificação profissional. Na atual conjuntura, com a persistente diminuição de oferta de empregos, essas características ampliam as barreiras para a inserção dessa população no mercado de trabalho. As expectativas de encontrar trabalho esbarram em crescentes

⁵⁰ Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=80000&btOk=ok>.

Acessado em 09/03/2009. As fontes utilizadas foram respectivamente PNUD/IPEA/FJP e IBGE.

dificuldades. Por essa razão, ter um *emprego* foi o que mais mobilizou os primeiros participantes da COEMBRA.

Assim, a partir da participação política de algumas pessoas do grupo e o contato com pessoas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), conhecedoras do trabalho desenvolvido pela COEMBRA, levaram esse grupo de trabalhadores a descobrir a existência desse processo de incubagem. Estimulados pela possibilidade de aproveitamento dos resíduos de madeira disponíveis (de conhecimento do grupo), procuraram a ITCP/UFPR com recomendação dos seus correligionários. Após diversas articulações, a ITCP/UFPR assumiu a incubagem do grupo. No início, as reuniões se ampliaram para cerca de oitenta pessoas, mobilizadas, especialmente, pelos pioneiros da idéia. A maioria acreditava tratar-se de um emprego ou trabalho informal que resolveria seu problema imediato de ganhos para a sobrevivência. Ao final, ficaram aqueles que, depois de conhecer a proposta, se mostraram dispostos a investir na cooperativa, a maioria moradora da Vila Formosa⁵¹.

Naturalmente, a COEMBRA desenvolve artefatos de madeira, objeto da cooperativa. A atividade exige a interação dos cooperados para produzir e vender sua produção, bens tangíveis como palete, caixas para embalagens de diversos tamanhos e formas, entre outros. Essa peculiaridade requer prática de colaboração entre os sócios. Não é uma atividade que permita o desempenho individual, desprendido dos demais; todas as tarefas estão conectadas, implicadas no mesmo propósito e afetam-se mutuamente. São tarefas que se apoiam em bases organizacionais necessariamente bem definidas e explicitadas claramente.

Embora o formato de uma empresa cooperativa atenda às necessidades características do grupo, sofrem com a falta de incentivos econômicos e, equiparadas ao patamar das grandes empresas, respondem em total desvantagem às mesmas exigências em relação aos riscos e os tributos que acarretam gastos desproporcionais à sua capacidade produtiva. Até meados de 2003, perduraram altos impostos referentes ao ICMS. Após muitas tentativas, conseguiram incluir-se no sistema simples de tributação, beneficiando-se da isenção aos empreendimentos com até R\$15.000,00 de receita mensal. Esse

⁵¹ No bairro Novo Mundo, há várias vilas: Maria, Uberlândia, Formosa entre outras; conforme o autor, a denominação pode mudar.

benefício não pôde ser mantido por constituírem-se como cooperativa e sua equiparação às pequenas empresas não atende às normas e exigências legais.

Hoje, a cooperativa parece parada no tempo, enfrenta problemas internos, de organização e entendimento entre os participantes e, externos, de mercado para seus produtos e dívidas tributárias. Em visita à sua sede, assiste-se ao quase abandono: são poucas as pessoas que ficaram para produzir, atender e manter a ordem e a limpeza do barracão. O clima é de tristeza e desamparo. Em contraposição, Embalagem de Madeira Paraná (EMMDEP), empresa criada por ex-cooperados, funciona normalmente, estabilizou-se no mercado e atua com tecnologia avançada recomendada para essa atividade produtiva. Ao contrário da COEMBRA, a divisão de tarefas e responsabilidades estabelecidas entre os três sócios e vinte e dois funcionários apresenta, até o momento, bons resultados.

3.1.1 Trajetória e caracterização da COEMBRA

No final de 2000, trinta e duas pessoas, moradoras das Vilas Maria e Uberlândia, do bairro Novo Mundo, na região da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) criaram, formalmente, a Cooperativa de Embalagens Brasil - COEMBRA. Como já dito, o perfil de seus fundadores, pode-se dizer, é de pouca qualificação formal. À época, aproximadamente 12% possuíam formação para o trabalho profissional com madeira, que é objeto da cooperativa. Os demais possuíam as mais diversas profissões: vigia, pedreiro, auxiliar de enfermagem, auxiliar de análise clínica, operador de máquina, manicura, cozinheira, auxiliar administrativo, pintor, vendedor, soldador, tecelão, técnico da construção civil e até mesmo algumas *do lar*. O grupo era composto por dezesseis mulheres e dezesseis homens; metade com 40 anos ou mais de idade, 91% com mais de trinta anos; nível de escolaridade dificilmente ultrapassava o primeiro grau regular (22%); majoritariamente, mestiços, somente 14% nascidos em Curitiba; 57% migraram do interior do Estado do Paraná e o restante, 29%, de outros estados brasileiros; apenas 9% deles estavam, à época da pesquisa, empregados com registro.

À época da pesquisa, segundo o livro de registro, existiam 42 cooperados inscritos. A metade, homens (50%), concentrados, especialmente,

na faixa de 30 a 50 anos de idade (considerando 2003 como data de referência); quase todos eram casados, apenas dois solteiros. Apenas 24% possuíam profissão completamente incompatível com a função desempenhada na cooperativa, como, por exemplo, vigilante, agricultor e borracheiro. E 24% possuíam experiência na área de atuação da cooperativa. Das mulheres, apenas a metade era casada, 40% são solteiras, uma é divorciada e uma viúva. A distribuição feminina por faixa etária é mais equilibrada; a maioria na faixa de 30 a 60 anos de idade, mas nenhuma com mais de 60 anos na data de referência. Menos da metade delas (40%) tinha algum tipo de qualificação da qual pudesse valer-se para as atividades da COEMBRA, como: auxiliar de serviços gerais, auxiliar administrativa, auxiliar de produção, operadora de máquinas.

Atualmente, a cooperativa conta com 19 cooperados (9 são sócios fundadores), a maioria residentes da mesma região de origem, a *Antena*, como era chamada. Esse local se caracterizava por invasões não legalizadas, na ocasião apresentada com problemas de infraestrutura, saneamento, segurança, saúde, educação, entre outros serviços básicos. Por estar localizada em área de radiação, perto da Rádio Estadual, conquistaram o reassentamento em outro local, hoje já urbanizado. Essa conquista está também relacionada à participação política partidária de alguns membros do grupo (PMDB), ligados ao grupo do atual governador do Estado. Essa vinculação que os aproximou da Incubadora da UFPR, se, por um lado, lhes trouxe vantagens, por outro lado, acarretou-lhes alguns problemas posteriores. Cita-se, por exemplo, a rivalidade com a prefeitura, causada por divergência do grupo político de oposição ao do governo estadual, o que dificultou, em muito, a parte burocrática da cooperativa: a “Prefeitura atrapalhou muito, não dava licença, implicava com os cooperados excluídos”, como comentou uma cooperada.

O trabalho desenvolvido pela ITCP nessa comunidade foi intenso, com ritmo determinado, na maior parte das vezes pelos próprios participantes que se adiantaram nas tarefas propostas. Desde o início da formação da cooperativa, as expectativas dos cooperados em relação à ITCP foram muito grandes e, mesmo hoje, reconhecem o trabalho da incubadora de viabilizar a formação do empreendimento. Todos concordam ao afirmar ter sido com ela que aprenderam o que é uma cooperativa. Além de entenderem melhor os

aspectos jurídicos, econômicos, e de relacionamento entre as pessoas, a ITCP indicou-lhes o caminho a seguir e auxiliou-os a contornar diversas situações, inclusive, em negociações com empresas e governo. Sua criação está entre as primeiras da ITCP/UFPR e contou com uma equipe motivada especialmente pelo entusiasmo e disposição dos cooperados fundadores.

Assim, a perspectiva de iniciar essa atividade concorria com oportunidades que surgiam de trabalhos eventuais em *bicos*, como chamavam, e até de empregos que foram oferecidos a algumas pessoas durante o processo de montagem da cooperativa. Embora esses trabalhos esporádicos ou não é que garantiam, em boa medida, a sobrevivência dessas famílias, pois a cooperativa não apresentava receitas suficientes para manter os cooperados e suas famílias, havia uma grande resistência em desligar-se da cooperativa. Os mais persistentes souberam conciliar suas atividades por perceber as reais possibilidades de mudanças que este processo poderia provocar em suas vidas. Alguns mais experientes deixaram seus empregos para dedicar-se à cooperativa. Como ocorre em geral nas comunidades, há uma grande evasão e rotatividade dos participantes. No caso da COEMBRA, o empreendimento começou com oitenta pessoas interessadas, caindo para trinta e duas no total de sócios fundadores.

No início da incorporação, a maioria das pessoas dessa comunidade simplesmente ansiava por uma atividade que lhes proporcionasse renda o mais urgente possível. Muitos estavam, de fato, esperando um emprego: ficavam reservadas ante a propostas que retardavam a realização de suas expectativas, pois queriam soluções imediatas para os seus problemas de *colocar comida na mesa*. Mas, após os primeiros encontros com a equipe da ITCP/UFPR, compreendendo melhor a proposta, a principal motivação dos que ficaram para abraçar a ideia passou a ser, exatamente, ser seus próprios *patrões*, com as vantagens e desvantagens que isso implicaria, ou seja, enfrentariam as consequentes responsabilidades e liberdades dessa decisão. A ascensão social que o sucesso do empreendimento poderia trazer aos seus participantes significava, para todos, uma mudança radical nas suas vidas. Muito ficavam empolgados, diziam “agora sou empresário”, lembrou um ex-cooperado. Para várias cooperadas significou sair da depressão, não ficar em casa, ou não trabalhar como doméstica.

Quanto ao estatuto da cooperativa, foi elaborado minuciosa e amplamente discutido pelos cooperados com integrantes da equipe da Incubadora e do Núcleo de Direito Cooperativo. No período inicial da incubagem, foi aprovado na primeira assembleia da cooperativa em 08/12/2000. Esse estatuto foi modificado apenas no seu endereço e na competência da diretoria em fazer esse tipo de mudança sem a necessidade de uma Assembléia Extraordinária, modificação essa referendada pelo próprio professor Coordenador do referido Núcleo, em 13/03/01.

A primeira assembleia da COEMBRA foi definidora da sua forma de constituição e existência. Realizada no salão paroquial da Igreja Santa Mônica no bairro Novo Mundo, local próximo da residência dos cooperados, a ata dessa assembleia qualifica, detalhadamente, todos os sócios fundadores com os respectivos dados pessoais (nacionalidade, estado civil, idade, números de registro da carteira de identidade e CPF), endereços e profissão. Estabeleceu-se, ali, a subscrição de cento e cinquenta quotas-partes por cooperado no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, totalizando o capital social de R\$4 800,00 (quatro mil e oitocentos reais). Para que a integralização das quotas-partes fosse possível a todos os associados, ainda se estabeleceu, em ata, a possibilidade de parcelar a integralização em quinze vezes sucessivas, no valor de dez reais cada, ou mediante retenção de valores do movimento financeiro do associado. A primeira prestação foi integralizada por todos naquele momento. Para coordenar os trabalhos, foi escolhido, por aclamação, o futuro presidente, pessoa que liderou desde o início a realização do projeto, acompanhado de mais dois membros para compor a mesa, um deles designado para secretariar a assembleia de constituição. A seguir, foi lido, artigo por artigo, explicado e debatido o projeto de estatuto já anteriormente elaborado e discutido. Após aprovação pelo voto dos cooperados, procedeu-se à eleição dos órgãos sociais dispostos no estatuto: diretoria com mandato de dois anos, presidente e vice, diretor administrativo e vice, e diretor financeiro e vice; três membros titulares e três membros suplentes para Conselho Fiscal com mandato de um ano. Foi declarada, ao final, a constituição definitiva da cooperativa, no endereço do barracão alugado para esse fim e, antes do encerramento da assembleia, foi declarada a identificação do seguinte objeto da cooperativa: a industrialização, beneficiamento e comercialização de

madeira; fabricação e comercialização de artigos diversos de madeira e carpintaria e prestação de serviços em carpintaria.

A proposta inicial de atividade para a COEMBRA foi fazer reaproveitamento de madeira, a exemplo de uma empresa em que alguns cooperados já haviam trabalhado, usando embalagens de equipamentos e outros insumos, descartados pelas montadoras de automóveis, logo sem custos. Esses resíduos de madeira à época, causavam problemas para essas empresas, pois não tinham como lhes dar destino adequado. Vale lembrar que as montadoras já tinham sido notificadas por três vezes, pela Secretaria de Meio Ambiente Estadual por queimarem os resíduos não aproveitados, e, portanto, não poderiam mais dar esse fim, quer pelas respectivas montadoras, quer pelas empresas que os recebessem como doação. Com o recebimento desse material, a cooperativa esperava reduzir, significativamente, as despesas com matéria-prima, oferecer menor preço pelo seu produto no mercado e aproveitar essa vantagem competitiva para inserir-se no mercado.

O reaproveitamento dessas embalagens exigia trabalho minucioso de desmonte, separação e classificação do material recebido. Inicialmente chegava, sem custo, diariamente, e em grandes caminhões, após acordos com uma empresa montadora. A incubadora participou dessas negociações para, entre outras razões, destacar a finalidade social do trabalho a ser desenvolvido.

Em 2003, ante a necessidade de resolver problemas de produção, elegem, como presidente, um cooperado que tinha acabado de associar-se à cooperativa. Mas, ele não tinha amadurecimento do curso de cooperativismo, o que não foi levado em conta aos que o escolheram. Foi um período em que se estabeleceram divergências entre os cooperados *novos* e os *velhos*, ou seja, entre os recém-ingressados e os mais antigos. Esse fato provocou o afastamento de alguns fundadores da cooperativa que divergiam da condução financeira adotada. Enfrentaram, a partir desse período, alguns problemas com a qualidade da produção, ocorrendo a devolução inteira de pedidos, conforme lembrou, na entrevista, uma cooperada. Segundo ela, teria alertado, inutilmente, para o tamanho do prego inadequado utilizado.

Segundo informações obtidas na ITCP/UFPR, a COEMBRA foi desincorporada em 2005, não tendo ou seguindo um critério preestabelecido claramente. Sabe-se que na COEMBRA, nenhuma checagem do

funcionamento foi estabelecida *a priori*, ou de requisitos mínimos a atingir. Isso ficou claro nas entrevistas ante a dificuldade dos cooperados em responder sobre o processo de desincubagem, pois não entendiam exatamente a que isso correspondia. Somente após explicações é que respondiam que a incubadora *avisara* do *processo* que consistia simplesmente no afastamento da incubadora, até manter apenas contatos cada vez mais esporádicos com a cooperativa. Isso, no entanto, se mantém até hoje. Quanto à coordenadora da ITCP, definiu-a como *dolorosa*, referindo-se aos laços que todo o processo cria entre cooperados e equipe.

3.1.2 Os registros da história

A organização dos documentos em geral da COEMBRA, segundo constatação *in loco*, já fora muito melhor. A análise do livro dos cooperados apresenta informações incompletas; há anotações a lápis que podem corresponder tanto ao que é real, porque referendado pelos cooperados presentes, quanto ao que não corresponde à realidade relatada pelos mesmos cooperados. Tudo parece depender da memória e concordância dos que lá permanecem. Foi necessário fazer uma verdadeira *garimpagem* para recompor as informações mais relevantes.

As informações, mesmo as documentais, não são precisas, chegando mesmo a ser contraditórias. Por exemplo: da última ata *encontrada* na cooperativa, após várias visitas, que segundo informações anteriores deveria estar com a contadora, havia cinco cópias da mesma ata, aparentemente todas iguais. No entanto, percebeu-se, casualmente, que havia entre elas uma diferença na digitação das últimas linhas. Isso foi surpresa para os dois diretores presentes, para o presidente e secretária, que não souberam explicar por que um cooperado tinha sido retirado da lista de presença de apenas duas das cópias e, conseqüentemente, por qual razão haveria diminuído o número de cooperados aptos a votar, nessas mesmas duas cópias. Na verificação das *quotas-partes* integralizadas⁵², nem a secretária nem o presidente souberam esclarecer se as anotações, também a lápis, no livro de registros,

⁵² Corresponde à participação dos sócios no capital social da cooperativa.

correspondiam à realidade ou não. Concluiu-se, pelas diversas entrevistas, que é o senso comum que define os cooperados estarem em situação regular com as respectivas quotas. No entanto, não há registro da forma nem do período que cada cooperado integralizou as quotas correspondentes; há imprecisão quanto às datas de entrada e saída dos sócios. Não sabem precisar esses dados.

Na pasta específica para o recolhimento das assembleias realizadas foram encontradas apenas três delas e, depois mais uma, em outro lugar, fora da pasta, que, na verdade, era ainda um rascunho final, com muitas indicações importantes de organização, já deliberadas, mas não implementadas segundo as informações prestadas naquele momento. É importante frisar que os dois cooperados presentes no momento da pesquisa não sabiam dizer, ao certo, quantas atas existiam, nem qual nem quantas delas faltavam na pasta. Nesse rascunho de ata, havia uma proposta aprovada sobre a participação econômica dos sócios nos seguintes termos: identificadas as despesas fixas, essas seriam rateadas por todos os cooperados como custo de manutenção da cooperativa; e as despesas variáveis para o rateio dos custos, somente entre os que atuam na produção. Assim, deixava os que estavam afastados e, portanto, sem remuneração, da cooperativa, fora desse rateio. Desse modo, todos, sem exceção, participariam dos custos de manutenção e apenas as despesas operacionais seriam repartidas pelas horas efetivamente trabalhadas.

A referida ata parecia necessitar somente da concordância geral e jurídica da sua redação para seu registro, segundo as informações obtidas no momento. Entretanto, os cooperados presentes garantiam que isso não tinha ocorrido e também não tinham lembrança da razão pela qual isso não tenha sido efetivado. Em pesquisa realizada posteriormente, na Junta Comercial do Paraná, pôde-se constatar o efetivo registro dessa ata. Por que, então, as deliberações ali constantes não foram implementadas? Como esse fato caiu no esquecimento? O pessoal não aceitava as decisões que foram unânimes? Reclamavam?... Não sabem explicar direito! Mas o presidente garantia, inicialmente, que não se tornou *oficial*. Essa proposta, se não implementada na prática da cooperativa, também não foi reformulada ou esclarecida em outras assembleias sucessivas.

Isso, coincidentemente, ocorre no período da primeira prestação de contas da COEMBRA e saída de um grupo de cooperados⁵³, bem como de mudança na direção da universidade com conseqüente alteração na equipe da Incubadora. Para não deixar esse problema da divisão das despesas para o futuro por comprometer a renda daqueles que lá trabalhavam, a ITCP trouxe essa proposta para discussão. Portanto, ela não surgiu dos cooperados que tão somente identificaram o problema. Talvez tenha sido apressado, na época, porque se buscava resolver a questão no tempo disponível para não se transferir a outros essa responsabilidade. A implementação deliberada demorou mais do que essa transição permitiu para seu acompanhamento. A equipe que prosseguiu não tratou do assunto, nem os cooperados, talvez por conveniência ou mero esquecimento. Pode-se inferir que não houve amadurecimento de todos os atores envolvidos no episódio, apesar da unanimidade aparente da equipe e dos cooperados. Cabe destacar que essa descontinuidade favoreceu a permanência dos que tinham interesse em manter-se como sócio, pela perspectiva de rentabilidade, mas não de ali trabalhar com baixa remuneração.

Essa proposta não trazia apenas os *direitos* reivindicados por aqueles que trabalhavam mais e exclusivamente na cooperativa: representava concretamente os *deveres* de todos com o empreendimento. Em outras palavras, manter-se como sócio da cooperativa implicava bancar os custos de sua existência em condições de funcionamento para a atividade do seu objeto, qual seja beneficiamento de madeira, sob pena de deterioração dessa infraestrutura, caso a produção fosse encerrada. Obviamente, poucos cooperados poderiam dispor desses recursos. Essa decisão implicava, de fato, comprometer, financeiramente, todos os cooperados na simples manutenção da cooperativa. Tratava-se de uma ação necessária, estando ela em atividade ou não. Com isso, a responsabilidade dos custos de manutenção ficaria mais diluída e menos pesada para os cooperados atuantes. Conseqüentemente, implicava criar uma despesa para aqueles não-atuantes, afastados por diversas razões na época específica, por ter alternativa de trabalho ou não ter interesse em trabalhar na cooperativa. Vale lembrar que, entre esses últimos,

⁵³ A referida saída deve-se a fatos que marcaram sua história e serão abordados mais adiante neste trabalho.

havia alguns que contribuiriam com seus nomes para garantir o cumprimento das exigências da lei quanto ao grau de parentesco na composição da diretoria e Conselho Fiscal. A ideia proposta pela ITCP, no entanto era exatamente manter os cooperados atuantes e superar a fase, cuja composição de sócios foi um pouco artificial. Acreditava-se, também, que dessa forma os verdadeiramente interessados e comprometidos com a cooperativa teriam mais facilidade para criar uma dinâmica mais favorável à gestão que contemplasse aos anseios da maioria quanto à disciplina e controle.

Os custos muito altos na época, devido ao valor do aluguel, constituíam outra questão importante na relação dos cooperados com a cooperativa. Eles diminuía enormemente os ganhos dos que dedicavam seu tempo de trabalho à cooperativa, desestimulando-os a, cada vez mais, dedicar-se integralmente a ela. Havia divergência na equipe quanto à capacidade de pagamento desse aluguel.

Diante desse quadro, já com mais de sete anos de existência e várias tentativas de superação de problemas, o que se viu foi uma cooperativa esvaziada, mal estruturada, em desarmonia com crises de toda a ordem, enfim, reclamações praticamente iguais às do início da empreitada se repetiam. As questões relacionadas à crise são de natureza diversa: de organização e de administração do trabalho, de comercialização dos produtos, de controle das tarefas e horários, de produtividade desigual e de forma de remuneração. Todo esse conjunto de dificuldades mais parece um círculo vicioso de problemas! O entrosamento e a confiança estão seriamente abalados pelos sucessivos desacertos.

3.2 Autogestão como processo

Discutindo a prática docente, Santos (1992) argumenta que, no campo da prática dos trabalhadores, pode-se “depreender, estruturar e sistematizar os conhecimentos” necessários para entendimento dos problemas dessa prática. Mais adiante ele afirma:

Dos trabalhadores, além da exploração de que são vítimas, são excluídos os conhecimentos necessários ao controle do seu processo de trabalho e à compreensão do modo de produção.

Por isso, a forma, para ele, constitui o conteúdo mais importante na produção que é assumida por um coletivo de trabalhadores. (SANTOS, 1992, p. 129-130)

Assim, é com os argumentos desse professor que se finaliza este tópico:

O reforço do controle coletivo sobre os métodos e os processos de ensino (*leia trabalho*) é o requisito básico para a consecução deste processo. É vivenciando-o, é experimentando a resolução dos seus problemas concretos, que os trabalhadores poderão adquirir os conteúdos necessários à compreensão da situação social em que vivem e à consciência da necessidade de mudanças dessa situação. A compreensão da realidade social decorre não da assimilação resultante da transmissão de *bons conteúdos*, mas sim da prática sobre esta realidade social. É a teoria que é expressão da prática; e são tantas as práticas... É este o papel do conhecimento; ele é meio, não constitui o objetivo em si mesmo. (SANTOS, p. 130) (grifo da pesquisadora)

3.2.1 A atividade produtiva da cooperativa

A primeira etapa da reciclagem corresponde a uma das partes mais pesadas da atividade de produção, que exige maior força física. Trata-se do desmonte das partes que era feita sempre em pátio aberto, ao lado do barracão. Portanto, eram os homens, na grande maioria, que executavam essa tarefa e mais uma única cooperada participava dessa atividade regularmente. Mas, na falta da mão de obra masculina outras mulheres também assumiam o posto, nos momentos necessários, embora com reservas.

No recolhimento do material aproveitável para dentro do barracão, o envolvimento era e é tarefa de todos os cooperados, especialmente quando há urgência na execução do trabalho encomendado, mas segundo condições e capacidades de cada um. A tarefa seguinte, na qual as mulheres participam mais ativamente, é a da retirada de pregos, parafusos, dobradiças, borrachas, e outros materiais. Então, estocada a madeira segundo a classificação estabelecida, por tipo e tamanho, a matéria-prima está pronta para reutilização. O trabalho posterior, com características artesanais, requer que a organização da atividade esteja associada, obrigatoriamente, ao tipo de resíduos recebidos; as características e o volume de cada carga são variáveis, até certo ponto imponderáveis, bem como o tempo necessário utilizado nessa tarefa de

beneficiamento e o resultado obtido dela, nem sempre mensurável em termos monetários.

No início das atividades, a COEMBRA recebia, sem custos e com regularidade, as madeiras das embalagens da Volkswagen do Brasil Ltda. e da Audi Business. É necessário esclarecer que o fornecimento dessa matéria-prima transportada em caminhões, razão principal da escolha do objeto da cooperativa, não foi constante, nem no tempo, nem na qualidade do seu conteúdo. A disputa pela matéria-prima se tornou cada vez mais acirrada entre as empresas que atuam nesse ramo. Após alguns meses, a cooperativa passou a enfrentar a concorrência de outras firmas na obtenção desses resíduos que perdiam na qualidade, tornando-se, cada vez mais, resíduos, O material mais nobre, como por exemplo, as peças maiores de compensado, já não chegavam porque outros interessados se antecipavam para adquiri-las, separando e até comprando-se no próprio local de origem. As condições iniciais foram mudando rapidamente, e se antes esse material não encontrava destino adequado, em pouco tempo, surgiram muitos interessados dispostos a adquiri-los, e com melhores condições de transportá-las obtendo parcelas maiores e melhores desse insumo descartado. Atualmente, os cooperados não recebem mais nenhum tipo de material dessas empresas. Toda a matéria-prima necessária é comprada para atender à demanda existente. Nesse ponto, é mister mencionar que as intermediações feitas pela Incubadora com essas empresas tiveram o propósito de sensibilizá-las para o caráter social do trabalho de incubagem. Nesse caso, prevaleceu a situação mais vantajosa para a empresa, sem qualquer constrangimento pela mudança de conduta. Contudo, a responsabilidade social foi, de fato, verificada por outra empresa também de grande porte, a Trutzhler Indústria e Comércio de Máquinas Ltda, cliente da COEMBRA, ao realizar reparos necessários na instalação elétrica do barracão da cooperativa para atender aos requisitos de segurança do trabalho por ela mesma detectados.

As atividades pensadas e previstas à época, que era a produção de palete e de portas de compensado para a exportação, não chegaram a ser implementadas inicialmente pela inexistência da demanda. A alternativa concretizada foi o atendimento às necessidades das empresas da região da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), com a produção de embalagens sob

medida, adequadas para o transporte dos equipamentos e/ou componentes por elas produzidos, o que chegou a representar uma participação significativa no faturamento da COEMBRA. As empresas para as quais a Cooperativa passou a fornecer seus produtos foram: Camargo Corrêa Equipamentos e Sistemas S. A. (sua maior cliente), Maringá Soldas S/A, Metalúrgica Imperador Ltda., Trutzhler Ind. e Comércio de Máquinas Ltda. e Centrais de Abastecimento Paraná SA (CEASA). Essas empresas produzem componentes de motores, equipamentos, armas, munições de armas, e transporte de frutas, hortaliças e verduras. No caso da primeira, era necessário, muitas vezes, que a montagem das caixas fosse feita no próprio local por causa do tamanho e peso dos equipamentos a embalar. Na maioria dos casos, e cada vez mais, havia necessidade de complementação dos insumos necessários, inclusive de compra de madeira.

Assim, cumprida a etapa descrita anteriormente, seguem-se outras, de produção de novas embalagens ou paletes com especificações técnicas próprias às necessidades da atividade das empresas clientes da COEMBRA. O atendimento a essa demanda postula determinados requisitos técnicos e administrativos, pois cada encomenda tem uma finalidade particular para satisfazer, obrigatoriamente, os requisitos de cada cliente. É, portanto, complementar à produção das embalagens, produzir segundo seus requisitos técnicos. Da compra de outros insumos necessários à elaboração, até à organização da montagem das caixas ou paletes encomendados na linha de produção, desdobrava-se uma série de funções e atividades a saber: atendimento ao telefone, aos clientes, aos compradores e fornecedores; levantamento de preços, pagamento; esboço das embalagens com medidas exatas das caixas e tipo de madeira mais apropriada; cálculo do metro cúbico de madeira utilizada para definição do preço e organização e manutenção da infraestrutura do barracão e escritório. A coordenação desse conjunto de ações e do que é mais adequado a cada uma delas não foi tarefa fácil para os cooperados, mesmo àqueles com experiência na área.

Mas, a flutuação dos pedidos da principal cliente indicava, não sem forte resistência interna, a necessidade de maior diversificação⁵⁴. Por isso, a produção de caixas para frutas e verduras destinadas à CEASA foi cada vez mais assumida como garantia de atividade de sobrevivência dos cooperados e da própria cooperativa. E, assim, o acerto dessa decisão comprovava-se, em muitos momentos, desaceleração gradativa da demanda. Reforçava esse quadro, o envolvimento de pessoal menos qualificado na área mas capaz de proporcionar rendimento regular aos associados.

3.2.2 Organização do trabalho

A produção tradicional de embalagens sob medida necessita de planejamento e controle de produção para a organização do trabalho. As unidades produtivas são organizadas hierarquicamente segundo a lógica da lucratividade, que é reduzir custos dos insumos e da mão de obra utilizada, entre outros. Para tanto, há, via de regra, um responsável geral por vários departamentos, que gerencia e supervisiona o cumprimento dos planos de produção. Aproxima-se, portanto, do tipo de organização de trabalho capitalista, com funções gerenciais centralizadas, coordenadas para atender o objetivo principal da maximização dos lucros. Foi esse o formato adotado pela COEMBRA.

A reprodução desse modelo capitalista de organização gerou contradições na própria concepção de cooperativa e na expectativa de parte se seus integrantes. E, além de problemas disciplinares, não superados, enfrentou, também, dificuldades na organização operacional do trabalho. A representação da origem desse fenômeno pode ser sintetizada na crítica de uma cooperada sobre o trabalho da ITCP ao dizer que houve exagero dos cooperados a sentirem-se *todos donos*. Essa referência diz respeito à resistência de parte dos sócios em programar ou acatar qualquer orientação ou regra que lhes desagradasse. Embora os procedimentos adotados resultassem da prática democrática de debater e discutir as tarefas do cotidiano e seus

⁵⁴ Cada cliente procura na COEMBRA a embalagem apropriada ao seu produto. A diversidade deles é muito grande: vai dos componentes de motores, ou munição de armas, às hortaliças e verduras. São requisitos diferentes que requerem tipo e qualidade de madeira, de acabamento, de medidas, de resistência, etc.

problemas, a grande maioria se reservava o direito de aceitar ou não uma decisão, conforme seu entendimento. A falta de união em torno das decisões, e mesmo de aceitação das *ordens* dos chamados *entendidos* ou *cabeças*, ou seja, daqueles que já haviam trabalhado no setor de marcenaria anteriormente, gerou, em alguns aspectos, desconfiança. E, então, a indisciplina toma conta do cotidiano da cooperativa: um novo desafio que cooperados teriam que enfrentar. Com efeito, a concepção de *cooperado-dono* de fato reforçada pela Incubadora, atrapalhou a identificação imediata de formas de controle e penalidades. Interessante observar que junto com a ideia de *ser dono do empreendimento* vinha a da responsabilidade do desempenho da cooperativa e seus resultados, pois era preocupação dos integrantes da equipe da ITCP/UFPR o fato de os cooperados esperarem nela uma relação de assalariamento que não existia, ou seja, a remuneração certa ao final do mês e respectivos direitos trabalhistas (férias, décimo terceiro salário, auxílio saúde e maternidade entre outros que conheciam muito bem). A força da primeira ideia prevaleceu enormemente para grande parte dos cooperados. E pior, ficou presente a parte da ideia que lhes era mais atraente: a dos direitos que imaginavam ser próprios do *dono*: ser dono é mandar, é não precisar seguir normas, não trabalhar como os demais. Ao final, amargaram o prejuízo como lado negativo do ser *dono*. A Incubadora falhou nesse momento ao não aprofundar a discussão do que significa a autogestão, a liberdade, a responsabilidade e a disciplina. Mas, falhou principalmente, por aceitar essa forma hierárquica de organização do trabalho sem a perspectiva de superá-la no curto prazo. Embora problematizado internamente, prevaleceu, na Incubadora, a orientação mais tradicional que se identifica, no âmbito educacional, com a do professor responsável pela incubagem da COEMBRA. Portanto, faltou acompanhamento do planejamento econômico da cooperativa. A escassez de professores da universidade na equipe favoreceu essa opção. Desse modo, ficou seriamente comprometido o lugar da ITCP na relação ensino-aprendizagem propiciado na oportunidade.

3.2.3 Comportamento e processo produtivo

No início das atividades da COEMBRA, um cooperado bastante experiente nessa atividade destacou-se como líder natural. Respeitado e querido por todos, assumiu, naturalmente, a tarefa de coordenar parte importante das atividades produtivas. Soube conduzir o processo produtivo com habilidade, embora pessoalmente não estivesse satisfeito com os resultados. Sem mandar de forma acintosa, atendendo, à medida do possível, os limites e a vontade de cada um, indicava e solicitava a participação dos cooperados. Ele próprio, na entrevista, admitiu que era muito difícil coordenar o trabalho dos seus pares. Talvez tenha sido essa uma das razões que o levou a desligar-se da cooperativa por ocasião do episódio de desfalque que a COEMBRA sofreu no seu primeiro ano. Quase todos faziam o melhor que podiam, mas havia desde o começo aqueles que procuravam tirar vantagem da situação de liberdade que usufruíam e esquivavam-se das ou de algumas tarefas específicas. Outros, considerados como do grupo dos entendidos, assumiram outras áreas das coordenações necessárias ao processo e enfrentaram grande resistência e oposição por parte dos cooperados, especialmente pelo tratamento autoritário que lhes dispensavam, segundo os cooperados menos qualificados na área. Aos poucos, estabeleceu-se, desde o início, uma rotina de reuniões dos *cabeças* – o grupo das pessoas responsáveis pela parte administrativa, financeira, de vendas e de produção, na maioria, profissionais com experiência nesse ramo de atividade. Essa distribuição de tarefas por vezes, segundo depoimentos, desrespeitava as funções da diretoria. A questão de programar um método de trabalho cujos resultados fossem satisfatórios sem, no entanto, abrir mão do controle restrito do grupo que assumiu a coordenação, parecia prevalecer.

O acúmulo de responsabilidades sobre a mesma pessoa na área da produção decorria da resistência de os cooperados em aceitarem o comando de alguém que não fosse esse líder natural, com as seguintes características: discreto no tratamento para com as pessoas, cuidadoso, muito competente e trabalhador. Era considerado do grupo dos *entendidos*, no entendimento dos cooperados, aqueles com conhecimento na área de beneficiamento de madeira, mas, participava somente das reuniões em que fosse requisitado

permanecendo mais na produção. O fato de não existir outras lideranças respeitadas e aceitas pelo grupo, impediu a democratização das responsabilidades e a possibilidade de delegação direta das tarefas mais adequadas a cada um. Assim, a divisão do trabalho e a organização do processo produtivo provocavam muitos atritos e desentendimentos. Ficaram prejudicados, conseqüentemente, o controle, a transparência e a produtividade do processo produtivo da cooperativa.

Por outro lado, no início do empreendimento, parecia prevalecer a crença de que a capacidade e habilidades necessárias à atividade a ser desenvolvida na COEMBRA poderiam ser adquiridas por todos os cooperados, sem experiência nesse tipo de trabalho. A proporção de mulheres e a idade das pessoas também não apareciam como problemas insuperáveis. Ao contrário, acreditavam na possibilidade de todos terem um papel a desempenhar. De fato, muitos superaram a inexperiência, conquistaram um bom desempenho e, segundo as entrevistas, reconhecem que aprenderam bastante. Mas não foi essa posição que se generalizou com o passar do tempo. Em alguns anos, os problemas de produtividade da cooperativa recaíram predominantemente sobre as cooperadas e a faixa etária maior.

3.3 Relação cooperativa-incubadora

O entendimento de *cooperação e autogestão* dos professores da equipe da ITCP envolvidos na atividade produtiva e contábil da COEMBRA também não se deu no mesmo nível e grau. Era de se esperar que a ITCP agisse de forma mais incisiva na formação da equipe para garantir a metodologia do processo de incubagem. No entanto, como havia poucos professores dispostos e disponíveis para integrar a equipe, mesmo os menos sintonizados com a proposta metodológica eram muito bem-vindos, ante a demanda da comunidade. A adaptação à metodologia adotada enfrentava, portanto, algumas resistências ideológicas, especialmente dos professores mais tradicionais. Por exemplo, alguns se dirigiam aos ditos *entendidos*, para não *perderem tempo* com explicações mais minuciosas ou mais demoradas, o que possibilitou e reforçou o domínio maior do processo da produção e administração por parte desses cooperados.

Nessa direção, cita-se o exemplo do tesoureiro que fez anotações de todos os movimentos econômicos, financeiros e fiscais da cooperativa num caderno. As anotações de débito e crédito foram feitas corretamente, todavia não na lógica contábil, mas, com os lançamentos invertidos, conforme o senso comum. Feito isso ao contrário do que indica a contabilidade formal, ou seja, onde seria débito foi anotado crédito e vice-versa, seguindo sua própria lógica, todo o seu esforço foi desconsiderado por esse profissional. O pessoal da equipe da ITCP, encarregado dessa questão simplesmente disse ao cooperado, num primeiro momento, que estava tudo errado, sem dar maiores explicações. Contrariando tudo o que a ITCP prega em sua metodologia, essa ação desestimulou o cooperado não reconhecendo o seu esforço e mérito nos acertos. Na verdade, tudo estava coerente com sua visão do tesoureiro, portanto passível de simples mudança de coluna aproveitando-se todos os registros. Esse comportamento não passou despercebido pela equipe, que lamentavelmente, não conseguiu alterá-lo. Contudo, posteriormente, como contraponto inclusive para compensar essa atitude negativa, foi feita a contabilidade utilizando-se todo o referido material e ainda explicado ao tesoureiro o engano cometido. Ficou claro que era importante estabelecer controle de débitos e créditos como foi realizado procurando valorizar a iniciativa do tesoureiro. O problema interno da ITCP de concepção e orientação divergente nunca foi totalmente resolvido. Assim, o eixo educativo da orientação da equipe da incubadora em sintonia com a própria concepção de incubagem, nunca foi trabalhado ali.

Ademais, para tentar solucionar problemas iniciais de reclamações sobre determinados comportamentos e atitudes que atrapalhavam o bom funcionamento do trabalho habitual, após identificados e anotados os problemas pela equipe da ITCP, estes eram discutidos com os cooperados, tabulados e colocados à disposição de todos para conhecimento e reflexão. Essas anotações eram frequentemente lidas pelos cooperados, além de consultadas sempre que necessário, como era realmente o objetivo. Interessante que outras anotações registradas que subsidiavam as assessorias ao grupo, lá deixadas por solicitação da secretária da cooperativa, eram revistas espontaneamente pelos cooperados, também eram lidas como se quisessem recapitular as discussões e lições aprendidas. O esforço das

pessoas cooperadas em incorporar essas orientações era viável. Isso revela o desejo deles de acertar ao buscarem a orientação da ITCP.

Ainda para subsidiar as discussões e mudanças necessárias, a equipe teve a ideia de filmar um dia normal de trabalho na cooperativa. Participaram espontaneamente dessa atividade vários membros da equipe que providenciara, de forma amadora, os equipamentos disponíveis. A ideia era identificar pontos de estrangulamento da produção, ritmos diferenciados de trabalho, habilidades. Naturalmente, o comportamento dos cooperados não foi exatamente como de um dia normal de trabalho, mas o resultado superou as expectativas. A visualização da própria imagem e movimentos do processo produtivo proporcionou momentos de lazer, de muita alegria e risos, além do sentimento de valorização e da identificação dos diferentes ritmos de trabalho, possibilidades de reformulação e aprimoramento do processo e do *layout* da disposição das máquinas, equipamentos e materiais estocados.

Outra discussão, muito importante foi a da remuneração diferenciada que, embora aceita como justa por todos, não encontrava, e não encontra até hoje, consenso quanto ao montante e aos critérios diferenciadores da profissionalização ou capacidade de cada cooperado. Isso revela a dificuldade da cooperativa em contornar os problemas oriundos de diferentes perfis profissionais que implicam remunerações muito diferentes. A ITCP/UFPR contribuiu com elementos tanto da doutrina cooperativista como do mercado de trabalho para a discussão. A impossibilidade de estabelecer pagamentos proporcionais ao montante produzido individualmente levou o grupo a um conjunto de reflexões sobre como avaliar o desempenho e a qualificação de cada um. Além de regras claras de relacionamento e remuneração, a forma como são estabelecidas foi objeto de preocupação entre os cooperados-membros. Na prática, essa tomada de decisões democráticas foi um exercício que mereceu ajustes passando, necessariamente, por diálogos coordenados com o auxílio da ITCP. No entanto, nunca se chegou a um consenso na questão relativa à divisão interna do trabalho ou de remuneração mais adequada, que deveria ser a mais produtiva e também mais justa e aceita por todos. Uma nova forma de organização, mais de autogestão, nunca foi elaborada. Na realidade, o ponto central da questão das diferenças de qualificação profissional está na sociedade atual, capitalista, cujos aspectos

básicos da divisão do trabalho resultam em hierarquias e relações de poder. A equidade, a igualdade essencial na comparação entre eles se estabelecia com avaliações discordantes e também algumas rivalidades nas relações de poder. O reconhecimento de qualificações diferenciadas não se transformou em bandeira para a mudança de todos tornarem-se *entendidos* e aptos a fazer muito bem, pelo menos, uma parte do processo, para assim superar a desigualdade de condições técnicas de desempenho, mas tão somente em remuneração diferenciada.

No início da incubagem, para auxiliar o encaminhamento adequado das questões relativas aos procedimentos a serem adotados no cotidiano da cooperativa, foi convocada uma reunião geral, com a participação da equipe da ITCP, cuja pauta centrava na discussão tanto do aspecto humano das relações na cooperativa quanto no administrativo. A divisão de tarefas foi estabelecida pelos membros da diretoria e foram reafirmadas. Assim, foi designado um cooperado para coordenar a parte das vendas. No tocante à questão da transparência do processo produtivo, foi montado um mural no qual eram registrados os interesses dos cooperados, todas as informações sobre a produção, pedidos dos clientes, quantidades, valor, prazo de entrega de mercadoria e de pagamentos. O objetivo desse mural era dar transparência às informações consideradas relevantes. Essa foi a forma encontrada para atender á reivindicação daqueles que estavam em outras tarefas e por isso não tinham acesso às informações de forma regular.

Ainda hoje, a COEMBRA depara-se constantemente com problemas de produtividade. A contribuição dos docentes e discentes da Faculdade de Engenharia Florestal da UFPR, vinculados à ITCP e a compra de equipamentos com recursos do Banco do Brasil não foram suficientes até o momento para equacionar e superar o impasse. Falta orientação mais efetiva por parte da universidade na atividade fim desenvolvida pela COEMBRA. Apesar das várias tentativas realizadas para isso, não houve retorno concreto. Tampouco ocorreu uma integração entre os membros das equipes para ajustar os conhecimentos específicos da área aos do cooperativismo com a finalidade de criar uma nova forma de gestão. A sintonia inicial dos primeiros contatos com especialistas da área dissipava-se, em vista de outros interesses concorrentes ou pela dificuldade em realizar a tarefa com essa nova

perspectiva. Isso foi reforçado também pelas flutuações no acompanhamento à cooperativa como a falta de tempo de membros da equipe e a designação clara de responsabilidades e tarefas da ITCP. Infelizmente, constata-se que a Incubadora não cumpriu adequadamente as ações propostas: organizar e planejar, satisfatoriamente, as atividades produtivas e sociais da cooperativa, o que comprometeu a meta almejada.

3.4 A primeira crise

Logo no seu primeiro ano de atividade, a COEMBRA enfrentou a primeira grande crise, decorrente de um episódio que marcou fortemente a sua história. Trata-se do desaparecimento, em dezembro de 2001, constatado e comprovado pelos próprios cooperados, de parte da madeira estocada na cooperativa, provocado por um associado. Algumas pessoas suspeitaram do roubo, mas, no início ninguém comentava. Aos poucos, a descrição deu lugar a conversas a respeito entre determinados grupos. O fato chamou a atenção de sócios que notaram a variação entre as quantidades de madeira reciclada, separadas segundo suas características: tamanho, sem pregos ou outros resíduos. A madeira ficava empilhada dentro do barracão, pronta para ser reutilizada na produção das encomendas recebidas. Parcela significativa do faturamento da cooperativa era proporcionada por essa tarefa, reduzindo-se a quantidade de compras necessárias à produção e, conseqüentemente, diminuindo os custos. Para esclarecer a suspeita, algumas pessoas passaram a marcar, à sua maneira, o que ficava estocado ao final do dia e para comparar no dia seguinte a mesma quantidade que havia. Finalmente, alguns cooperados resolveram verificar o que acontecia à noite, período em que não havia ninguém no local, para explicar esse fenômeno. Constataram, numa determinada madrugada o carregamento dessa madeira em um caminhão cuja propriedade era de um dos cooperados.

Tal episódio, além de agravar os problemas iniciais da cooperativa, desde os organizacionais e os financeiros até o de arrecadação tributária, abalou também a confiança e a dinâmica existente entre os cooperados. Tendo em vista o envolvimento pessoal e de parentesco que alguns cooperados mantinham com o responsável por tal atitude, não foi possível contornar a

saída deles, pois receavam ser atingidos pelo fato ocorrido. Outros cooperados, desgostosos com o episódio e com o desenvolvimento do processo na cooperativa, até então, aproveitaram o momento para também se desligarem. Nessa ocasião, ao todo saíram treze cooperados, quase todos profissionais da área, que coordenavam a produção ou a administração na COEMBRA. O acontecimento teve seu desfecho na segunda assembléia da cooperativa e definiu a estratégia adotada.

O registro desse episódio está, de forma sutil, na ata dessa assembléia, promovida no dia 22 de abril de 2002, na sede da cooperativa. A reunião só se iniciou em terceira convocação, com quinze cooperados, quando o quorum atendeu aos dispositivos estatutários e ao artigo 40 da Lei n. 5.764 de 1971. A pauta do dia não revela, num primeiro momento, a gravidade da situação que os associados enfrentaram nessa ocasião, como mostra o trecho a seguir:

I - Prestação de Contas dos Órgãos de administração, acompanhados de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço; c) demonstrativo das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal; II - Rateio das perdas; III – Demissão de Cooperados; IV – Discussão de Regimento Interno; V – Disposições Gerais.

A composição da mesa que dirigiu os trabalhos dessa assembléia, por sua vez, sugeriu alguns problemas, como a ausência do presidente e vice-presidente: *a Sra. presidente em exercício solicitou o encaminhamento da Prestação de Contas dos órgãos de Administração, sendo, de início, apresentada a ata de Reunião do Conselho Fiscal, que emitiu parecer favorável à aprovação da Prestação de Contas, com a recomendação de inclusão do valor de estoque.*

Todo o desenvolvimento desta assembleia tinha sido programado passo a passo anteriormente junto com a ITCP/UFPR. Conversou-se com cada cooperado que buscou a incubadora para saber qual era a sua opinião e posição sobre o assunto. Também houve muita conversa entre eles, mas nada foi discutido coletivamente. A proposta da ITCP foi ganhando adeptos. As decisões fundamentais já estavam tomadas. Embora a assembleia tivesse o papel de oficializar o que já havia decidido, mesmo sem unanimidade, muitas

variáveis poderiam alterar esse rumo. Temiam-se, inclusive, atitudes agressivas e reações passionais. Os mais exaltados discordavam do encaminhamento de não fazer nenhuma denúncia oficial. Ao final, toda essa tensão foi controlada na crença de que, de outro modo, a situação poderia ainda piorar. As entrevistas revelaram que os cooperados decidiram não denunciar, criminalmente, o desfalque para preservar a cooperativa, conforme orientação da própria Incubadora. Atualmente ainda há dúvidas sobre o acerto desta deliberação.

Afinal, após dada vistas dos documentos constantes da referida Prestação de Contas aos presentes, com os devidos comentários e esclarecimentos,

procedeu-se à leitura do Relatório de Gestão do Sr. Presidente Walter da Cruz, enviado pelo cooperado Sr. Paulo Fernandes de Souza, que informou sobre a impossibilidade do mesmo comparecer à presente Assembleia. Após a leitura do Relatório, a Senhora Presidente em exercício, observou que os valores com aluguel e fornecedores apresentados no Relatório não condizem, efetivamente, com a realidade e o Diretor-Financeiro da Cooperativa consignou insatisfação com relação à ausência de referências no Relatório ao desligamento de alguns cooperados bem como que o cooperado Sr. Paulo Fernandes de Souza foi, ao contrário do que destaca o Relatório, ressarcido pelas despesas que teve com as avarias ocorridas em seu automóvel devido à queda do portão de entrada da cooperativa, no valor de R\$696,00 (seiscentos e noventa e seis reais), valor que consta do Balanço, ora em exame, como dívida a ser paga. Ante o exposto, a Assembléia, aprovou incorporar, por unanimidade, o relato dos demais membros da Diretoria Administrativa ao Relatório de Gestão apresentado. Após estas considerações, o Balanço foi aprovado com a ressalva do Conselho Fiscal de incluir o valor do estoque, bem como as horas trabalhadas no exercício e em haver aos cooperados, mensuradas em R\$0,26 (vinte e seis centavos) a hora, que deverão ser incorporadas à integralização das quotas partes subscritas pelos mesmos, quando for o caso e, o restante dos valores, quando houver, creditado nas contas dos respectivos cooperados. Ficou consignado, também, que as perdas verificadas no exercício não serão compensadas com os créditos dos atuais cooperados da Cooperativa. (Ata registrada na Junta Comercial do Paraná em 17/10/2002)

Muitos cooperados manifestaram-se *contra* tal decisão pedindo esclarecimentos. Essas demonstrações revelavam, insistentemente, o desejo de se incluir o valor de estoque, como forma de pelo menos registrar algo, sem se referir, explicitamente, ao desfalque ocorrido. Essa referência voltava a ser abordada sempre, mesmo em outros assuntos, por exemplo sobre as despesas da cooperativa e as horas trabalhadas, ou mesmo em questionamentos sobre o relatório de gestão. O controle do nervosismo causado por esse tema em todos os presentes ultrapassou os limites da assembleia.

Importante destacar que, nesse período do episódio, decidiram por uma remuneração muito baixa pelas horas trabalhadas (vinte e seis centavos por hora trabalhada), por orientação da equipe da ITCP/UFPR, que preparou a prestação de contas. Os critérios de cálculo desse valor não foram explicitados. Tal deliberação evidencia a estratégia adotada, qual seja, impedir que qualquer cooperado, ao desligar-se da cooperativa, pudesse comprometê-la financeiramente. A justificativa era preservar a cooperativa e minimizar o efeito negativo do desfalque. A contabilidade, que deveria retratar, fielmente, os registros dessa história, segundo o que foi ensinado aos cooperados, mostrava-se, nesse caso, como instrumento que viabiliza a forma escolhida para solucionar o problema. Desse modo, pretendiam encerrar a questão. Havia um acordo tácito de que não se faria queixa oficial, mas, em compensação, a remuneração de todos, inclusive dos que saíam, seria simbólica para não lesar ainda mais a cooperativa. Foram treze os cooperados que pediram desligamento nesse momento: cinco mulheres e oito homens dos quais quatro com experiência na área de atuação da cooperativa e tidos como os tais *entendidos*; três da área de produção e um da comercialização. Aproximadamente 30% do total não participavam diretamente na cooperativa.

Sem a entrada de nenhum novo cooperado, ficou uma margem muito estreita de articulação para recompor a diretoria conforme as exigências previstas na legislação. Foram preenchidos os cargos vagos da diretoria - presidente e vice para completar o mandato de mais um ano - e eleitos os membros do Conselho Fiscal e Comissão de Ética e Disciplina para um novo mandato de um ano. Foi remetida para outra oportunidade a discussão do regimento interno.

Em suma, a falta de controle das atividades produtivas e do estoque obviamente favoreceu a ocorrência de tal episódio. Sua análise remete à ITCP total responsabilidade. Primeiro, por não ter logrado uma proposta de organização produtiva e administrativa e de autogestão compatível com o controle e disciplina nas rotinas de modo a prevenir esse tipo de desvio. Segundo, por não conseguir estender, com maior rapidez, a qualificação aos demais integrantes da cooperativa. O desafio de implementar uma forma de autogestão de organização, aliada à inexperiência na atividade quer da equipe, quer dos cooperados propiciaram esse tipo de erro.

Membros da equipe da ITCP que insistiam em tratar apenas com os ditos *entendidos* o planejamento e a coordenação das atividades da cooperativa, menosprezando a capacidade dos demais, também reconheceram, na ocasião, seu equívoco. Não foi um engano acidental, foi um erro básico. Esse erro foi contra todos os princípios do cooperativismo e da relação educativa em que se fundamenta sua doutrina. Deveriam, portanto, ter investido, por exemplo, no treino e aperfeiçoamento de *todos* nas várias etapas da atividade e, assim, responderiam mais facilmente às exigências dessa conjuntura adversa. Poderiam ter feito isso, desde o início, nos cursos de fabricação de artefatos de madeira ministrados aos cooperados com menores conhecimentos na atividade. No entanto, eram adiados sob o argumento de que não eram prioritários. Deveriam, ainda, não desprezar a exigência do requisito da experiência anterior e da força física implementando novas tecnologias, reduzindo as diferenças de qualificação entre cooperados. O reconhecimento do próprio erro no processo educativo procurando os mais entendidos no lugar de formar, adequadamente, os cooperados para a organização da cooperativa e do trabalho para o futuro não levou à autocrítica mais profunda da Incubadora.

Assim sendo, a cooperativa enfrentou, adicionalmente, suas próprias dificuldades internas naquele momento de crise. Os cooperados recorreram à Incubadora para discutir coletiva e individualmente como deveriam proceder e avaliar as alternativas propostas para a continuidade das ações. A ITCP/UFPR acompanhou de perto todos os desdobramentos do fato. Ao mesmo tempo em que os ânimos ficaram exaltados, também se promoveu a união para o enfrentamento e superação do problema. Revelou-se, assim, o próprio

potencial dos cooperados, reforçando a ideia de que os eles sabiam mais sobre o processo produtivo do que se imaginava. Assim, o conhecimento tão cultuado daqueles que tinham mais experiência foi mais criteriosamente ponderado, bem como mais valorizado o potencial de cada um.

3.4.1 Mais crises

Ainda enfrentando o problema da saída dos cooperados que *centralizavam* a organização da produção e lutando com a insuficiência de capital de giro, em fevereiro e março de 2002, a COEMBRA foi autuada pelo não cumprimento de parte de seus compromissos fiscais de recolhimento de ICMS. Naquele período, os cooperados também se uniram corajosamente para enfrentar esse conjunto de dificuldades, superando-se as próprias expectativas. Por sua vez, a Incubadora intercedeu junto à Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo, considerando, entre outros argumentos, que a COEMBRA constituiu-se com recursos e esforços conjugados da UFPR e da SERT, portanto recursos públicos. A ITCP solicitou que se procedesse à análise de tratamento tributário e/ou fiscal diferenciado à cooperativa, como recomenda a Constituição Federal do Brasil. Por esse meio, poderiam renegociar a solução de seus débitos fiscais em dívida ativa, reduzir sua carga tributária e, dessa maneira, manter-se no mercado. Mas, somente após inúmeras tentativas, obteve-se o recolhimento por diferimento⁵⁵ parcial nas operações internas reduzindo, em parte, o montante dos impostos a pagar, remetendo-se a outras etapas de agregação de valor, a base de incidência de tributo.

Sabe-se que o Governo do Paraná, desde 2003, isenta as microempresas e reduz alíquotas das pequenas empresas. Fato é que o governo estadual se antecipara ao Simples Nacional implantado em 2007 e até o momento apresenta uma média de alíquota inferior à brasileira. Em território paranaense, empresas com faturamento/ano até R\$ 360.000,00 não pagam

⁵⁵ Quando uma empresa adquire um produto de outra dentro do Paraná, ela paga 12% de ICMS, ante os 18% cobrados anteriormente. As condições de aplicação da isenção são as seguintes: a) ser uma operação junto à empresa paranaense (vide Decretos: "operações internas"); b) desconto no preço, do valor equivalente ao imposto dispensado; e, c) demonstração desse desconto no respectivo documento fiscal.

nada; deste valor a R\$ 2.400.000,00 há uma escala de alíquotas de 0,67% a 3,4%. As cadeias produtivas também são isentas⁵⁶.

Assim, para enfrentar seus problemas organizacionais, a cooperativa teria não somente que incorporar ainda mais tecnologia para ganhar em competitividade e inserção com maior escala, mas também desenvolver um modelo de autogestão mais sintonizado com a proposta cooperativista de trabalho. Nessa preocupação, estaria o cuidado com a mão de obra menos qualificada para esse tipo de trabalho. Nesse sentido, mesmo as mulheres, cuja capacidade de trabalho era antes reconhecida, recebendo elogios até dos homens, hoje, mesmo as que conseguem operar as máquinas existentes não são valorizadas. Elas e os cooperados mais idosos foram apontados por alguns dos entrevistados como um dos problemas atuais da COEMBRA. Tal ponto de vista está relacionado ao tipo de raciocínio estritamente empresarial, que privilegia os ganhos mais do que as pessoas. Aliás, essa ideia foi expressa em outras ocasiões e de diferentes maneiras a ponto de magoar e constranger alguns cooperados que se sentiram atingidos. Não se verificou, por parte dos demais cooperados, qualquer reação a essa situação. É curioso que, a despeito das reclamações de desempenho das mulheres e dos mais idosos, o perfil dos cooperados novos é o mesmo.

Mas os problemas da COEMBRA não se encerraram aí. Assim, depois da mudança para a sede atual em 2002, que surgiu da parceria da Incubadora com a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia para reduzir o custo do aluguel muito alto para a COEMBRA, outro problema volta à tona: o dos roubos frequentes. Os furtos nessa sede foram tantos (sete ao todo, até o final de 2007) que há na cooperativa, uma pasta própria para arquivar os *Boletins de Ocorrência*. Estes, sim, estão organizados e todos estão lá, embora nenhum dos episódios apresente alguma possibilidade de solução. Foram furtos simples (subtração) e qualificados (arrombamento comercial ou rompimento de obstáculo), que causaram mais que simples prejuízo material: abalaram, progressivamente, a motivação dos cooperados, provocaram desânimo e desconfiança entre eles. A coesão em torno de um projeto comum foi se perdendo nas dificuldades e rivalidades posteriores. Nesse contexto, parece

⁵⁶ Disponível em: <http://portal.tjpr.jus.br/web/dp/legislacao_isencao_icms>. Acesso em 07/04/2009.

não ser possível pensar em relações sociais, segundo princípios e valores cooperativistas.

3.5 Registros em análise

A análise dos relatórios, atas e outros documentos revelou tão somente os aspectos formais e reivindicatórios na busca de solução de problemas concretos das cooperativas. Mesmo nas entrevistas, observa-se o cuidado em revelar, num primeiro momento, as intrigas, desconfianças, desacertos e dificuldades que originam os problemas de relacionamento na cooperativa.

Com referência à análise das atas das assembleias da COEMBRA, embora elas revelem poucos detalhes da sua história, mostram muito das dificuldades burocráticas. Somente as três últimas atas foram localizadas num primeiro momento na pasta a elas destinada. O roubo de uma maleta, onde se guardava uma série de documentos, em 22/01/2006, pode ter sido a causa do desaparecimento das demais atas; outras atas poderiam estar com a contadora, disseram os cooperados presentes no momento da pesquisa. No escritório da contadora contratada foi encontrada somente mais uma ata, a primeira. Aquela completamente ignorada pelos entrevistados foi localizada somente quando do levantamento das atas registradas na Junta Comercial. Era a segunda ata da COEMBRA, referia-se, exatamente, àquele rascunho no qual deliberações foram *esquecidas*. Percebe-se, nesse instrumento documental, a dificuldade de os cooperados em tratar da operacionalização desse requisito legal, burocrático e político, bem como em guardar os documentos em geral. Desse modo, foram encontradas cinco atas oficiais, mas, na verdade, houve seis assembleias.

O quadro seguinte apresenta a síntese das assembleias da COEMBRA com as respectivas pautas e deliberações:

QUADRO 1

As assembleias da COEMBRA, pautas e deliberações

DATAS	TIPO	PAUTA	DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
08/12/00	OR	Fundação -DI- CF-CE	DI-CF-CE- 150cotas por cooperado	32 presentes- clima de alegria
22/04/02	OR	PC-RP-DA-RI-DG	AC+valor de estoque- RP-DC-PV-CF-CE	15 presentes- clima de tensão- Perdas 13 desligam-se
02/07/03	OR	PC-DS-DI-CF-CE-DA-DG	Sem ata oficial	25 assinam lista presença
14/10/03	OR e EX	RD e RE: a) ME b) CD	Todos os pontos + sugestão de balanços mensais	19 no quadro social- Erros em contas – inversão de pauta- 2 saem- 10 entram
26/03/04	OR	PC-RP- DA-DI- CF-CE –DG	Todos os pontos aprovados	17 com direito a voto - 20 assinam- 3 saem- 2 entram- ata lida e aprovada no mesmo dia
27/10/05	OR e EX	PC-DS-DA-DI-CF-CE-DG e ME	Todos os pontos aprovados	19 presentes- Não há registro de valores ou resultados descumprem e citam mal a lei- 1 entra- 5 saem

Legenda:

- AC = Aprovação das contas
- CD = Alteração da Competência da Diretoria (para mudança de endereço)
- CE = Eleição de Comissão de Ética e Disciplina
- CF = Eleição de Conselho Fiscal
- DA = Desligamento e Admissão de Cooperados
- DG = Disposições Gerais
- DI = Eleição de Diretoria
- DS = Destinação das Sobras
- EX = Assembleia Extraordinária
- ME = Mudança de Endereço da Sede da Cooperativa
- OR = Assembleia Ordinária
- PC = Prestação de Contas dos Órgãos da Administração da Cooperativa
- PV = Eleição de Diretor Presidente e Vice-Presidente
- RD = Re-ratificação das Deliberações Tomadas pela anterior – erros na apresentação de Ata à Junta Comercial e irregularidade na decisão tomada no tocante à mudança no Estatuto que só pode ser feito por Assembleia Extraordinária
- RE = Reforma do Estatuto Social
- RI = Regimento Interno
- RP = Rateio das Perdas

A terceira reunião, 14/10/03, foi realizada na Associação de Moradores da Vila Formosa, bairro de fácil acesso dos dezenove associados da COEMBRA, em segunda convocação, com edital publicado no jornal do Estado de 04/10/03, na folha 3. A ata dessa reunião menciona a assembleia anterior, de 02/10/03, cuja ata não foi localizada. Entretanto, ratificaram as deliberações tomadas naquela ocasião sobre: prestação de contas, destinação de sobras ou rateio; eleição de diretoria, Conselho Fiscal e Comissão de ética e Disciplina; desligamento e admissão de cooperados; disposições gerais. O segundo ponto dessa terceira ata esclarece o caráter extraordinário da assembleia para tratar, especificamente, dos seguintes assuntos: reforma do Estatuto Social para alteração do endereço da cooperativa; alteração da competência da diretoria passando a ter competência para mudança de endereço, que seria da competência só da assembléia extraordinária. Cabe destacar que nessa ata, cujo parecer do Conselho Fiscal foi favorável às contas apresentadas do Balanço Patrimonial e Demonstração dos resultados de 2002, houve uma inversão de pauta para empossar o novo presidente, um novo cooperado, recém-ingressado na própria assembléia, que o elegeu, quando dois cooperados desligam-se da COEMBRA e dez novos se associam a ela. Assim, houve importante renovação de quadros. Cabe relatar, também, que o registro do cálculo das perdas (R\$8.328,54) acumuladas com a do período anterior totalizando-se R\$20.228,94 estavam equivocados. Essa assembleia contou com a presença de membros da equipe da ITCP. Revela-se, ainda, em ata, que a razão da assembleia era devida a “erros na apresentação da ata à Junta Comercial e à irregularidade da decisão tomada no tocante à mudança do estatuto”, que dever-se-ia realizar, necessariamente, por assembleia extraordinária. Novamente então é apresentada a ata da reunião do Conselho Fiscal referente ao período de 2002, com parecer favorável e recomendação à nova diretoria de que os balanços fossem feitos mensalmente. Chamou a atenção, nessa ata, o perfil dos novos cooperados, que, em grande parte, se assemelhava ao dos fundadores nos seus aspectos mais polêmicos: faixa etária e gênero. Depositaram toda a esperança no novo presidente para solução dos problemas daquele momento.

Como se vê no QUADRO 1, até à época desta pesquisa, a última assembleia foi realizada no dia 27/10/2005, cujo edital foi publicado no Diário

Popular em 14/10/2005 na folha 7. O local escolhido para sua realização foi o da própria cooperativa. A ata dessa assembleia faz referência à Prestação de Contas de 2004 e, por tratar de todos os assuntos pendentes à época, foi de caráter ordinário (prestação de contas), e extraordinário (pela mudança de endereço), conforme convocação. No entanto, essa ata foi elaborada de forma extremamente resumida, o que comprometeu a qualidade do seu conteúdo, pois suprimem-se, inclusive, os dados da Prestação de Contas, aprovados mesmo sem parecer do Conselho Fiscal, que não se reuniu, anteriormente, com o Diretor Financeiro. Essa ata nem menciona, pelo menos, se houve perdas ou sobras. Não faz menção tampouco aos dados do único recém-cooperado e não relata que a mudança de endereço era apenas formal (tratava-se apenas do *nome da rua*), pois a sede permanecia no mesmo local. Ela retrata, portanto, o descuido com uma série de procedimentos.

Assim, não há explicação para a convocação, supostamente desnecessária, de uma Assembleia *Extraordinária* para correção do nome da rua da sede da Cooperativa, considerando que essa competência já tinha sido delegada à diretoria em Assembleia Extraordinária anterior (em 14/10/2003).

Outro dado relevante, simplesmente não registrado com alguma exposição de motivos, diz respeito à afirmação da Diretoria Financeira e o Conselho Fiscal não terem se reunido. Isso indica, mais do que falta de integração entre diretores, descumprimento ao previsto estatutariamente⁵⁷. A menção à prestação de contas na ata se resume nas seguintes frases:

A diretora administrativo [...] iniciou lendo a lista de presença e após o Edital de convocação e em seguida passou a palavra para o diretor financeiro e conselho fiscal para apresentação do Balanço. Como o diretor financeiro [...] e o Conselho Fiscal não haviam se reunido antes, o balanço foi aprovado pela Assembleia. (cópia literal)

E quanto às receitas, despesas, sobras ou perdas, não existe nenhuma anotação. Da mesma forma, acerca da eleição para ocupação de cargos na cooperativa, na ata informa apenas a chapa única, relacionando os nomes dos cooperados nos respectivos cargos, sem qualificar nenhum deles. Há registros

⁵⁷ O estatuto prevê prestação de contas dos Órgãos da Administração, acompanhados de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço; c) demonstrativo dos resultados, sobras ou perdas; parecer do Conselho Fiscal.

apenas do número de documentos de identificação (RG e CPF) como é de praxe. Mas, erro mais grave se dá com relação ao desligamento de associados. Além da ausência de detalhes registrados, não só ignoram, completamente, o que está na Lei n. 5.764 de 1971, como também fazem uma interpretação completamente equivocada dela

no que diz respeito à desligamento leu-se o estatuto art. VII e foi dado prazo até 03 de novembro de 2005 para os cooperados que estão afastados a mais de 01(hum) ano retornarem, caso este não seja cumprido os mesmos serão desligados, sendo que os que não compareceram à Assembleia não serão avisados. (cópia literal)

Mencionaram erroneamente o estatuto nesse ponto (art. VII), que trata dos deveres do cooperado. O desligamento do cooperado, definido no artigo 10º, dar-se-á unicamente a pedido dele, o associado, cujo requerimento feito à diretoria deve ser averbado no livro ou ficha de matrícula. Entretanto, decidiram à revelia da lei, dar prazo de até 03/11 para que os afastados, há mais de um ano, retomassem as atividades.

Por fim, também não consta no livro de registros a aprovação da admissão de um cooperado, Isoaldo Alves da Silva. O que se notou foi uma interrupção do assunto, inserindo uma única frase sobre a pauta da Assembleia Extraordinária⁵⁸. E, assim, somente são citados os nomes dos cooperados desligados.

Como já dito anteriormente, essa ata foi realizada em 27/10/2005, a última à época desta pesquisa, e refere-se ao período do ano anterior, 2004. Em 2005 (05/09), a Cooperativa assinou um convênio muito importante com a Fundação Banco do Brasil, que concedeu recursos financeiros não reembolsáveis de R\$66.759,29 representando 99,26% do total do projeto, restando a diferença de R\$499,00 de recursos próprios. A proposta conta também com recursos de terceiros: da UFPR e Governo Estadual. As atividades de continuidade de treinamento e assessorias para otimizar os

⁵⁸ Como assunto extraordinário, deveria apresentar a mudança de endereço da cooperativa da rua Américo Firmino de Toledo, 420 – Uberaba – CEP 81580-450 para a rua Olindo Caetani, 3500 – Uberaba – CEP 81580-550. Embora um ato aparentemente burocrático, essa mudança de endereço foi motivo de muito esforço de regulamentação e de entendimento do processo legal de formalização da cooperativa. Foi esse detalhe que impediu o recebimento de apoio financeiro solicitado ao BNDS.

recursos, os tecnológicos, humanos e materiais, caberiam à ITCP/UFPR e profissionais da área de Engenharia Industrial Madeireira no valor de R\$18.560,00. O valor de locação do imóvel em que está estabelecida a COEMBRA é estimado em R\$24.000,00 pago mediante o convênio entre a UFPR e o Instituto de Tecnologia do Paraná TECPAR, órgão da Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior – SETI. Os beneficiários diretos citados são 21 cooperados e indiretos 70 familiares de cooperados e comunidade. Lamentavelmente, o único registro oficial desse importante fato é o próprio Convênio. Coincidentemente foi nesse ano em que a COEMBRA foi desincubada pela ITCP/UFPR.

3.5.1 Da contabilidade e das contas

A primeira organização contábil da COEMBRA foi feita pela assessoria da ITCP. A importância da contabilização, os cuidados com os procedimentos e com a respectiva documentação foram sempre ressaltados nas exposições iniciais feitas pela equipe aos cooperados. Desde o início do empreendimento, a recomendação era fazer tudo de acordo com a lei. Atualmente, a contabilidade é feita por uma firma contratada. Em entrevista, os cooperados afirmaram que foi a atual contadora quem colocou tudo em ordem; eles deixaram a entender que a Incubadora não orientara devidamente o pagamento do Cofins, quando gerou parte da dívida tributária hoje existente⁵⁹. Ainda sobre isso, ao lembrar-lhes do artigo escrito por um professor da área em que afirmava a necessidade de tal pagamento, a crítica foi severa. Responderam que não tinham sido orientados sobre *como* fazer tal pagamento. Pode-se supor que esse tipo de desencontro se deve às orientações fornecidas, privilegiadamente, aos *entendidos*, além da dificuldade da equipe dessa área em lidar com os limites dos cooperados relativos a esses assuntos.

Quanto às informações da evolução das receitas e despesas, não se encontravam nos arquivos da cooperativa, mas no escritório de contabilidade

⁵⁹ A maior parte da dívida atual refere-se às declarações obrigatórias para a Receita Federal (DIPJ, DCTF e DACON), pendentes por falta de orientação à Cooperativa por parte da ITCP/UFPR. Falta, ainda, parcelar as multas decorrentes do não recolhimento. Os parcelamentos dos impostos PIS, COFINS, Contribuição Social e Imposto de Renda de Pessoa Jurídica estão em fase final de pagamento. Houve quitação do parcelamento do ICMS não recolhido.

contratado à época. Os dados ainda estavam sendo processados pela contadora que, pelo acúmulo de trabalho naquele período, não pôde apresentá-los. Até a época da presente pesquisa, não se teve acesso a esses dados apesar das inúmeras tentativas, visitas e telefonemas. Portanto, os registros sobre Prestações de Contas constantes nas cinco atas existentes, ou das localizadas até o momento desta pesquisa, referem-se somente ao período da sua criação, de 2000 até 2004.

Com efeito, a primeira prestação de contas da COEMBRA foi aprovada na segunda assembleia, realizada em 22/04/2002, com a recomendação do Conselho Fiscal de incluir o valor de estoque. Nessa assembleia, veio à baila uma decisão já mencionada, que simplesmente foi deixada de lado e/ou esquecida. Trata-se da adoção da forma de rateio mista das despesas, prevendo-se a participação de todos nas despesas fixas e somente dos que estão em atividade, nas despesas variáveis. Tal proposta de repartição da despesa foi aprovada por unanimidade. Por *despesas variáveis* foram definidas as dependentes da quantidade produzida, cujas retenções podem ser pelas horas trabalhadas. As *despesas fixas*, como contribuição social, seriam divididas, portanto, entre todos os sócios. A assessoria contábil da ITCP/UFPR não considerou essa deliberação. A própria contadora não tinha conhecimento dessa decisão. Nessa ata, o valor determinado para as horas trabalhadas integraliza as quotas-partes subscritas pelos sócios. Menciona-se ainda, nessa ata, que as perdas do exercício não seriam compensadas por meio dos créditos dos atuais cooperados.

Acerca da prestação de contas de janeiro a dezembro de 2003, citada na quarta ata da assembleia efetuada em 26/03/2004, na sede da cooperativa, com edital publicado no jornal Metrópole São José dos Pinhais, na folha 11, contou com dezessete sócios presentes com direito a voto. A referida ata inclui recursos recebidos do Fundo de Miniprojetos do Rio Grande do Sul – FMP no valor de R\$4.880,00 utilizados para compra de dois martelletes pneumáticos e equipamentos de segurança, roubados posteriormente. As receitas no ano foram de R\$50 958,16 e as despesas de R\$59 646,17, portanto houve *perdas* de 8.688,01. Essa diferença foi rateada entre todos os cooperados. Os anexos mencionados na ata não foram localizados; o relatório de gestão apresentado

pela diretoria também não faz parte da documentação. Inferem-se, de tudo isso, as razões pelas quais não se constituíram os Fundos obrigatórios por lei.

3.6 Políticas públicas, tributação e mercado para a cooperativa

As oscilações das vendas neste mercado altamente competitivo, aliadas à impossibilidade de planejamento e controle da produção, comprometeram também as tentativas de diminuição dos custos, considerando que a formação dos preços é determinada por um mercado terceirizado. Logo, as informações utilizadas nos projetos de viabilidade econômica não corresponderam à realidade por não refletir, por um lado, as condições de eficiência e capacidade da cooperativa e, por outro, não considerar as barreiras de mercado. Também não foi possível aperfeiçoar, da forma esperada, a sequência de operações ou os métodos operacionais adequados ao setor de atividade da COEMBRA. Deve-se adicionar a esses argumentos, a dificuldade nessa última fase em manter a qualidade dos seus produtos e, portanto, os próprios clientes.

Com relação à arrecadação de impostos, ainda não se verifica, no âmbito das políticas públicas, qualquer tratamento diferenciado às cooperativas, como recomendado constitucionalmente em 1988. Assim, o incentivo ao cooperativismo está previsto no Parágrafo 2º do artigo 174, bem como o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo encontra-se no art. 146, III, "c". A reivindicação desses direitos é perseguida, insistentemente, após a autuação da COEMBRA pela Receita Estadual. Esse fato contribuiu para compelir o Setor Público a repensar as alternativas possíveis a empreendimentos com essas características, embora nenhuma lei complementar tenha sido editada conforme previsto na Constituição Federal.

No período em que se beneficiou da legislação estadual para pequenas empresas com a isenção do ICMS, a receita da COEMBRA apresentou ótimos resultados. Sua revogação por força de Lei Federal parece coincidir com nova crise financeira na COEMBRA. Cabe lembrar que, no início do empreendimento, a falta de políticas públicas de fomento específicas para cooperativas populares, embora não determinante, prejudicou muito a COEMBRA. Ela enfrentou, desde o início, problemas financeiros. Descartada a possibilidade de enquadramento no regime Imposto Simples Nacional, à época,

obteve-se o recolhimento com diferimento, que viabiliza o pagamento da dívida, negociada com a ajuda da ITCP.

Em resumo, a experiência dessa cooperativa demonstra que a dificuldade da emancipação econômica não está só, ou necessariamente, nas políticas públicas voltadas para o setor, mas, nas próprias condições de organização das pessoas em saberem conjugar interesses com comportamentos construtivos na busca de objetivos comuns. A experiência indica que as referidas políticas podem potencializar o que existe de produtivo e harmonioso nesses empreendimentos, mas elas por si só são incapazes de solucionar problemas internos. A questão, que se coloca, então, não se relaciona apenas a tratamentos diferenciados por parte do governo a atores desiguais, ainda que o mesmo processo de produção possa ocorrer em condições desiguais.

Vale lembrar, neste ponto, a experiência das pessoas que saíram da cooperativa no primeiro ano de funcionamento dela, especificamente, três dos ditos *entendidos*. Eles montaram uma empresa que atua na mesma área e, surpreendentemente, mesmo sem os benefícios recebidos pela incubagem posteriormente à sua saída, conseguiram atuar muito bem no mercado. Eles já cresceram e a firma já está estabelecida e consolidada. Em entrevista com esses sujeitos, observou-se que a adoção da forma de organização empresarial para alcançar resultados econômicos, com crescimento da empresa, foi muito importante. Muitos dos conhecimentos obtidos na experiência da COEMBRA acabaram por lhes dar o que faltava para tornarem-se empresários. E, ainda, beneficiam-se das vantagens oferecidas às pequenas empresas.

3.7 Resultados observados na COEMBRA

O esforço da equipe da ITCP/UFPR e dos cooperados em programar ações compatíveis com o que desejavam da autogestão e da atividade produtiva não se concretizou o suficiente para garantir-lhes resultado mais positivo. Eles demonstraram, em grande parte, por outro lado, capacidade e persistência em enfrentar e superar as dificuldades, em buscar a realização do sonho de todos – a cooperativa em atividade – um enfrentar as crises até o

limite da própria capacidade física. Muitos dos afastamentos dos cooperados hoje são por motivo de saúde.

Na realidade, na história da cooperativa nunca houve rateio de sobras de exercício porque de fato eles não existiram. Ao contrário, as perdas verificadas na apresentação de todos os Balanços Patrimoniais e Demonstrativos dos Resultados em Assembleias Gerais⁶⁰ são frutos das recorrentes dificuldades enfrentadas: operacionais, tributárias, financeiras e administrativas, permeadas sempre pelas de relacionamento. No início, as perdas eram causadas, especialmente, pelas dificuldades de controle e coordenação das atividades em uma administração de autogestão. Afinal, não se pode aceitar que seria impossível mensurar a perda da madeira usurpada da cooperativa, lembrando o episódio mencionado anteriormente. No entanto, superada, em termos, essa dificuldade, outras ocorrências contribuíram para os resultados negativos subsequentes.

Diante de tantas dificuldades, a COEMBRA também nunca conseguiu constituir os fundos obrigatórios por lei: o fundo de reserva e o de educação (FATES). Quando questionados sobre as razões pelas quais não constituíram nenhum fundo, nem os recomendados por ocasião do curso de cooperativismo que fizeram, como os preventivos de direitos sociais (saúde, férias, auxílio maternidade, etc.), nem ao menos os previstos na lei e no estatuto, a razão *financeira* foi a que prevaleceu. Quanto à questão do regimento interno, até hoje inexistente, os cooperados reconhecem que há falta de acordo entre os sócios para que isso se concretize. O desacordo se dá, basicamente, nas formas de controle do trabalho e de relacionamento.

Certo é que mesmo os financiamentos recebidos para reequipar a cooperativa não resolveram o problema da estrutura organizacional e da produtividade. Com a conquista dos referidos recursos, sem contrapartida financeira, os sócios pretendiam dar as condições necessárias à cooperativa para consolidar-se e, assim, atingir seus objetivos sociais. No entanto, mesmo

⁶⁰ A ata de 22/04/2002 apresenta o Balanço do primeiro ano de atividade da COEMBRA: as perdas apuradas no período totalizaram o valor de R\$8.010,00, rateadas igualmente entre os sócios na proporção de R\$242,73 para cada um. A ata de 14/10/2003, que já trata da mudança de endereço, indica um prejuízo de R\$8.328,54 para o período de janeiro a dezembro de 2002. A ata de 26/03/04, que registra o primeiro financiamento recebido, menciona uma perda de R\$8.688,01 no ano de 2003.

com esse aporte tão necessário, a cooperativa não pôde atender adequadamente aos objetivos propostos. O primeiro financiamento do Fundo destinado a miniprojetos, no valor de R\$4.880,00 permitiu uma melhor condição de trabalho com a compra de martelotes automáticos e equipamentos de segurança. Parte desse material foi roubado. O financiamento da Fundação Banco do Brasil, significativamente maior, aproximadamente 60.000,00, proporcionou, de fato, a compra de equipamentos que melhoram a capacidade produtiva da COEMBRA. Mas, novo roubo, até de equipamento muito pesado, comprometeu seus resultados. Entretanto, há equipamento recebido que sequer foi instalado!

Dizem que falta mercado! Dizem também que já perderam clientes por falta de qualidade do produto... Mas dizem, ao mesmo tempo, que já tiveram tudo isso! E não souberam ou não conseguiram manter a cooperativa, o que sugere que a origem dos problemas é muito mais de ordem interna, do que externa. Falta entendimento entre todos e coordenação de esforços na mesma direção, não podendo responsabilizar a falta de financiamento ou de mercado, como causadores exclusivos da atual situação da COEMBRA.

Lamentavelmente, essa situação ainda perdura. Atualmente, a cooperativa enfrenta mais uma vez sérios problemas financeiros, decorrentes da baixa produção e falta de competitividade no mercado. Além disso, enfrenta problemas de assiduidade dos cooperados, confiança, comunicação, disciplina, alcoolismo e discórdia entre os sócios, agravados pelo acirramento dos ânimos resultante, também, dos muitos altos e baixos. Criou-se um ciclo vicioso do aspecto financeiro e administrativo refletindo-se sobre o relacionamento pessoal e profissional e, assim, sucessivamente.

Se, por um lado, as esperadas mudanças de ordem econômica não foram alcançadas, quer pela Incubadora, quer pelos cooperados, embora inseridos no mercado formal de trabalho, por outro, os próprios cooperados consideram a experiência importante, pois promoveu a cidadania e emancipação do grupo. Esses resultados refletiram na qualidade das relações sociais, possibilitou-lhes ser mais ousados; ampliou os horizontes e, conseqüentemente, passaram a ter uma visão mais crítica da realidade. Isso ficou claro nas entrevistas ao expressarem que se sentem mais capazes de enfrentar desafios e desejam continuar aprendendo através da educação

formal e informal. Pode-se supor que isso aconteceu porque os cooperados foram obrigados a entender de assuntos até então alheios ao seu mundo e à sua atuação, ou nunca imaginados por eles, tais como: contabilidade, planejamento e restrições de aspectos jurídicos de relações que se estabelecem externas e internamente. Ainda acerca de resultados positivos da cooperativa, salientaram nas entrevistas os benefícios dela na formação dos filhos, pois, mesmo passando por todas as dificuldades, conseguiram ajuda da ITCP para compra de material escolar das crianças e adolescentes, demonstrando claramente faziam questão de mantê-los estudando. Se por um lado isso evidencia uma preocupação legítima de alguns cooperados com o futuro dos seus, pode, por outro, manifestar uma relação de dependência de outros.

A entrevista revelou, também, a mudança de vida de alguns cooperados, depois da experiência na COEMBRA. Assim, pessoas que tinham dificuldade em manter-se em uma atividade, conseguiram, após a saída da cooperativa, estabilizar-se em emprego formal. Pode-se citar, também, o caso de uma cooperada que conseguiu, com a qualificação recebida, emprego com melhor remuneração. Muitos afirmaram, inclusive, que aprenderam a abrir o próprio negócio. Afinal, chama-se a atenção o fato de os próprios membros da cooperativa admitirem que a melhor inserção no mercado capitalista se relaciona com resultado positivo obtido mediante um processo que busca exatamente outro tipo de relação, que se dá na cooperativa.

Em última análise, ao lado dos retrocessos, registram-se também êxitos na experiência da COEMBRA. Alguns avanços qualitativos consolidaram-se; outros desgastam seus participantes, frustram-nos, mesmo abrindo-lhes as portas a mundos novos e de maior realização. Dos sócios fundadores, permanecem doze ainda cooperados e, em atividade, apenas quatro. Poucos cooperados ainda trabalham hoje na produção e isso se deve, principalmente, à baixa retirada mensal decorrente da baixa atividade.

Tendo em vista o quadro descrito, conclui-se que a revitalização de políticas sociais tem que ser reconhecida e exige ação programada, dirigida a segmentos desprotegidos ante a escalada da concentração de riqueza. Esses segmentos, como lembra Santos, em igualdade de condição de trabalho e de vida, buscam também interesses comuns. Desse modo, pode-se falar em

colaboração solidária possível entre trabalhadores como processo de autoconsciência de classe (SANTOS, p. 118). Assim sendo, se pode afirmar que esse processo ocorreu na COEMBRA. Não houve, por parte de seus associados, efetivamente, colaboração solidária no cotidiano da cooperativa, não lutaram por igualdade de condição no trabalho ali desenvolvido. Ao contrário, os ditos *entendidos* fizeram questão de manter, na convivência da ITCP, as diferenças em nome da produtividade, em nome da qualidade. Os requisitos de mercado prevaleceram nos momentos decisivos de criação de uma nova cultura. No fundo, alguns queriam mesmo manter a diferença, inclusive de remuneração. Para isso, deixaram a única pessoa que se dispunha a limpar os banheiros e fazer isso sem reclamar, argumentando que ela não poderia se qualificar em vista da idade e condição física e intelectual. Todos concordavam com isso porque isso é *comum* e normal na divisão de trabalho capitalista. No entanto, para ele, concordando com Rosa Luxemburgo, acrescenta:

só a experiência está em condições de corrigir e de abrir novos caminhos. Só uma vida cheia de fermentos, sem empecilhos, é capaz de imaginar milhares de novas formas, de improvisar, de liberar forças criativas e de corrigir, espontaneamente, os passos em falso (apud LUXEMBURGO s/d, p.120).

3.8 Alguns dados da outra empresa

A EMADEP - Embalagem de Madeira Paraná, é uma microempresa criada pelos seus três sócios, ex-cooperados, fundadores da COEMBRA. Todos são profissionais da área de artefatos em madeira, portanto, do grupo dos *entendidos* do primeiro ano da COEMBRA. É uma empresa bem organizada, com vinte e dois funcionários em média, atuando no mesmo ramo de atividade da COEMBRA, portanto sua concorrente.

Alguns funcionários da COEMBRA participaram da fundação da cooperativa, a convite de outro, também ex-cooperado, que liderou o processo na época. Acreditavam que o projeto *tinha futuro*. Foi no curso de cooperativismo promovido pela Incubadora que conheceram o que era uma cooperativa. As razões que os levaram a sair da COEMBRA, após a primeira crise dela, como esclareceram na entrevista, devem-se às *divergências* e

contrariedade e à financeira, sem retorno. Mas, o aspecto financeiro foi o mais determinante. Na opinião de um deles, faltava agilidade em tudo: na parte da produção, da administração e das vendas. A cooperativa parou no tempo e as dificuldades decorrem de não terem saído atrás de matéria-prima nem acompanhado as tendências e mudanças do mercado, argumentou esse entrevistado. Mas houve concordância em termos de preocupação com os associados e ajuda. Assim, no começo do empreendimento, “chamavam os mais necessitados para trabalharem lá”.

A empresa apresenta ótima aparência, simples, mas bem cuidada. Os trabalhadores em suas tarefas demonstram desenvoltura e autonomia. A parte administrativa está instalada em uma casa, separada do barracão. Os documentos devidamente organizados são distribuídos em pastas segundo a função do trabalho: secretaria/recepcionista, responsável pela produção, pelas vendas, pela estufa e pátio. Prevalece a divisão de tarefas e responsabilidades entre os sócios, mas a remuneração é diferenciada conforme a participação no capital. As retiradas são mensais, estabelecidas em *salários* também para os sócios.

O grupo se orgulha de atuar com um diferencial tecnológico, KD-HT, de tratamento fitossanitário, sem agrotóxico, com temperaturas em conformidade com as normas recomendadas internacionalmente. São exigências para atender o mercado externo, e, em breve também o interno que logo passará a exigir esse tipo de certificação. Estão convictos de que a fumigação será superada como forma de tratamento da madeira. Nas palavras deles, “há cobrança do mercado pela certificação; não é igual há dez anos atrás”. Para obter o equipamento necessário para esse fim, receberam financiamento do PROGER em 2005, pelo Banco do Brasil, para 80% do valor da estufa.

Com referência à responsabilidade social da empresa, um dos entrevistados fez questão de afirmar que a exclusividade foi conquistada “*com atendimento 100% nas empresas*”, referindo-se a um ex-cliente da COEMBRA cujas embalagens são montadas no próprio local.

Quando questionados sobre as diferenças de atuação entre a cooperativa e a empresa deles responderam ter agora mais responsabilidade e autonomia para desenvolver as tarefas do que tinham na cooperativa. Ali, onde todos davam opinião em tudo. Por outro lado, gostam da cooperativa, como

local “*para sonhar*”... Segundo outro entrevistado, na cooperativa “*não se esquenta a cabeça*”, referindo-se às responsabilidades que tem na empresa: “*é muita coisa, nunca pode faltar*”. Acham o trabalho da universidade bem feito, mas, “*quando não há como sustentar a família, tem que mudar*” para usar a expressão deles.

Sobre o período que estiveram na cooperativa, consideram ter sido uma boa experiência, com possibilidade de dar certo *desde que todos queiram*. Na visão deles, a meta da cooperativa, *crescer*, não foi alcançada em termos financeiros e de mercado, mas com relação ao relacionamento, houve sim crescimento. Reconhecem que *amadureceram bastante, ficaram mais tolerantes, aprenderam a escutar mais, ouvir mais, entender a ideia da pessoa*.

Todavia, na empresa, procuram aperfeiçoar-se para competir melhor no mercado, inclusive disputando clientes da própria cooperativa. O foco do trabalho da EMADEP está no negócio, produtos e serviços prestados. Empregam na empresa aproximadamente dois terços do número total de pessoas envolvidas na COEMBRA. Assim sendo, a exigência do mínimo de vinte cooperados conforme prevê na legislação, não é que trouxe dificuldade operacional para a COEMBRA, e sim para a área administrativa, na composição da diretoria. Consideram, também, que as mulheres e os mais idosos são pontos problemáticos da cooperativa: “*deveria ser mais classificado*”, assinalou um deles. “*Falta visão da diretoria, sem retorno desanima*”, comentou outro na entrevista.

Finalmente, ao manifestar-se sobre as relações dos cooperados entre si e com a cooperativa, chamaram a atenção para os desentendimentos, a discórdia e a falta de sorte que envolveu o processo e a história da cooperativa. Sugerem que seus colegas busquem aperfeiçoamento, atualizem-se.

4 A DIMENSÃO EDUCATIVA NA COOPERATIVA POPULAR

Nos capítulos anteriores, adotaram-se algumas conceituações acerca do objeto do presente estudo qual seja: a dimensão educativa da cooperativa popular. A partir da ideia de *educação* e de *cooperativa popular*, foram delimitadas as relações que constroem valores na formação e transformação das pessoas por considerá-las educativas. Nesse caso, especificamente, consideraram-se as relacionadas aos valores e princípios cooperativistas⁶¹, bem como a do Sistema Integrado de Gestão (SIG), criado pela ITCP/COPPE/UFRJ⁶² e a da Missão e objetivos da ITCP/UFPR⁶³. Assumiu-se, também, que essa dimensão envolve outras relações, como sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais e com elas se interagem. Além disso, essa discussão não poderia deixar de incluir a questão do conhecimento criado e produzido formal e informalmente. Essas questões serão retomadas no presente capítulo à luz da experiência da COEMBRA.

Antes, porém, de iniciar a discussão, cumpre ressaltar que adotou-se, aqui, o entendimento de educação em sentido amplo, como Mészáros (2005): um processo vital de existência do ser humano, que extrapola escolas, níveis e sistemas de ensino, caracterizado pela especificidade de ser social, com

⁶¹ Livre adesão; controle, organização e gestão democrática; autonomia e independência; distribuição equitativa do excedente; preocupação com educação e formação; compromisso com a comunidade; ajuda mútua; respeito e democracia; equidade, igualdade e solidariedade; e honestidade e transparência.

⁶² São os parâmetros relacionados à viabilidade econômica da cooperativa (grau de legalização e formalização do empreendimento; comprometimento dos sócios; estrutura de produção; garantia de direito à renda e proteção social; melhorias tecnológicas; evolução da receita; comercialização); à viabilidade como cooperativa (instrumentos de gestão; gestão democrática; representatividade da direção; responsabilidade social do empreendimento; solidariedade; igualdade entre os cooperados); e à inclusão econômica e social dos cooperados (renda; qualificação; documento pessoal; autoestima; inclusão social; participação em atividades culturais; participação política).

⁶³ A missão da ITCP/UFPR é a inserção social e econômica de trabalhadores historicamente excluídos dos bens sociais com o incentivo à formação de cooperativas populares de autogestão e a valorização dos conhecimentos dos seus trabalhadores como meio de organização autônoma e democrática. O Programa objetiva “dar uma educação aos estudantes com uma nova lógica, acreditando que o cooperativismo é um veículo dos mais pertinentes para a formação, por fundamentar-se em valores, como responsabilidade individual e coletiva, democracia, equidade e solidariedade” e “gerar subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas, locais e regionais, por meio de parcerias estabelecidas”.

capacidade de conhecer, ter ciência do real e, por isso, transformá-lo ser conscientemente. Para o autor, é necessário ultrapassar os limites das mudanças educacionais *feitas às margens corretivas e interesseiras do capital* para que haja uma transformação social qualitativa e aflore alternativa educacional diferente. Argumenta esse autor que as propostas de reformas educacionais, mesmo que revestidas de genuínas preocupações humanitárias, como as de Adam Smith e Robert Owen, não escapam à *camisa-de-força das determinações causais do capital* embora se apresentem como corretora dos efeitos alienantes e desumanizadores do poder do dinheiro e da procura do lucro. Advoga soluções que ultrapassem a formalidade, pois considera que tais determinações afetam, profundamente, cada âmbito particular com influência na formação dos sujeitos da educação, não apenas no processo que ocorre nas instituições educacionais formais. Para ele, a sociedade do capital impõe certos limites à educação, quer pela incapacidade em apreender e transcender seus limites; quer pelo comprometimento ideológico com a ordem das coisas; quer, mesmo, pela capacidade de compreender e denunciar as mazelas produzidas por esse sistema de controle social como no caso dos autores humanistas citados acima.

Com efeito, cabe, aqui, algumas discordâncias. Por exemplo, considerar-se que a teoria educacional baseia-se na noção de que o conhecimento e o saber constituem fonte de libertação, esclarecimento e autonomia, particularmente a teoria educacional crítica; supor que é possível chegar ao conhecimento não mistificado do mundo real. Desse modo, concorda-se com Silva.

O saber da intelectual não paira acima e fora das lutas e relações de poder: é parte integrante e essencial delas. [...] todos nós estamos envolvidos em um estado permanente de luta contra as posições e relações de poder. (SILVA, 1994, p.250-253)

Ele resgata uma das implicações do projeto de desconstrução de Derrida para a educação, relativas a das oposições binárias⁶⁴. Nessas oposições, um termo não representa a superação do outro como esclarece o trecho abaixo.

Assim, por exemplo, para tomar um exemplo tão central à própria história do pensamento educacional ocidental, se considerarmos o par *reprimir/liberar* em conjunto, como uma dessas oposições que remetem a uma essência subjacente, veremos que *liberar*, por exemplo, não representa o *outro* de *reprimir* mas apenas um outro lado de uma identidade: a da essência humana que deve ser reprimida ou liberada, conforme for o caso e a época. A oscilação histórica entre reprimir e liberar é uma oscilação que volta ao mesmo ponto (LERENA, 1983, apud SILVA, 1994).

O sentido contraditório da ação educacional na perspectiva da ação transformadora, reafirma a ideia de a educação não possuir apenas a dimensão da reprodução social. O dimensionamento do fenômeno educativo na lógica do capitalismo está considerado nas *relações* “sociais contraditórias no contexto da apropriação do excedente econômico e da luta de classes. A educação é atividade humana partícipe da totalidade da organização social”. (CURY, 1992, p.7-8) O autor evidencia duas dimensões das categorias metodológicas: uma referente à relação historiada em que toda a produção social é determinada pelas condições sociais da sociedade; e, a da exposição didática que preserva suas virtudes. “A categoria da contradição, para não se tornar cega, só se explica pelo recurso à da totalidade. Essa, por sua vez, para não se tornar vazia, necessita recuperar a da contradição em uma síntese mais abrangente”, diz Cury. (CURY, 1992)

4.1 Educação e cooperativa popular

Refletir sobre aspectos contraditórios dos processos de implementação de empreendimentos cooperativos, propor ação articulada entre concorrência e cooperação para os padrões tradicionais de compreensão desses conceitos pode

⁶⁴ Derrida se propôs à desconstrução de oposições binárias caras à tradição do pensamento filosófico ocidental como teoria/prática, sujeito/objeto, natureza/cultura. A identidade, para ele, definida pela oposição não é fixa, mas flutuante, cambiante.

parecer heresia. A convergência entre eles pode levar a orientar um objetivo comum em ambientes que encerrem forças de cooperação e conflito, sem dúvida ingredientes estimulantes á eficiência e à incessante inovação.

Na teoria de cooperação do *dilema dos prisioneiros*, criado em 1950, por Meril Flood e Melcin Dresher, formalizado, posteriormente, por Tucker, seria uma alternativa para discutir a situação em que a perseguição do interesse individual é o pior resultado para todos. A cooperação, nesse caso, consiste em equacionar como podemos viver num mundo cuja premissa não é seja a cooperação. Em outros termos, poderia perguntar-se: a cooperação pode existir quando as possibilidades de vantagens são reais para todos? Embora essa teoria seja despida da discussão de valores, sugere que posturas com valores como confiabilidade, honestidade e solidariedade⁶⁵ podem ser cultivadas.

A *cooperação*, por sua vez, existe entre indivíduos que decidem auxiliar-se mutuamente em prol de propósitos compartilhados. Isso depende da decisão de duas ou mais pessoas. As razões para tal são de diferentes naturezas, pois simplesmente *ajudar, auxiliar, apoiar* ou *socorrer* nenhuma dessas ações objetivam cooperação, necessariamente, não buscando objetivos comuns. Assim, coopera-se com alguém para alcançar o que não é possível obter sozinho e para conquistar algo que interessa igualmente a todos. O conceito traz, implícita, a ideia de que no grupo cooperado todos ganham embora possa haver competição com outros grupos, mesmo internamente. Portanto, a cooperação, em si, não depende de relações de amizade ou companheirismo, embora essas relações possam existir o que não elimina a competição em outros âmbitos. A *cooperação* é um *ato social*, motivada por interesse ou necessidade e, a *contribuição* pode ocorrer ao mesmo tempo, em termos *individual*, originada espontaneamente, ou por imposição.

A *doutrina cooperativista* prescrita mundialmente corresponderia ao que, na realidade escolar, se denomina currículo formal. Nesse sentido, que trata dos conteúdos veiculados pelos cursos de formação dos cooperados e sua

⁶⁵ A referida estrutura do Dilema dos Prisioneiros está apresentada em AXELROD, Robert (1986) [1984]. La Evolución de la Cooperación: el Dilema Del Prisionero y la Teoría de Juegos. Madrid: Alianza.

composição. Já a *prática* do dia a dia da cooperativa corresponderia ao currículo implícito, ou oculto, aquele que se percebe no cotidiano das relações entre os sujeitos (DALBEN, 1985). É a faceta reveladora das normas e regras subjacentes à rotina estruturada por essas relações. Tal qual a autora com relação ao contexto escolar, na vida da cooperativa também é mais fácil discutir, alterar ou manter seu ideário do que modificar “as relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos no processo” (DALBEN, 1985, p. 31). Os princípios e valores do cooperativismo mantêm-se praticamente inalterados por centenas de anos enquanto que a prática, o cotidiano das cooperativas, tudo isso fica, na maior parte das vezes, esquecido, tornando-se desconhecido.

Afinal, o que define a forma de relação dos sujeitos com seu objeto de trabalho no caso de uma cooperativa popular? Seguindo o raciocínio de Dalben (1985), alguns fatores podem ser determinantes nesse caso: organização do trabalho, condições objetivas presentes no processo de produção, a tensão específica do cotidiano pela sobrevivência.

Como anunciado anteriormente, é difícil modificar práticas neste caso semelhantes ou idênticas às do sistema capitalista. Assim, na COEMBRA e na sua relação com a ITCP/UFPR, essa dificuldade é permeada por comportamentos de resistência ao controle, numa combinação tensa, sem perspectiva de superação, revelada na falta de consenso sobre o regimento interno e a proposta de transformação da cooperativa, em empresa tradicional. Sem dúvida, existem muitas cooperativas com sucesso evidente. Não há como precisar, com ou sem as estatísticas disponíveis hoje, a proporção delas, ou mesmo a fórmula que garantiria tal resultado, ou, ainda, o que as diferenciaria das que fracassariam. Da mesma forma, não se pretende generalizar as razões do fracasso de algumas cooperativas, nem o que lhes gerou insucesso, apesar das condições favoráveis de apoio e implementação integral do processo de incubagem. Considera-se, pois, que a peculiaridade de cada experiência é que distingue uma das demais visto o grande conjunto de variáveis combinadas entre si, em tempos e espaços determinados.

Do mesmo modo, não é o caso de buscar culpados ou redentores dos problemas apresentados. As questões são ligadas a inúmeras outras, mais amplas. Portanto, o que importa é compreender a orientação que recebem as ações e suas contradições entranhadas nos detalhes da prática social cotidiana e legitimadas nas relações, conforme explica Dalben.

São antagonismos que se vão entranhando tanto nas relações familiares como no trabalho e aos quais vamos nos acostumando, trazendo-os cada vez mais presentes nos processos dicotômicos de concepção x execução; transmissão x assimilação; produção x consumo; trabalho intelectual x manual; e outros que fazem parte do nosso dia a dia e que, em última instância, localizam-se na relação dominação x submissão. (DALBEN, 1992, p.32)

As cooperativas, à semelhança das escolas, têm perdido a função socializadora desse saber, mesmo sem perder a sua dimensão de historicidade. Isso se explica, talvez, por ser também um instrumento da dominação, conforme afirmação de Santos (1985). Decorre dessa afirmação que a política está em todas as dimensões do social, principalmente nos métodos de ensino que podem ser utilizados como forma de dominação. Trata-se da dimensão política do ato pedagógico. Para o autor, a teoria não guia a ação. Ao contrário! A forma de produção e reprodução do saber deve ser um processo de busca e de produção do conhecimento por meio do trabalho e da prática social. As mudanças sociais ocorrem no cotidiano criado e recriado por seus atores. Ressalta Santos:

O processo de ensino não deve exaurir-se em si próprio: ele é socialmente condicionado, e seu verdadeiro significado está no seu sentido teleológico. Em decorrência disso, a centralização do processo de ensino não ficará apenas no interior da escola, mas se volta para a prática social. (SANTOS, 1985, p. 22)

Ultrapassando, então, os muros da cooperativa, verifica-se que a situação existencial dos cooperados, embora heterogênea, apresenta alguns pontos comuns, a saber: instabilidade no trabalho (emprego formal ou informal); renda insuficiente para via digna; precária moradia; condições de saúde e educação precárias. Portanto, o interesse, nessas circunstâncias, e os problemas colocados

na prática social dos cooperados, estão relacionados à classe social a que pertencem.

Retratada a realidade desses sujeitos, seguindo a orientação de Santos (1985), passa-se a problematização na busca de solução para, em seguida, discutir as ferramentas culturais necessárias que os possibilitem libertar-se da exploração e voltar a outro nível, ao novo ponto de partida do processo. Trata-se de pontos de partida e de chegada, de captação de saberes relegados na escola, como proposto no método freiriano. Surpreendentemente, um método muito citado e pouco adotado no processo de incubagem. Aliás, ouvem-se *pouco os cooperados!* Na maior parte das vezes, os conhecimentos que consideramos que lhes são transmitidos são definidos segundo critérios de superiores e não deles, e pior, eles não só aceitam-no como também desprezam o seu saber.

Com efeito, a doutrina cooperativista, amplamente discutida e referendada ao longo da sua existência, paradoxalmente, não foi capaz de traduzir-se no cotidiano da maioria dos cooperados e, muito menos, apresentou-se como algum tipo de ameaça ao sistema capitalista. Ao contrário, a atuação de várias cooperativas aproxima-se, perigosamente, da prática empresarial quando elas não atuam de forma ainda mais predatória que as empresas capitalistas. Por isso, as cooperativas populares surgem distinguindo-se, insistentemente, desse conjunto por buscarem maior autenticidade no seu exercício. Todo esse esforço, entretanto, é pouco compreendido quando elas são igualadas a outros empreendimentos em geral, também considerados solidários ou, muitas vezes, fraudadores. Às vezes, também, são taxadas igualmente de favorecedoras do capital, reduzidas simplesmente a uma política compensatória, longe de promover mudanças. Entretanto, quando as cooperativas populares criam-se protegidas por ações compensatórias, com certeza, têm por objetivo superá-las qualitativamente, quanto ao aspecto econômico e social e, por definição, quanto a autossuficiência e autonomia.

De fato, a economia solidária ainda é um processo em construção que já cresceu muito com relação ao aspecto político, à educação, à formação, à organização, à produção e comercialização, mas há, ainda, muitas descobertas a

serem feitas e longos caminhos a serem percorridos. Mas, importa destacar, aqui, o entendimento de solidariedade à luz dos ensinamentos de Paulo Freire. Para ele, a realidade, ao fazer-se opressora,

implica a existência dos que oprimem e dos que não são oprimidos. Estes a quem cabe realmente lutar por sua libertação juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressão, na práxis desta busca. (FREIRE, 1987)

Essa reflexão traz a ideia de liberdade e de transformação, uma vez que

a realidade opressora, ao constituir-se como um quase-mecanismo de absorção dos que nela se encontram, funciona como uma força de imersão das consciências. ... Neste sentido, em si mesma, esta realidade é funcionalmente domesticadora. Libertar-se de sua força exige, indiscutivelmente, a emersão dela, a volta sobre ela. É por isso que só através da práxis autêntica que, não sendo "blablablá" nem ativismo, mas ação e reflexão, é possível fazê-lo. ... Este fazer "a opressão real ainda mais opressora, acrescentando-lhe consciência da opressão" a que Marx se refere, corresponde à relação dialética subjetividade-objetividade. Somente na sua solidariedade, em que o subjetivo constitui com o objetivo uma unidade dialética, é possível a práxis autêntica. ... A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. (FREIRE, 1987, p. 37-38)

Resta dizer que a escolha da COEMBRA para o presente estudo objetivou, entre outras razões, evitar a tendência natural da prática discursiva dos sujeitos, que envolvidos com a experiência de incubagem, limitam-se a exaltar somente os pontos positivos. Por ser uma cooperativa que enfrentou e enfrenta enormes dificuldades, seus problemas são mais perceptíveis quando implícitos e, certamente, podem ser minimizados. Do ponto de vista da identificação dos obstáculos e limites da experiência, acredita-se que eles não seriam apresentados em condições tão claras se se considerasse um caso inverso: uma cooperativa de sucesso.

4.2 Indicadores da dimensão educativa

A dimensão educativa não é algo estático ou concreto que se aponta objetivamente. Ela se revela no âmbito das relações sociais e varia no tempo, espaço; na interação entre as pessoas; na troca de idéias. Além disso, dá ideia de propagação e amplitude; de movimento; de transformação; de processo. Poder-se-ia simplesmente admitir que o processo de incubação em termos teórico e prático, é educativo quando acompanhado de aporte teórico e técnico necessários aos grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários. Mas, objetivamente, a que se referia a dimensão educativa? Como é concebida e em que perspectiva ideológica e política se fundamenta? Distingue-se de uma assessoria? O Sebrae, por exemplo, valoriza o saber acumulado das pessoas pertencentes ao grupo incubado? Qual saber foi valorizado no grupo da COEMBRA?

Em entrevista com as coordenadoras da ITCP/UFPR, a primeira e a atual, quando questionadas sobre as metas da Incubadora⁶⁶, apresentaram com versões particulares, cujo conteúdo, praticamente, não se diferenciava. Eis a fala de uma entrevistada: “a organização do grupo e seu acompanhamento, pois a função da Incubadora só existe se tem grupos a incubar; é a criação de cooperativas populares e a assessoria às respectivas cooperativas”.

Nesse depoimento, a *dimensão educativa* adquire o sentido correspondente à avaliação de sua importância e seu valor, que inclui estar inserida, naturalmente, em outras dimensões como as sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais. No domínio deste estudo, portanto, foram considerados, inicialmente e, depois confirmados, os seguintes aspectos da dimensão educativa das *cooperativas populares* presentes na missão e nos objetivos propostos pelo programa da incubadora: inserção social e econômica de trabalhadores excluídos dos bens sociais; incentivos à organização autônoma dos trabalhadores por meio

⁶⁶ Cabe destacar que a atual coordenação relatou uma nova experiência de atuação da Incubadora: atuar, em conjunto, com outras organizações para o desenvolvimento local e selecionar os grupos para a incubagem somente depois do processo desencadeado, quando, efetivamente, as condições de criação de uma cooperativa estão dadas.

da formação de cooperativas populares de autogestão; valorização do conhecimento, como forma de organização democrática.

Esses aspectos, na visão desta pesquisadora, são os que concorrem para a educação, ou, melhor, promovem a educação. Não se trata, aqui, do sentido estritamente formal e escolástico da palavra educação voltada para a transmissão de conhecimentos, ligada a instruir, mas ao processo mais amplo, isto é, desenvolver a capacidade física, intelectual e moral do ser humano em geral, cujos conhecimentos e aptidões resultem de tal processo e com o qual a universidade está comprometida. Mais que o cabedal científico ou técnico, a instrução ou o ensino adquirido promovido pela ITCP, refere-se à capacidade de as pessoas orientarem-se na vida e no mundo, segundo suas aspirações e crenças. Em termos comparativos, enquanto a instrução promovida por uma empresa objetiva um padrão de comportamento que resulta, estritamente, em mais produtividade e eficiência, a incubadora e a cooperativa popular buscam também no processo, ou principalmente nele, mais compreensão e realização da pessoa. Entende-se, assim, que se preservam a capacidade de escolha, liberdade de pensar e agir do indivíduo. Nada obstante a educação seja vista como ato ou efeito de educar ou educar-se, circunscritos ao processo de desenvolvimento das capacidades humanas em geral estão os conhecimentos e aptidões resultantes desse processo.

Se o processo educativo, na prática de incubação, implica um conjunto complexo de atividades de carácter técnico e social orientado por determinados objetivos, o que faz desta prática uma atividade conscientemente buscada e orientada a um fim? Pode-se dizer que são os objetivos propostos, qual seja, desenvolver a formação pedagógica que transforma os conteúdos e altera a conduta dos sujeitos mediante a qual se adquirem os conhecimentos necessários e possíveis para a criação de um empreendimento de autogestão.

É nesse ponto que se iniciam as ponderações desta pesquisadora. A COEMBRA não foi capaz de alcançar os objetivos e missão propostos pela Incubadora responsável pela sua criação. A esperada *inserção social e econômica* dos seus trabalhadores não se concretizou na cooperativa. No entanto,

observaram-se casos em que, embora formal ou informalmente afastados da cooperativa, os cooperados e ex-cooperados mantinham-se a ela ligados. A cooperativa, em muitos momentos de autogestão e com organização democrática não foi capaz de gerar, com regularidade, renda suficiente para reter seus sócios. A ITCP/UFPR proporcionou, sem dúvida, inúmeras oportunidades de valorização dos conhecimentos dos cooperados; no entanto, lamentavelmente, houve ocasiões em que isso foi anulado ou não foi valorizado conforme a metodologia adotada.

Certo é que o conhecimento que se adquire no processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários ocorre, segundo sua metodologia, por meio de da ação humana chamada de *trabalho* ou *práxis* conforme o recomendado por Freire. O exercício da práxis dos trabalhadores, em conjunto com a academia, é utilizado como material de transformação do saber popular e científico em saberes aplicáveis, aqueles mais adequados à natureza do empreendimento e do trabalhador cooperativo. Em tese, o que se observa é que educador e educando trabalham sintonizados para alcançar a meta estabelecida. Não faltaram esforços para isso na incubagem da COEMBRA. Faltou, sim, maior sintonia com a metodologia. O processo prático de incubação, mais que um conjunto de objetivos detalhados em etapas, passos ou instrumentos, é uma experiência produzida *na e pela prática*. Os episódios dos registros contábeis e das críticas à capacidade do trabalho feminino são exemplares do seu oposto: teoria/prática. Foram passagens que abalaram a autoestima de parcela significativa dos cooperados e reforçaram práticas administrativas centralizadas.

Dando continuidade à análise da prática nas incubadoras, algumas considerações a respeito dos efeitos de tais práticas serão apresentadas, conforme as categorias estabelecidas na proposta desta pesquisa, no quadro adiante. Assim, adotou-se a cor amarela para representar os valores como solidariedade, respeito, equidade e democracia, ligados aos valores do cooperativismo doutrinário de ajuda mútua, respeito, honestidade e transparência e, também, à formação discente, com valores relativos à missão da ITCP/UFPR. São princípios universais derivados dos valores do cooperativismo, comum a toda

classe de cooperativas. A cor roxa representa as categorias relacionadas, particularmente, à liberdade de comportamento dos cooperados, como discutiram Amartya Sen, Paulo Freire entre outros. A livre adesão foi considerada, aqui, de mão dupla porque nela está implícita a decisão de também sair livremente, indo além do ato voluntário de ingresso na cooperativa. Implica, pois, a responsabilidade de assumir compromissos correspondentes à celebração conjunta de um pacto de obrigações autoimpostas; implica, ainda, liberdade de manter-se lado a lado para atingir propósitos legítimos e autodeterminados. A cor azul destina-se à educação, às práticas educativas segundo a concepção dada neste trabalho, ou seja, proporcionar ao indivíduo vida digna, cidadania e autoestima. Daí a preocupação com a formação e conhecimento dos trabalhadores, não apenas em termos de doutrina, direitos ou deveres mas também com a promoção da educação formal e permanente, com a formação profissional, treinamento, informação e cultura. Nesse sentido, a inclusão econômica e social dos cooperados, observando-se renda, documentos pessoais, participação em atividades culturais e políticas também faz parte do conceito de educação. A cor rosa representa a responsabilidade com o outro, a preocupação com o outro, o compromisso com a comunidade e seu entorno, sensibilidade às situações adversas da população, além da responsabilidade individual e social com relação ao empreendimento cooperativo. Destacam-se, nesta parte, as transformações do comportamento com o próximo, com o coletivo, nas relações objetivas, diante de compromissos. Por fim, o verde mostra a própria existência do sujeito como entidade legal e formal, o desenvolvimento dele, sua estrutura e atividade produtiva; a função e o caráter social do seu capital; o comprometimento e cuidado com os aspectos financeiros e a inserção no mercado; a preocupação com a viabilidade econômica da cooperativa: o controle, a organização, a distribuição equitativa, a garantia do direito à renda, as melhorias tecnológicas e a comercialização.

QUADRO 2

Chave de equivalência entre categorias/indicadores para análise do estudo de caso

VALORES E PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO	MISSÃO E OBJETIVOS DA ITCP/UFRJ	SISTEMA INTEGRADO DE INDICADORES DE GESTÃO (SIG) – ITCP/COPPE/UFRJ
1- Livre adesão	1- Inserção social e econômica	1- viabilidade econômica da cooperativa
2- controle, organização e gestão democrática	2- formação de cooperativas populares de autogestão	a. grau de legalização e formalização do empreendimento
3- autonomia e independência	3- valorização do conhecimento dos trabalhadores	b. comprometimento dos sócios
4- distribuição equitativa do excedente	4- organização autônoma e democrática	c. estrutura de produção
5- preocupação com educação e formação	5- formação de estudantes segundo valores	d. garantia de direito à renda e proteção social
6- compromisso com a comunidade	responsabilidade, individual e coletiva, democracia, equidade e solidariedade	e. melhorias tecnológicas
7- ajuda mútua		f. evolução da receita
8- respeito e democracia		2- viabilidade da cooperativa
9- equidade, igualdade e solidariedade		a. instrumentos de gestão
10- honestidade e transparência		b. gestão democrática
		c. representatividade da direção
		d. responsabilidade social do empreendimento
		e. solidariedade
		f. igualdade entre os cooperados
		3- inclusão econômica e social dos cooperados
		a. renda
		b. qualificação
		c. documento pessoal;
		d. autoestima
		e. inclusão social
		f. participação em atividades culturais
		g. participação política

4.2.1 Educação e valores - os valores como fundamento

As ideias gerais contidas nas conceituações de cooperativa, cooperativa popular, economia solidária entre outras discutidas anteriormente são a base do pensamento doutrinário cooperativista. São ideias vinculadas a ideais com valores abrangentes e perenes no tempo. Valores que dão origem e precedem os princípios, que são adaptáveis ao tempo e lugar.

As cooperativas populares como organizações democraticamente controladas pelos seus sócios contam, nas suas políticas e decisões, com a participação ativa de todos cooperados. O voto singular, isto é, cada sócio um voto, ganha importância, pois dá direito a todos influírem nas decisões. No entanto, a simples proclamação da democracia e os procedimentos adotados em seu nome nem sempre preservam a igualdade, a equidade, o respeito e a solidariedade. A democracia cooperativista é mais abrangente do que a prática do voto singular: é a dotação de processos decisórios

específicos e adequados à vertente político-social e outros específicos e adequados à vertente negocial da entidade, garantindo o equilíbrio entre a função social e a econômica da cooperativa. (IRION, 1997 p.49)

Para o mesmo autor,

[...] a democracia cooperativista não tem o sentido apenas da forma de governo. Ela tem o significado da participação em todas reuniões, do direito de opinião, da oportunidade do exercício das funções diretivas, do respeito ao direito das pessoas ainda que divergentes, do voto sem que para isso se leve em conta os investimentos e a adoção pelo quadro social de regras dentro dos preceitos estatutários e legais. (IRION, 1997 p.49)

No caso das cooperativas populares, ela também está estreitamente definida nos contornos da sua concepção: seus beneficiários, em tese, são necessariamente os cooperados. Na prática, como se observa, não tão necessariamente!

Todavia, o episódio do roubo na COEMBRA, já citado neste estudo, revela como prevalece, na cooperativa, a atitude de contornar, com outros discursos, até problemas muito graves. Por outro lado, esses discursos, como se observou, não são tão convincentes a ponto de superar completamente questões difíceis. Acerca desse roubo, por exemplo, percebeu-se muita inconformidade por parte dos cooperados. Foi traumático e a dúvida sobre o acerto da decisão ainda permanece. Parece ser da nossa cultura deixar para traz os efetivos acertos de grandes corrupções e desfalques. A esse respeito, cabe o comentário de um integrante da equipe da ITCP/UFPR sobre as diferenças de atitudes no cultivo de valores no Canadá. Ali, o cooperativismo tem espaço e importância muito maiores: A “cultura começa na escola, onde **não** se estimula a competitividade. A história é diferente, não precisam de heróis. E onde os erros premeditados são tratados com muito mais rigor” (informação verbal).

Da nossa cultura também é a hierarquização nas relações sociais e produtivas. Assim, no caso das cooperativas, embora a participação tenha sido, de fato, estendida a todos os cooperados, a presença do grupo dos entendidos reproduz a segmentação existente na sociedade e na empresa capitalista. Foi o que provocou o sentimento de *diferenciação* e, conseqüentemente, de rebeldia por parte de alguns cooperados sobre a forma de participação deles na COEMBRA, repercutindo na eficiência das atividades.

A respeito dos cargos na COEMBRA, as mulheres ocuparam, momentaneamente, as funções consideradas masculinas dentro da cooperativa por duas razões: primeiro, por serem capazes de desempenhar as tarefas ditas masculinas além da disposição em aprendê-las, por vezes, apenas pela própria observação; segundo, pela necessidade de ocupar o espaço aberto em virtude das diversas crises e saídas de cooperados. Nem por isso ganharam maior reconhecimento. Como se observou, a origem do problema está nas relações sociais e não nas normas ou valores como responsabilidade, democracia, equidade, honestidade e transparência, valores esses prezados pela maioria dos cooperados.

Diante do exposto, perguntar-se-ia: cultural seria, no nosso meio, a falta de controle dos gastos coletivos, na sociedade e na cooperativa? Como se sabe, o uso de recursos é normalmente delegado a superiores passivamente, em confiança. Não há uma forma natural de controle, além do que é previsto, pois torna-se constrangedor perguntar sobre o destino de verba; pode significar desconfiança, pode ofender! E assim, propicia-se a reprodução da cultura do não acesso ao controle dos gastos que mantem o *status quo* de nossa sociedade e isso se reproduz na cooperativa. Desse modo, torna-se trivial, o associado não participar das decisões financeiras da cooperativa nem conhecer critérios de gastos. Torna-se trivial também não dar a devida dimensão às dúvidas e questionamentos de uma cooperada mais idosa que, ao final, foi obrigada a se afastar em decorrência de problemas de saúde, fruto dessas situações. Enfim, a participação feminina, ao suprir a ausência dos homens, inclusive dos *entendidos*, que, por alguma contingência ou opção, deixaram de estar presentes, desvela a discriminação sexual reproduzida na cooperativa.

Essa forma de comportamento, moldurada, historicamente, pela sociedade indica o forte valor social agregado na aceitação de papéis do homem na esfera produtiva e da mulher na esfera reprodutiva. Essa questão veio à tona quando foram discutidas as ausências de amparo previdenciário e de segurança no trabalho, bem como a sugestão da incubadora de criar um fundo para essa destinação específica. Como se vê, nenhum fundo foi constituído. Foram relatados, porém, episódios de assistência a cooperados que passaram por momentos difíceis como de acidentes e doenças. Soube-se que, nesses casos, a cooperativa teria procurado apesar das dificuldades internas, efetivamente, ajudar os necessitados garantindo-lhes a cesta básica para a família. A solidariedade esteve presente nessas circunstâncias. Como se verificou nas entrevistas, essas situações propiciaram a promoção de valores éticos de honestidade, transparência e compromisso com os demais associados diante de dificuldades. Assim, os que tinham condições de sobrevivência, afastaram-se para dar espaço aos mais necessitados nos momentos em que a cooperativa não podia garantir trabalho a todos.

Ficou claro, também, nas entrevistas, a forma pela qual a experiência de incubagem proporcionou a muitos cooperados, até os que hoje estão afastados da cooperativa e mesmo ex-cooperados, condições diferenciadas à vida profissional, ampliando seus conhecimentos e possibilitando-lhes melhor qualificação e inserção formal no mercado de trabalho e, mesmo pessoal, melhor relacionamento na família e na vida social. As transformações mais evidentes estão relacionadas às perguntas sobre legitimação e preocupação com o sistema de valores e regras inspiradoras dos comportamentos coletivos. Todos que fizeram cursos de qualificação ampliaram seus conhecimentos e oportunidades de trabalho.

Por outro lado, a experiência de incubagem da COEMBRA nesse aspecto mais contribuiu com a universidade do que a universidade com ela. Dos membros da equipe, especialmente os discentes, ela proporcionou o que nenhuma disciplina dos seus cursos poderia oferecer: um laboratório social no qual puderam interagir com problemas concretos da vida de pessoas na luta pela sobrevivência. A reestruturação dos valores fundamentais no interior do grupo e da equipe traduziu-se numa prática mais consciente e questionadora do modo de distribuição do poder, das normas e recompensas, cada vez mais longe de comportamentos conformistas. A participação dos alunos, em média, totalizou trinta alunos no período de 2005/2006, como informação da coordenadora. Ela considera esse número de alunos pouco significativo para os resultados a atingir.

Mas com relação à dimensão educativa, na cooperativa popular, esses valores podem concorrer para prevalecer ou sobrepor-se às demais dimensões em diversas situações, também educativas, de outras esferas da vida deles como da igreja, da TV, da escola, do trabalho, da comunidade, entre tantas. Certamente, enunciados sobre os valores e princípios da cooperativa popular tocaram as pessoas que nela trabalham. Modificaram seus discursos, após sua entrada na cooperativa. Por fim, como dito anteriormente, os vários depoimentos evidenciaram mudanças significativas na vida dos cooperados em termos de visão de mundo, objetivos, situação social e cultural.

4.2.2 Educação e liberdade – a liberdade como requisito

Foi a perspectiva de assumir uma nova direção na vida, com todos os riscos que isso implicaria, a grande motivação para a grande maioria dos sócios fundadores da COEMBRA. Não houve qualquer dúvida ou vacilação ao responderem à pergunta sobre o desejo de tornarem-se associados, de realmente conhecerem a proposta que abraçavam. É bom pontuar que não foram todos os candidatos iniciais que chegaram até à fundação da COEMBRA: a maioria buscara outras ou manteve as mesmas alternativas conhecidas. Mas muitos tinham claro que preferiam um emprego. A adesão foi livre e voluntária sem nenhuma dúvida. Conheciam a cooperativa e se dispuseram a atuar nela e aceitar as responsabilidades correspondentes sem qualquer discriminação social, política, religiosa, de gênero ou etnia. Significou, também, o refúgio para algumas cooperadas fugirem da depressão. Uma cooperada, em particular, confessou que mesmo recebendo só o transporte e a comida, preferiu trabalhar lá na cooperativa a ficar em casa. Para ela, significou ascensão social: passara para o status de *proprietária, empresária, dona*.

A adesão voluntária tem implícita, também, a liberdade de afastar-se da cooperativa embora seus deveres só cessem depois de cumpridos os trâmites legais do desligamento e aprovação das contas do exercício. O vínculo, portanto, desaparece somente depois da primeira assembleia de Prestação de Contas. Assim, se houver sobras o sócio terá direito à parcela correspondente e, se contabilizadas perdas, deverá participar do rateio de cobertura das insuficiências apuradas.

Embora muitas possibilidades apresentadas de verdadeira práxis cooperativista tenham sido desperdiçadas nesse empreendimento, foi exatamente a possibilidade de poderem eles próprios criar as suas regras, aquelas em que pudessem atuar com maior desenvoltura, sem poder que os subjugasse, que os atraiu para a cooperativa. Por isso, permanecendo mesmo sem remuneração compatível, até o limite da sua subsistência, não apenas porque *eram donos*, mas, principalmente, porque ali eram livres. Talvez aí se encontre a explicação para a

dificuldade que tiveram em se autoimpor um regimento interno, embora tivessem uma proposta-modelo elaborada em mãos. Talvez por isso preferissem omitir penas disciplinares. E talvez por isso, não cuidaram adequadamente dessa liberdade ao permitir abusos, desvios e intrigas. Mas não se poderia esperar uma experiência linear. Também não se esperava que os direitos no empreendimento cooperativo não fossem respeitados. E no caso, os deveres não foram assumidos por parcela dos cooperados. Partimos do reconhecimento de determinada igualdade no direito às oportunidades potenciais e possibilidades concretas.

Contudo, a ideia de ser proprietários para essas pessoas, e tudo o que existe no imaginário delas sobre o que é *ser dono*, nem sempre trouxe bons resultados: *muitos donos* significa muitas ideias, muitos interesses, muitos sonhos e muitas escolhas pra compor uma única. Por um lado, as confusões decorrentes dessas divergências comprovam a liberdade de expressão que exerceram todo o tempo. “*Antes eu nem falava! Agora eu até brigo*”. Por outro, as dificuldades resultantes da indisciplina e da resistência em receber ordens foram determinantes no fracasso da produção organizada tradicionalmente e das tentativas de organização de autogestão. Mas, é preciso ressaltar o caráter dessa resistência: da opressão. Dentro do oprimido está o opressor!

Essa descoberta novamente lembra Paulo Freire sobre a pedagogia libertadora ao dizer que

[...] num primeiro momento deste descobrimento, os oprimidos, em vez de buscar a libertação na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou subopressores. A estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se “formam”. O seu ideal é, realmente, ser homens, mas, para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes está clara, é ser opressores. Estes são o seu testemunho de humanidade. Até as revoluções, que transformam a situação concreta de opressão em uma nova, em que a libertação se instaura como processo, enfrentam esta manifestação da consciência oprimida. Muitos dos oprimidos que, direta ou indiretamente, participaram da revolução, marcados pelos velhos mitos da estrutura anterior, pretendem fazer da revolução a sua revolução privada. Perdura neles, de certo modo, a sombra testemunhal do opressor antigo. Este continua a ser o seu testemunho de “humanidade”. (FREIRE, 1987, p.32-33)

Sobre o *medo de liberdade* que se instala nos opressores e de forma diferente nos oprimidos, Freire faz a seguinte distinção: “nos oprimidos, o medo da liberdade é o medo de assumi-la. Nos opressores, é o medo de perder a “liberdade” de oprimir”. (FREIRE, 1987, p.33)

Em *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (1996) esse autor, ao mencionar a prática da liberdade no trabalho docente, num paralelo professor/aluno, continua a favor da liberdade e contra o autoritarismo, e da autoridade contra a licenciosidade. A liberdade não está acima de qualquer limite. Acertadamente fala dos limites necessários à liberdade para que não se perverta em licença e a autoridade em autoritarismo. Fica, então, o problema: “como trabalhar no sentido de fazer possível que a necessidade do limite seja assumida eticamente pela liberdade”. (p. 115-119)

O exercício legítimo da autoridade não é autoritarismo. Permitir a indisciplina de uma liberdade mal centrada, que prejudica o funcionamento, é ser licencioso. Essa dimensão educativa para a COEMBRA está na resolução do problema da tensão entre a importância da liberdade e da autoridade. A ordem apropriada que deveria estar em pauta, nesse empreendimento de caráter econômico e social, é considerar, em primeiro lugar, os deveres e, depois, os direitos como forma de viabilizar a sua própria existência.

4.2.3 Educação e a construção da cidadania – o sujeito da educação

Pretende-se, neste tópico, desenvolver a ideia da transformação do comportamento individual, desde os mais subjetivos até os reconhecidos amplamente. Nessa perspectiva, considera-se a experiência especificamente humana da educação como forma de intervenção no mundo, que não deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. Como diz Freire, “A diretividade da educação para sonhos, ideais, utopias e objetivos: a raiz mais profunda da politicidade da educação se acha na educabilidade mesma do ser humano, que se funda na sua natureza inacabada e da qual se tornou consciente”. (FREIRE, 1987, p 124) Por isso, pode-se falar em diferenciação das cooperativas

populares. Essa impossibilidade prática de atuação conjunta com o cooperativismo em geral, aqui no Brasil, são formas diferentes de interpretar a doutrina.

Isso posto, o princípio cooperativista da *educação, treinamento e formação* continuada objetivam contribuir para o desenvolvimento da cooperativa e para a formação de opinião a respeito da natureza e benefícios da cooperação. Por isso, ela é extensiva a todos, sócios e funcionários, e essa norma está presente desde a origem do cooperativismo. No Brasil, a informação sobre cooperativismo é deficiente e até distorcida. Está ausente dos currículos e dos meios de formação de opinião. Essa situação aumenta a responsabilidade dos gestores de cooperativas difundirem a mentalidade cooperativista.

Nesse contexto, a instabilidade da trajetória da COEMBRA comprometeu o atendimento aos princípios da educação e formação. A tensão vivida fez com que muitos não lembrassem mais, inclusive, do esforço que tiveram na busca pelo material escolar dos filhos e netos, quando no início do processo não tinham como comprar. Essa foi a única iniciativa registrada. Da mesma forma não se reportam à falta da criação do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) obrigatório pela Lei 5.7641/71. Não foi criada por não existirem sobras.

A cultura do diálogo entre os cooperados da COEMBRA foi observada nos depoimentos. Muitos iniciaram a entrevista manifestando suas opiniões e desejos, comentando a discriminação que sofrem, lembrando intrigas e brigas. Mas, quantos cooperados conversam e quantos reconhecem seus talentos e limites? Muitos foram capazes de analisar fatos vivenciados ali, identificando relações positivas e produtivas e problemáticas. Há, ainda, aqueles que continuam valorizando o jovem, o homem, o branco... Afinal, a reflexão ou a falta dela teria contribuído para a construção do compromisso e ideais do projeto comum?

De qualquer forma, alguns, ao completarem a sua documentação pessoal para associar-se à cooperativa se viram cidadãos e elevaram a autoestima. Aliás, o sentimento de orgulho desses cooperados por apenas adentrarem o prédio da universidade, estabelecer contato com conhecimentos e tecnologias das universidades, conversar com professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos,

foi motivo de muita conversa durante a entrevista. Não importa se isso é ou não importante para o cooperado, embora pouco ou insuficiente para sua necessidade. Se se reverte em melhor qualidade de vida, para eles, o importante é lhes dar visibilidade social e pertencimento a uma organização legítima.

Mas, voltando à meta primeira da ITCP/UFPR, *inserção social e econômica* das cooperativas, pode-se afirmar que ainda é perseguida pelos sócios mais persistentes. E a *valorização do conhecimento dos trabalhadores*, também meta estabelecida pela ITCP/UFPR desde a sua criação, foi, em inúmeras ocasiões, esquecida ou, pior, não compreendida devidamente pela equipe no acompanhamento da COEMBRA. O critério de verdade continua sendo da incubadora. Em nenhuma situação, a COEMBRA escolheu um caminho que não fosse o referendado pela incubadora. Comete-se, aqui, o erro da educação bancária, que traz a dimensão opressora: *quem sabe fala com quem sabe e quem sabe manda*. Desse modo, são esquecidas as relações do tipo novo, que são as da cooperativa popular. O exemplo mais evidente disso está na orientação contábil e financeira da cooperativa, ou seja, os responsáveis por essa tarefa da incubadora mantinham relação quase que exclusiva com os *entendidos*. O processo educativo, como processo de produção, na COEMBRA não transformou os saberes dos cooperados: os cursos realizados trouxeram novos conhecimentos e aperfeiçoamentos, conforme foram oferecidos nos de profissionalização dos trabalhadores em geral.

Concluindo, embora o empreendimento não tenha viabilizado trabalho e renda, pode-se dizer que o aspecto positivo dessa experiência seria a mudança na forma de pensar e agir, de situar-se no mundo dos cooperados. Segundo dados da entrevista, aprenderam a *ouvir* mais, possuem, agora, maior círculo de amizade, têm mais paciência com as pessoas, sentem-se mais seguros, *diferentes, mais maduros*, mais respeitados ao interagir com a sociedade ou com a comunidade em que vivem. O *status* de cooperados lhes dá certa visibilidade. Participam de um grupo. Dizem sentir-se *gente*, mais esclarecidos, mais capazes, empreendedores, solidários, cooperativos. Tudo isso, apesar da derrota consequente do mercado, das falhas da administração interna causadas pela

autogestão e burocracia. Mostraram-se, na entrevista, confiantes, com vontade de aprender. Acredita-se que o aprendizado de *outros saberes*, de fato, os ajudou mais individualmente que a cooperativa. Os ensinamentos recebidos foram suficientes para ela enfrentar a concorrência ou fazer valer, mais plenamente, os direitos de uma cooperativa popular.

4.2.4 Educação e comunidade – o sujeito social

A história do cooperativismo está estreitamente articulada com as crises socioeconômicas e formas de resistência à exploração dos trabalhadores. A sua origem mais mencionada na literatura é a de Rochdale, nos arredores da cidade de Manchester, que, oficialmente, em 21 de dezembro de 1844 iniciou o movimento para melhorar as condições de vida da classe trabalhadora e suas famílias. A preocupação com a comunidade, declarada em princípio doutrinário, surge nas cooperativas que *trabalham pelo desenvolvimento sustentado de sua comunidade, através de políticas aprovadas por seus membros*.

Os efeitos sociais de uma cooperativa são possíveis de aferição a partir de uma fase intermediária do seu desenvolvimento. Após sua organização incipiente, quando se torna bem estruturada e as preocupações internas diminuem, abre-se espaço para os esforços de maior integração com a comunidade. A COEMBRA não chegou a essa fase. A COEMBRA não passou para uma fase de estabilidade, de crescimento e não foi possível ampliar seus quadros ou ampliar seus negócios.

No entanto, mantiveram interlocuções importantes com a sociedade. Mesmo fragilizados, participaram de encontros com outras cooperativas para troca de experiências e depoimentos. O objetivo era ajudar, dizer como é, antes dar apoio do que receber; sobretudo contribuir com relatos da experiência e troca de informações. A COEMBRA também foi exemplo desse tipo de empreendimento, apareceram na TV, programas e entrevistas.

Mas, hoje, não há nenhuma integração da COEMBRA com a comunidade na qual está instalada atualmente a sede da cooperativa. As características dessa comunidade são semelhantes às dos cooperados: invasão e busca por moradia,

porém, menos organizada. As tentativas de interação com a comunidade resumem-se em contratar pessoas da localidade para algumas tarefas, mas sem êxito. Presume-se que esse fato tenha alguma relação com roubos de que foram vítimas.

Outra reclamação dos cooperados, embora tenham resolvido o problema do pagamento do aluguel, utilizando-se barracão cedido, diz respeito à distância, ficaram longe dos seus primeiros clientes. Sentem-se isolados. O transporte das suas casas para a atual sede é mais difícil. Mas a preocupação com seus colegas de trabalho foi efetiva. Afinal, nenhum cooperado que tenha passado por dificuldades ficara sem o apoio concreto dos demais.

4.2.5 Educação e a atividade produtiva – o sujeito da educação e o trabalho

Na COEMBRA, embora todos participem e definam em conjunto os critérios mais gerais, prevalece, ainda, na produção, a cultura hegemônica. A responsabilidade de manter o nível de desempenho e cumprimento das atividades para alcançar os resultados esperados marcaram, nos primeiros anos da COEMBRA, o compromisso moral dos associados, para resolver os problemas que se apresentavam. A força de vontade dos membros demonstrava que não se mediam esforços, para tal, pois a motivação era muito grande. Mas, os sucessivos desacertos e insucessos forçaram os cooperados, mais do que as cooperadas, a buscar outras formas de subsistência.

Ademais, a composição do quadro social da COEMBRA traz o peso da exclusão econômica, social e do preconceito, além de carências na formação escolar. Todas essas dimensões não são facilmente superadas, especialmente na realização de um projeto coletivo concreto, inserido em um mercado cada dia mais competitivo. Assim, o acompanhamento das Incubadoras Universitárias em diversas áreas de conhecimento, nesse caso, foi condição para iniciar uma mudança desse cenário. Mas, a grande vitória dos trabalhadores, formação de seus próprios empreendimentos para viabilizar trabalho e renda, ainda é uma utopia para os cooperados da COEMBRA.

Por outro lado, superar, em curto prazo, as deficiências educacionais do próprio sistema, entre outras é uma missão à qual a ITCP não se propôs. Desencadear um processo que possa enfrentar esse desafio, isso sim, interessava à universidade. Mas o caminho para a COEMBRA *andar com as próprias pernas* poderia ser mais bem traçado?

Com efeito, a legalização e formalização do empreendimento foram viabilizadas por insistência da ITCP, pressionada com a iniciativa dos futuros cooperados que começaram a atividade em local precário e sem segurança. O comprometimento foi geral, com muita criatividade para buscar recursos iniciais e viabilizar a compra dos primeiros equipamentos a serem usados. Essa disposição foi sendo minada gradativamente pelos episódios já relatados afastando e abalando a confiança de muitos cooperados. A estrutura de produção teve poucas modificações em relação à criada pelos cooperados no período inicial. O controle dos estoques não foi viabilizado a contento. A orientação de como se trabalha com o dinheiro, desde a origem até o final, não foi incorporada. A evolução da receita não foi estável o bastante para garantir sobras em nenhum dos resultados apresentados em prestação de contas. Conseqüentemente, não constituíram o Fundo de Reserva ou o FATES. Como já dito, os investimentos oriundos de empréstimos recebidos não resultaram em melhorias tecnológicas significativas. A instabilidade da trajetória da cooperativa afetou a comercialização e a relação com seus clientes. A situação dos roubos frequentes comprometeu a estrutura produtiva da COEMBRA e a união dos cooperados. Nessa altura, os instrumentos de gestão não foram utilizados democraticamente e a desunião entre novos e antigos cooperados, mais jovens e mais velhos, bem como as de gênero agravaram-se com a incapacidade de gerar o mínimo de renda para a sobrevivência dos cooperados. Não conseguiram inovar, aproveitar as ideias de ação em parceria ou de estratégias de rede sociais para enfrentar o mercado e o mundo dos negócios. Os comportamentos cooperativos, ao final, não foram estimulados. A atividade no mercado assumiu a característica de trabalho terceirizado. A desincubação ocorreu sem critérios e em momento inadequado.

Com Freire (1996), infere-se como esse processo ficou subordinado ao que corresponde ao simples treino técnico do trabalhador, quando isso ocorreu! Como selecionaram o método de trabalho? Quais as habilidades foram consideradas mais adequadas? Quais as informações e conhecimentos foram difundidos entre todos? Quais as condições de trabalho foram oferecidas, suas interações e decisões? Não obtiveram concretamente essas respostas.

Afinal, essas respostas, os cooperados não obtiveram. Embora a incubagem tenha utilizado recursos do Fundo de Ampara ao Trabalhador (FAT) para uma determinada metodologia, não foi proporcionada à COEMBRA a formação que envolve o “saber técnico e científico indispensáveis, (aquele que) fala de sua presença no mundo”. (FREIRE, 1996, p.116)

Assim sendo, a cooperativa existe graças a seus associados, com formação de capital social voltado para a emancipação deles. Quando não cumpre seu papel e deixa de representá-los, também perde a razão de existir. Abre-se espaço, então, para discutir como transformá-la em empresa. É provável que isso já pudesse ter acontecido na COEMBRA, não fossem os impedimentos legais e burocráticos enfrentados para essa transformação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste espaço de conclusão do estudo, pretende-se, sinteticamente, abordar algumas questões, assertivas ou interrogativas consideradas mais pertinentes na análise do *comportamento cooperativo dos associados de uma cooperativa popular*, tema desta tese. Para tanto, a questão central da análise foi a formação e transformação dos comportamentos das pessoas cooperadas por meio da reflexão, compreensão e apreensão dos valores e princípios cooperativistas. Essa questão, formulada e (re)contextualizada nas diversas etapas da pesquisa, diz respeito aos aspectos que interferem na constituição de uma cooperativa popular para que ela constitua um ambiente capaz de formar e transformar, de forma positiva e emancipadora, os sujeitos cooperados.

Também no processo da pesquisa, o título do trabalho foi reafirmado nos muitos momentos de dúvida ante as questões e desafios surgidos. Inicialmente, pensou-se estender a discussão a outras áreas, no caso, mais especificamente, a pedagógica. Percebia-se, porém, que algo não ficava claro o suficiente. Por que *A Dimensão educativa das cooperativas populares?* Ela existe? Para muitos, e para a própria autora desta tese, a resposta parecia muito óbvia. No entanto não era a mesma para todos. De modo geral, a resposta certamente é *sim*, existe dimensão educativa na cooperativa popular particularmente, como em todos os ambientes. Mas, muitos responderiam, enfaticamente, *não*, porque precariza o trabalho, subordina-o de forma predatória ao capital e oculta ou dissimula as contradições. Ficou, portanto, a pergunta principal: *a qual dimensão educativa se refere o presente estudo?*

Assim sendo, as investigações desenvolvidas reforçaram a afirmação do título do trabalho, mas não incondicionalmente. A dimensão educativa da cooperativa popular como objeto de análise foi considerada, na experiência especificamente humana da educação, como forma de intervenção no mundo, na direção da história, dos sonhos, dos ideais, e das utopias em cujos objetivos está, no dizer de Freire, “a raiz mais profunda da politicidade da educação [...] na educabilidade mesma do ser humano, que se funda na sua natureza inacabada e da qual se tornou consciente” (FREIRE, 1987, p. 124). Há educação e dimensão educativa em todos os atos e circunstâncias. Mas, neste texto, trata-se de determinada educação e dimensão

educativa. Ousada! Transformadora. Trata-se, portanto, aqui, da educação que muda o sentido da história. Essa dimensão é contingente.

Com esse propósito, para analisar a dimensão educativa das cooperativas populares, consideraram-se categorias mais apropriadas, as fontes conectadas ao *estudo de caso* utilizado como estratégia de pesquisa do presente objeto empírico, configurado na cooperativa popular COEMBRA. Assim, foram detectados os conteúdos dos *princípios e valores do cooperativismo* adotado no mundo, do *sistema integrado de gestão* (SIG – ITCP/COPPE/UFRJ) e da *missão e objetivos* da ITCP/UFPR. Foram esses, portanto, os referenciais que possibilitaram aferir e qualificar o que se chama de dimensão educativa na cooperativa popular. Destacaram-se, nesse processo: os valores como fundamento; a liberdade como requisito; a construção da cidadania e o sujeito da educação; preocupação com a comunidade e com o sujeito como ser social; e a atividade produtiva e o sujeito do trabalho.

Nesses termos, o estudo traz implícita uma avaliação da incubadora ao procurar apreender os parâmetros ou indicadores usados para aferir resultados na cooperativa. Assim, medir a qualidade das incubadoras pelas cooperativas que estão desincubadas seria uma das formas possíveis. Aqui, não foi o caso. Na escolha da COEMBRA, já se sabia da dificuldade econômica em que ela se encontrava. Ao buscar, nas sutilezas do aparente fracasso, almejava-se, de fato, encontrar o possível êxito na forma como cada um viveu o processo, como foi tocado por ele, como o mundo se ampliou na história específica do grupo.

Foram as incubadoras universitárias que promoveram, no interior da academia, a discussão sobre cooperativismo pela ótica do seu papel social. Estudiosos de diferentes áreas procuram, ainda, de forma insipiente, sistematizar essas experiências. Com relação aos discentes, a universidade ganha um diferencial importante. Os alunos têm oportunidade de amadurecimento ao acompanhar o processo, viver uma experiência real de cooperativas ligada à sua área, respondendo às demandas, muitas vezes, articuladas também a outras áreas. Além disso, aprendem a usar linguagens que aproximam saberes e aprendem a transmiti-los de forma simples aos cooperados, fazendo-os entenderem-nos.

Nessa perspectiva, o compromisso primeiro da universidade é transmitir, com seriedade e disciplina, os conteúdos relevantes que os cooperados precisam para fazer valer seus interesses, diante de conteúdos culturais que legitimam a

dominação. (SANTOS, 1992 p.61) E, se importa à universidade a construção desse projeto, essa intencionalidade deve estar sintonizada com a construção da ciência cujo processo da educação requer contribuições

com toda sua magnitude e profundidade [...] mas desde que estejamos profundamente marcados, comprometidos com essa intencionalidade do projeto científico-educacional, inclusive sempre vigilantes para fazermos a crítica de todos os discursos mediadores dessa ciência, para fazermos a sua crítica com os recursos da filosofia. (SEVERINO, 1992 p.34)

Posto isso, ao mesmo tempo, considera-se, neste trabalho, o papel das incubadoras universitárias crucial para a concretização de políticas de desenvolvimento econômico e social. Entende-se que tal desenvolvimento vai além do crescimento econômico e deve abranger também o cuidado com o equilíbrio socioeconômico através da distribuição de renda entre todas as camadas sociais. As incubadoras são iniciativas que atendem às demandas do seu público-alvo e de órgãos governamentais locais. Estes visam à implementação de políticas públicas de geração de emprego e renda.

Consciente dessa situação buscou-se, na pesquisa teórica, examinar o problema do valor e do poder considerando-se a noção de valor não circunscrita ao plano econômico, mas relacionada à esfera social, política e cultural das relações entre os seres humanos. Situou-se, ligeiramente, o tema na economia brasileira globalizada e reestruturada na década de noventa do século XX, cujo processo de privatização tem levado ao agravamento das questões sociais com altas taxas de desemprego. Nessa direção, procurou-se mostrar como o modo de produção do excedente condiciona, de certa maneira, sua apropriação. Nesse sentido, vale lembrar que o processo de trabalho e a dimensão tecnológica estão ligados à dimensão financeira do capitalismo contemporâneo a qual, por sua vez, se sobrepõe a dinâmicas da economia real e as inibe. O fracasso das políticas sociais do governo, no final da década, expressa a desconexão desse modelo econômico com as necessidades sociais do Brasil. (TAUILE, 2001) Ainda, na literatura, dialogou-se com diversos autores na busca de conceitos que abrissem caminhos e iluminassem o problema da desigualdade e suas origens. Citam-se, entre outros, Amartya Sen, Paul Singer, Oder José do Santos e Boaventura de Souza Santos.

Nesse quadro, estabeleceu-se a inter-relação da literatura com a doutrina cooperativista voltada para a solidariedade, a dignificação do trabalho e o ambiente democrático em cooperativas como meio de produção e organização de pessoas. Desse modo, a discussão girou em torno da cooperativa popular e da economia solidária para encadeamento de ideias segundo esse referencial do objeto pesquisado.

Nessa medida, tratou-se de descrever o novo cenário nacional e local das realizações do movimento cooperativista e solidário como forma de repensar os desafios presentes vislumbrando-se os futuros. O espaço conquistado em meio as preocupações políticas inaugura mudanças nas intervenções locais tentando minimizar os efeitos perversos da crise e os conflitos no interior das comunidades pobres. Os programas de governo para gerar trabalho e renda abrigam um conjunto de experiências de economia solidária com recursos do próprio Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT).

De fato, a cooperativa e seus associados, avaliados segundo os parâmetros estabelecidos, comprovam que o processo transformador alia um conjunto de fatores, além dos indicadores mencionados; além do acreditar, querer, fazer, insistir; além de ajudar aceitar ... O processo de aprendizagem e consequente formação dos sujeitos não é linear no desenvolvimento do cidadão. Aprendizagem e formação do cooperado fazem parte da *Economia Popular Solidária*, entendida, aqui, como *segmento produtivo e movimento social* de iniciativas coletivas caracterizadas pela democracia interna e a valorização do trabalho.

Especialmente em relação à COEMBRA, teve origem na iniciativa de um dos seus integrantes, partindo, portanto, da base do grupo que aglutinou as pessoas mais necessitadas da comunidade. Buscaram a ITCP para conhecer melhor a proposta e o cooperativismo através de uma instituição de ensino, antes inatingível para eles. Isso elevou a autoestima dos sujeitos e deu maior credibilidade ao conteúdo ensinado. Estavam apoiados e amparados nessa experiência, o que fortaleceu e motivou a maior participação crítica mesmo daqueles que antes sequer conseguiam falar. O critério para a adesão à cooperativa nunca ficou suficientemente claro para o grupo nem para a incubadora, embora as reclamações de desempenho das mulheres e dos mais idosos fossem recorrentes. Prevaleceram os vínculos sociais e familiares.

Os resultados da dimensão econômica da COEMBRA relativos á promoção da renda e de postos de trabalho, foi um fracasso. Já os ganhos relativos à dimensão educativa, são mais sutis e mais amplos. Situam-se nas relações e no jogo do poder: quem fica, quem sai e quem trabalha e por que sai, fica ou trabalha? Por que uns saem e outros não? Os mais entendidos? Os mais espertos?

Fato é que havia vontade e determinação para a criação da COEMBRA. Havia todos os elementos necessários para uma análise da integralidade do processo. Havia campo fértil para ampliar as inquietações. Então, por que foi difícil praticar a doutrina? Por que tudo não deu certo? Foram vítimas do destino? Das circunstâncias? Das relações que estabeleceram? Das que faltaram estabelecer? Na verdade, vítimas das suas, das nossas próprias miopias.

Com efeito, as pessoas passaram a conhecer o que era uma cooperativa no curso de cooperativismo oferecido pela ITCP. Mas, na realidade, esse conhecimento foi adquirido no cotidiano ao estabelecerem relações novas com novas pessoas, ampliando o círculo social. Para exercitar a autogestão, os atropelos vieram também da própria universidade ao trazer referenciais que não eram exatamente os da cooperativa popular. Como se sabe, a autogestão implica um processo de permanente democratização nas relações de trabalho e, portanto de igualdade na distribuição equitativa do poder e do conhecimento. Nesse sentido, houve descompasso entre a doutrina e a prática. Isso pôde ser observado no processo de incubagem, quando os próprios professores preferiam relacionarem-se com os *entendidos* e não com os demais cooperados e com a ITCP. A construção diária do aprendizado da indispensável autogestão na produção e na administração, no trabalho e nas assembleias, mostrou a diferença e a dificuldade em transformar as relações de produção já conhecidas. Desafios estavam presentes na superação das práticas capitalistas impregnadas nas relações na engenharia de produção e na linha de trabalho. Isso envolve concentração de poder, de informação e impõe uma hierarquização. Mas, não atingidos os objetivos naturais da *empresa*, ou seja, ser lucrativa, eficiente, atualizada, proporcionando renda aos cooperados para uma vida digna, a COEMBRA comprometeu, também, os objetivos da autogestão: priorizar seus membros, seu crescimento intelectual, moral e financeiro. A questão da receita, que era crucial porque não conseguiam viver com suas famílias sem remuneração, foi a mais dramática. Por isso, o trabalho paralelo foi estimulado para manter renda

e, ao mesmo tempo, a relação com a ideia de cooperativa, a permanência do vínculo com a cooperativa.

O espaço de uma organização é regido por relações estratégicas: há dissimulação de interesses e intenções. Assim, manter-se na COEMBRA para alguns significou sentirem-se empresários: foram capturados pelas aspirações subjetivas usadas pela ITCP em período inicial de motivação. Isso alimentou o que estava em perspectiva, alimentou um projeto a ser conquistado lá na frente, num futuro próximo. No entanto, viam tudo isso mais como responsabilidade do grupo do que de cada um, fazer o que lhe cabia no presente para chegar lá. Na COEMBRA, essa regência desenvolvida no seu interior foi muito prejudicial ao seu desempenho em várias situações como: manipulação de algumas pessoas, na obtenção de vantagens imediatas em uma situação de fragilidade de outras pessoas, na busca da sobrevivência. As falhas estão evidentes nos aspectos mais fundamentais da existência da cooperativa como: no esforço pessoal e organizacional, na adequação à cultura e à história específica do grupo, no envolvimento com o trabalho, no sentido técnico da sua execução, na organização financeira, administrativa, comercial e política. Contudo, conclui-se que a cooperativa popular foi certamente capaz de suscitar e desenvolver nas pessoas associadas a assimilação de seus ideais com reflexos positivos na sua prática de trabalho e na vida. A experiência influenciou as pessoas porque ampliou seus horizontes; foram levadas a refletir, individual e coletivamente sobre suas vidas e suas relações no mundo. Resgataram ideais e esperanças; vontade de trilhar novos caminhos propostos na busca de uma vida melhor. Foram motivadas por uma instituição antes inacessível a elas: a universidade.

As condições para essas reflexões decorrem do conhecimento efetivo das propostas doutrinárias do cooperativismo e da cooperativa popular perante a qual a universidade tem papel de muita responsabilidade. Vale lembrar, por exemplo, a frase do professor do Núcleo de Direito Cooperativo: “é uma população que não sabe o que é maioria simples!” Mas, não basta apresentar todo o pensamento filosófico a respeito do tema: há que pensar junto com eles, acompanhar-lhes as dúvidas mais imprevisíveis com respeito e cuidado. Aliás, o termo *incubadora* é muito apropriado nesse caso, pois traz a ideia de cuidado com algo, que ainda é frágil e vulnerável. Por isso, os limites podem ser muito estreitos em momentos de vulnerabilidade como o caso de posturas oportunistas dentro da cooperativa,

conforme apresentadas. Estas não devem nunca ser generalizadas para o conjunto dos cooperados, no caso porque as propostas do empreendimento nasceram da sinceridade de pessoas que dedicaram muita energia para sua realização.

As chances criadas nessa vivência prática de novas relações e valores, quando não transformadas também em uma nova cultura para o grupo, não são totalmente desperdiçadas individualmente como ocorreu na COEMBRA. Por mais dolorosa que tenha sido a experiência para cada um, em particular, ninguém manifestou ter sido em vão: novas visões de mundo, de escolhas ou de relações foram abertas. “Me sinto mais gente!” recorrendo-se à expressão deles. Por isso e por sua vez, os alcances são ainda desconhecidos. O pré-requisito do compromisso verdadeiro e profundo de cada membro com o coletivo da COEMBRA foi violado com o primeiro roubo. Como distinguir o engajamento efetivo do coletivo de um envolvimento formal e aparente? Por certo, a firmeza dos que ficaram para enfrentar o que fosse preciso naquele momento e nas outras situações semelhantes demonstra compromisso com a experiência.

Com referência ao processo decisório, extrapolava as assembleias gerais, conforme ficou claro nas entrevistas. Todos concordaram que tiveram participação nas deliberações mais importantes, a despeito das reuniões do grupo dos entendidos. A propósito, cabe lembrar o papel das conversas informais quando, muitas vezes, foi definida a direção a ser tomada, como ocorreu na primeira crise. Esse espaço de manifestação, por um lado, era benéfico, por outro, propiciava reclamações por causa de fofocas e intrigas. A dificuldade de estabelecer vínculos de interação teve origem também nessa prática nem sempre canalizada produtivamente pela incubadora. Assim, a dispersão das ações em torno de objetivos concretos motivou a saída de alguns cooperados desde o início. Outros alegaram a impossibilidade de tempo ou de saúde para continuar participando.

Todavia, o ambiente de autogestão exige confiança, confiança recíproca. Portanto, as pessoas não podem ter medo de se expor ao participar na construção da vontade coletiva. É essa a prática que difere a cooperativa da empresa tradicional. E, no âmbito da COEMBRA, não foi possível desarmar a postura geral de desconfianças, em face do medo pelas falsidades e articulações estratégicas. Tudo isso dificultou uma relação humana mais saudável, madura e politicamente mais consciente. A crítica à superação de uma formação familiar, escolar, profissional e política autoritária não alcançou idealmente o resgate das relações

igualitárias e de respeito mútuo. Não se desmistificou a *técnica de gestão* em favor do bom senso com informações corretas e atualizadas. Muitos se mantiveram cooperados para sentirem-se *donos do próprio negócio, participar de uma cooperativa próspera!* Por isso, o rito da formalidade é importante. Dá um tratamento que valoriza o ato em si; requer concentração, atenção. O processo de entendimento do funcionamento da cooperativa é de aprendizagem lenta. A propósito, os ritos foram desrespeitados com a inversão de pauta para, antecipadamente, admitir o presidente a ser eleito, conforme descrito neste texto. Não há atalhos que desviem dos problemas a enfrentar, e as eleições internas foram, no caso, um falso atalho. O processo de transparência da cooperativa é complicado para todos porque há a cultura da enganação, do tirar vantagem. Há o risco dos que querem se tornar donos. São esses *donos* que, por vezes, resistem às regras democráticas e evitam a participação da universidade, fazem e decidem à parte. Nem sempre os cooperados dizem tudo. Querem algumas coisas da universidade, mas também a liberdade de fazer seu jogo. Por isso, insistimos na cuidadosa análise da origem, uso e destino dos recursos coletivos como prática de transparência que alicerça a confiança e a coesão.

Afinal, pode-se afirmar que a referência do valor é ainda ditado pela sociedade. Por conseguinte, as práticas de solidariedade mal são lembradas no dia a dia da cooperativa. As regras e instituições são criadas para o mundo formal. As do mundo informal só valem para outro contexto. Seria uma saída a flexibilização de adaptações para aproximar instituições de dois mundos: o dos cooperados e da sociedade? A participação do governo, por exemplo, seria facilitar a solução dos problemas institucionais como simplificação de alvarás, endereços, licitações? Seria uma política compensatória perante a situação de desvantagens cruéis que levam desse sistema? Por que a cooperativa popular não pode ser equiparada a uma microempresa para fins do benefício da tributação?

O paralelo estabelecido com a EMADEP foi ilustrativo dessa questão. Para essa empresa, não houve empecilhos aos benefícios tributários oferecidos às microempresas. Do ponto de vista econômico, ela apresentou mais algumas vantagens sobre a cooperativa. Por exemplo, ajustou do número de trabalhadores de acordo com atividade e demanda de mercado, preocupou-se com a qualificação exigida e foi mais ágil nas decisões. Não se pode esquecer, também, que a EMADEP obteve empréstimo dos programas governamentais para investimento em

tecnologia de tratamento de madeira. Os ex-cooperados, donos dessa empresa, souberam capitalizar para si as oportunidades da experiência da COEMBRA e sair da cooperativa no momento de crise.

Daí, a importância da metodologia proposta: *todos devem aprender tudo*, inclusive a vender, mesmo contando com a ajuda de cursos, da universidade ou de terceiros. Aprendendo a falar, descentralizam o controle. Não tutelar, pois criar pessoas capazes de vender é emancipá-las. Não ser *bonzinhos* reforça cultura da transparência e relação de iguais.

Dessa experiência de instituições autônomas

criadas pelos trabalhadores em suas práticas de luta, além de permitir explosões de liberdade ou alegria de viver, como atestam vários depoimentos de trabalhadores ao vivenciarem esses processos, permite também o aparecimento de produtores associados e autônomos. (Marx 1983, v.3, t.2, p.273).

Seria o caso da empresa criada pelos cooperados que saíram? Segue-se, oportunamente, com a passagem de Marx:

Nesse terreno a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regule racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo para o seu controle comunitário, em vez de ser dominado por ele como se fora por uma força cega; que o faça com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à natureza humana. Mas este sempre continua a ser um reino da necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é condição fundamental. (Marx 1983, v.3, t.2, p.273).

A busca da sobrevivência, como não poderia ser de outra forma, prevaleceu na vida dos cooperados. Mas o projeto da cooperativa não foi abandonado nem no imaginário dos que abriram sua própria empresa. As compreensões nem sempre são explicitadas nos discursos ou palavras, mas decorrentes deles. Como diz Abdala “o ser humano só superou sua imanência por ser um ser de projetos [...] é a pulsão pela vida [...] Jamais nos satisfizemos com as condições impostas pela natureza”. (2002 p. 140)

Por outro lado, os avanços da ciência ultrapassam enormemente as condições impostas pela natureza e pelo ambiente em que vivemos. Tornamos-nos capazes coletivamente de superar uma infinidade de barreiras a ponto de comprometer nosso próprio planeta. Concordamos que a força para transformar o modo do ser humano se relacionar com o mundo atende ao seu impulso vital, e os que mudam são os que percebem as limitações: “se nossa espécie não se acomodou às limitações naturais, a fortiori não se contentará com as limitações criadas pelo próprio ser humano”. (ABDALA, 2002, p.142) Entre as concepções concorrentes ganhará espaço, segundo esse autor, aquela que melhor se adapte à racionalidade dominante e, entre tantos fatores, detenha o elemento principal de sua aceitação. Se a tendência do sistema tem sido a incapacidade de incluir todos em detrimento de uma pequena parcela, cabe, então, concordar com esse autor e também

sistematizar o pulsar vital que leva tantos e tantos seres humanos recusarem a morte e a ensaiarem novas formas produtivas, fundamentadas na cooperação com o outro e com a natureza, e tantos e tantos intelectuais a debruçarem-se sobre a pro-jeção de alternativas para o mundo. (ABDALA, 2002, p.142)

Tendo, pois, sistematizado o pulsar da cooperativa popular, em termos da dimensão educativa, fica a percepção de que, ao finalizar o trabalho, com tema tão premente e, ao mesmo tempo, tão delicado, problemas enunciados e outros iminentes, persistentes, reclamam, ainda, por reflexão contínua. Indicamos vários deles ainda em aberto como possibilidade de estudos futuros. Evidentemente não houve pretensão de esgotar o assunto, mas de tão somente contribuir nessa jornada.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maurício. *O princípio da cooperação: em busca de uma nova racionalidade*. São Paulo: Paulus, 2002. 148p.

AGLIETTA, Michel; ORLÉAN, André. *A violência da moeda*. São Paulo: Brasiliense, 1990. 426p.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL - ACI. *COOPERATIVE ISSUES* – Disponível em: <<http://www.coop.org/ica/issues/index.html>>. Acesso em 30 nov. 2002.

_____. *Declaración sobre la identidad y los principios cooperativos: una versión multimídia*. (S.L.); ACI Américas/CCC-CA/Utan Gränsers, 1998, 1 CD-ROM.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA - ANTEAG. *Empresa social administração autogestionária e globalização: uma possibilidade de trabalho permanente*. São Paulo: ANTEAG, 1998.

AXELROD, Robert. *La evolución de la cooperación: el dilema del prisionero y la teoría de juegos*. Madri: Aliaza, 1996.

BELLUZZO, L. G. de M. *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política*. 3. ed. Campinas: UNICAMP-IE, 1998. 146 p.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 12 ed., 2004. 2v.

CRUZ, Antônio Carlos Martins da. Documento interno de discussão da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCP's [s.n.t.], 2002.

CURY, C. R. J. *Educação e contradição*. 5. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1992. 134 p.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. *Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola*. Campinas: Papirus, 2004. 192 p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SOCIOECONÔMICA – DIEESE. *Anuário dos trabalhadores: 2007*. 8. ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2007. 260 p.

DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL AO FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA - FSM: Rio de Janeiro, 2002. 156 p.

DOMENÈCH, Miguel; TIRADO, Francisco; GÓMES, Lúcia. *A dobra: psicologia e subjetivação*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 208 p.

ENGUITA, Mariano Fernández. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. 252 p.

FALCÃO, J. T. da R.; RÉGNIER, J. *Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.81, n. 198, p. 229-243, maio/ago. 2000.

FARIA, Dóris S. (org) *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. 185 p.

FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Editora UNESP, 2007. 374p.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES: *Um outro mundo é possível: alternativa concreta de radicalização da democracia*. Economia popular solidária. Porto Alegre, 2002.

_____. *Outra economia acontece*. Disponível em <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em 20/11/2008.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL - FSM. *Um outro mundo é possível: alternativa concreta de radicalização da democracia*: Economia popular solidária. Porto Alegre, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184p.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165p.

FROMM, E. *Marx y su concepto del hombre*. México: Fondo de Cultura Económica, 1962. 272p.

GATTI, B. A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo n. 113. p. 65-81. jul., 2001.

_____. Estudos quantitativos em educação. *Educação e Pesquisa*. São Paulo v. 30, n. 1. p. 11-30. jan./abr., 2004.

GUIMARÃES, Gonçalo. *Uma cidade para todos*. In: *Integrar Cooperativas*. São Paulo: Unitrabalho; CUT. Programa Integrar, 1999. p. 5-10.

_____. *Cooperativas populares em cena*. Ossos do ofício. Rio de Janeiro: ITCP/COOPE/UFRJ, 1998.

HADDAD, Fernando. et al. *Sindicatos, cooperativas e socialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção socialismo em discussão) 106p.

HODGSON, Geoffrey M. The approach of institutional economics journal of economic literature, *American Economic Association*, v. 36. n.1, p. 166-192, mar. 1998.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ITCP- USP (org), *A gestão da autogestão na Economia Solidária: contribuições iniciais*. Núcleo de Gestão da ITCP-USP... (et al.). Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílio – PNAD, 2007*.

IRION, João E. *Cooperativismo e economia social*. São Paulo: Editora STS, 1997. 343p.

JAPPE, A. *Pensar outras formas de produção e consumo*. IHU On Line, São Leopoldo, n. 98, p.1-3, abr. 2004. Disponível em: <www.unisinos.br/ihu_online/uploads/edicoes/1158260659.16word.doc>. Acesso em 25/04/2005.

KLEINKE, Maria de Lourdes Urban; DESCHAMPS, Marley Vanice; MOURA, Rosa. *Movimento migratório no Paraná (1996-91): origens distintas e destinos convergentes*. Revistação INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. Curitiba: IPARDES, 1999. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=53>>. Acesso em 20/08/2008.

LEÃO, Igor Z. C.; MAIA, Denise. ; TONINI, Adriana. Pobreza, desigualdade e mobilidade social no Brasil e na América Latina. In: SIMPÓSIO ESTADUAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: CRISE DAS DEMOCRACIAS LATINO-AMERICANAS: DILEMAS E CONTRADIÇÕES, 2, 2006, Londrina. Anais eletrônicos. GEPAL/UUEL, 2006. 1 CD-ROOM.

LENINE, V. *Sobre a Cooperação*. In: MARX, k. et al. *Cooperativismo e Socialismo*. 2 ed. Coimbra: Centelha, 1974. p. 35-47.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986. 99p.

MAIA, Denise M. *O papel da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná - ITCP/UFPR – no desenvolvimento humano*. 2003. Orientador: Ramón Vicente Garcia Fernandez. 2003. 151f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Departamento de economia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

_____. *Cooperativas populares como organização e sobrevivência*. In: SIMPÓSIO ESTADUAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 1, 2005a. Londrina. Anais eletrônicos. Londrina. Grupo de Estudos de Política na América Latina - GEPAL/UDEL, 2005. 1 CD-ROOM.

_____. *Cooperativas populares: solidariedade ou competição*. In: CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA-ALAS, 25º, 2005b, Porto Alegre. Anais... Volume Único. 2005: ed. UFRGS.

_____. *A Economia solidária em um mundo competitivo*. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 4, 2006a, São Paulo. Anais... São Paulo: NESOL/USP. 2006.

_____. *O papel da economia solidária na formação do trabalhador*. In: ENCONTRO INTERNACIONAL: TRABALHO E PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES, 1, 2006, Fortaleza. Anais... - LABOR – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. Ed. Imprensa Universitária, 2006b.

_____. DALBEN, Ângela. *Educación en la cultura popular*. In: PEDAGOGIA 2007: ENCUESTRO POR LA UNIDAD DE LOS EDUCADORES, 2007a., Havana [s.n.].

_____. _____. *A educação na cultura cooperativista popular*. In: ENCONTRO DE PESQUISA DE EDUCAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 8, 2007, Vitória. Desafios da educação básica a pesquisa em educação. Vitória. Ed. Edufórum, 2007b. 1 CD-ROOM.

_____. _____. FERNANDEZ, Ramón Vicente Garcia. *O mundo educativo da cooperativa popular*. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ECONOMIA SOLIDÁRIA E MODELO DE DESENVOLVIMENTO. 6, 2008, São Paulo: Núcleo de Economia Solidária- NESOL/USP, 2008. 1 CD-ROOM.

_____. *A economia solidária como instrumento de coesão social*. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 5, 2007c, São Paulo: O discurso e a prática da economia solidária. Anais... São Paulo. NESOL/USP.

MARX, K. *O cooperativismo*. In: _____. et al. *Cooperativismo e socialismo*. 2. ed. Coimbra: Centelha, 1974. p. 13-29.

- MAZZOTTI, Alda Judith Alves; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998. 203p.
- MÉSZÁROS, Isteván. *A educação para além do capital*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 126p.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO/MTE, SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA/SENAES. *Atlas da economia solidária*. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>>. Acesso em: 13/04/2008.
- NAMORADO, Rui. *Prefácio*. In: MARX, K. et al. *Cooperativismo e socialismo*. Coimbra: Centelha, 1974. p. 7-11.
- OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998. 231 p.
- PEDO, Ana Paula. *Percursos de uma educação em valores em Portugal – influências e estratégias*. Aveiro, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- PENAGOS, Rafael A. *Organización y gestión de la investigación en la Universidad*. Santafé de Bogotá: Ediciones Antropos Ltda., 1998. 223p.
- POPP, Marlene T.B. *Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná – Um desafio na construção de novos saberes* In: Justino, Maria José (org) *Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares*, Curitiba: UFPR/PROEC, 2002. p. 27-34.
- PRADO, Eleutério. *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005. 143p.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 244p.
- ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismo para validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 107p.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discursos sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens: discurso sobre as ciências e as artes*. Rio de Janeiro, ed. Ouro, 1994. 205p.
- SANCHEZ, Fábio José Bechara; KRUPPA, Sonia M. Portella. *Projeto incubadores 2001: Metodologias de Incubagem – uma tentativa de problematização* São Paulo, jul. 2002. Disponível em:

<<http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/KRUPPA%20e%20SANCHES%20-%20Metodo%20de%20incubagem.pdf>> . Acesso em 28/05/2007.

SANTOS, O. J. dos. *Pedagogia dos conflitos sociais*. Campinas: Papyrus, 1992. 146p.

_____. *Esboço para uma pedagogia da prática*. Educação em revista. Belo Horizonte: Faculdade de educação da UFMG. N. 1, p. 19-25, jul. 1985.

SANTOS, Vivian Machado dos. *Por dentro do FAT*. Revista do BNDS, Rio de Janeiro, v 13. n. 26. p.3-14, dez. 2006.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teoria da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 1989. 103p.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Terras, 2000. 408p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Problemas e dificuldades na condução da pesquisa no curso de pós-graduação*. In FAZENDA, Ivani (org.) Novos enfoques da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1992. p. 27-34.

SILVA, Maria das Graças M. *Extensão universitária no sentido do ensino e da pesquisa* in FARIA, Dóris S. Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. 185p.

SILVA, Tadeu Tomaz da. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. (org). *Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SUPEK, Rudi. *A época da automatização vista por Marx*. In: MARX, K.; SUPEK, Rudi. *Conseqüências sociais da maquinaria automatizada*. [s.n.t.]

TAUILE, José Ricardo. *Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, 270p.

TIRIBA, Lia. Sobre concepção de incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária da unitrabalho e sobre metodologia de incubação. Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/imagens/arquivos/arquivos/economiasolidaria/ARTIGO_LIVRO_LIA_TIRIBA.pdf>. Acesso em 21/09/08.

TRIVINOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNITRABALHO/Programa Integrar. INTEGRAR COOPERATIVAS São Paulo, 1999.

UFPR – Universidade Federal do Paraná. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. *Relatório Gestão 1998-2002*. Curitiba, 2002.

VALENÇA, Dayse. S/D. Disponível em: <<http://www.asplande.org.br/artigo01.pdf>>. Acessado em 22/05/2008.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007. 440p.

WILLIAMSON, O. E. *Las Instituciones económicas del capitalismo*. México, D. F. Fondo de Cultura Económica 1989.

WEB SITES consultados:

<http://www.proec.ufpr.br/desenvolvimento/desenvolvimento.htm>

<http://www.trabalho.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/default.asp>

<http://www.unircoop.org>

<http://www.itcp.coppe.ufrj.br/sistemas.php>

<http://www.unitrabalho.org.br/imagens/arquivos/arquivos/economiasolidaria>

<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=39393>

www.sefa.pr.gov.br

http://portal.tjpr.jus.br/web/dp/legislacao_isencao_icms

<http://www.anaht.com.br/blog>

ANEXO A

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Prezado senhor/a, cooperado

Gostaria de convidá-lo a responder voluntariamente à entrevista sobre a dimensão educativa da sua cooperativa para apresentar as análises em minha Tese de Doutorado. Suas respostas **não** serão identificadas.

Agradeço pela colaboração,

Denise Maria Maia, Av. Fleming, 394/101-6 – Bairro Ouro Preto – BH/MG – (31)97912115
Profa. Orientadora Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben – FaE/UFMG

PERGUNTAS GUIA

1. Há quanto tempo é associado (a) da Cooperativa?
2. Qual a razão que o(a) levou a associar-se?
3. O que mais o (a) motiva a continuar como cooperado(a)?
4. Conhecia os princípios e valores do cooperativismo? Fez curso da ITCP?
5. Como é o cotidiano na cooperativa?
6. Todos participam das decisões mais importantes? Manifestam suas opiniões?
7. Como você participa dessas decisões? Como? (voto, opinião, análise, etc.)
8. A Cooperativa está integrada na comunidade?
9. A cooperativa teve influencia na relação com a comunidade e seus vizinhos?
10. Quais as interações mais significativas com seu entorno?
11. As pessoas cooperadas mudaram costumes/comportamentos depois de associarem-se?
12. Você foi influenciado pela experiência da cooperativa na sua vida?
13. O que mudou na sua vida e da sua família? (relacionamento, preocupações, renda, consumo, educação, participação política)
14. As preocupações dos associados com seus filhos são discutidas na cooperativa?
15. Existe preocupação dos associados (as) com os problemas que seus colegas enfrentam?
16. Você considera que as decisões na cooperativa são diferentes das na empresas?
17. Quem organiza o trabalho na cooperativa?
18. Quais as formas de controle que existem?
19. Como cada cooperado integralizou (ou integraliza) a sua cota-parte?
20. Como fazem as retiradas? (diária, semanal ou mensalmente?)
21. Você acompanha e sabe como estão as contas da cooperativa?
22. Quais eram as metas da cooperativa? Elas foram alcançadas?
23. O que mais gostaria que acontecesse?
24. O que ainda precisa ser feito na cooperativa?
25. O que você estaria disposto a mudar para melhorar a cooperativa?

ANEXO B

QUADRO 4: LOCALIZAÇÃO DAS INCUBADORAS DA REDE UNIVERSITÁRIA DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, POR REGIÃO, DE 1996 A 2002.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCP)	ESTADO	REGIÃO	INÍCIO DE SUAS ATIVIDADES	ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES
1. Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Sudeste	Janeiro-1996	
2. Universidade Federal do Ceará	Ceará	Nordeste	1997	Sai da rede em
3. Universidade Federal de Juiz de Fora	Minas Gerais	Sudeste	1998	
4. Universidade Federal Rural de Pernambuco	Pernambuco	Nordeste	Outubro – 1998	
5. Universidade Estadual da Bahia	Bahia	Nordeste	Outubro – 1998	
6. Universidade de São Paulo	São Paulo	Sudeste	Outubro – 1998	
7. Universidade Federal do Paraná	Paraná	Sul	Março – 1999	
8. Fundação Santo André	São Paulo	Sudeste	Março - 1999	Maio de 2000
9. Fund. Ensino Superior de São João Del Rei	Minas Gerais	Sudeste	Março – 1999	
10. Universidade Federal de São Carlos	São Paulo	Sudeste	Maio – 1999	
11. Universidade Regional de Blumenau	Santa Catarina	Sul	Junho – 1999	
12. Universidade Federal de Santa Catarina	Santa Catarina	Sul	Junho – 1999	Outubro de 2000
13. Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Rio Grande do Sul	Sul	Julho – 1999	
14. Universidade Católica de Pelotas	Rio Grande do Sul	Sul	Outubro – 2000	
15. Universidade do Amazonas	Amazonas	Norte	Janeiro – 2001	Sai da rede em
16. Universidade Estadual de Campinas	São Paulo	Sudeste	Dezembro – 2001	
17. Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Nordeste	Abril – 2002	

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informação disponibilizada pelo Assessor da Rede de ITCPs, João Guerreiro Mendes, em 16/09/2002 e atualizada com informações obtidas no site da ITCP/COOPE/UFRJ em 2007.

ANEXO C

Integrantes da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede ITCP - 2008

Centro Federal de Educação Tecnológica/BA - CEFET/BA
Centro Federal de Educação Tecnológica/RJ - CEFET/RJ
Centro Universitário Cerrado - Patrocínio - UNICERP
Centro Universitário Feevale - FEEVALE
Centro Universitário La Salle - UNILASALLE
Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE
Fundação Getúlio Vargas/SP- FGV
Fundação Santo André - FSA
Fundação Universidade de Rio Grande - FURG
Universidade Católica de Salvador - UCSAL
Universidade Católica de Pelotas - UCPEL
Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ
Universidade de São Paulo - USP
Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC
Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS
Universidade Estadual da Bahia - UNEB
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
Universidade Estadual de São Paulo - UNESP
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI
Universidade Federal de Juíz de Fora - UFJF
Universidade Federal de Lavras - UFLA
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ
Universidade Federal de Viçosa - UFV
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS
Universidade Federal do Paraná - UFPR
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Universidade Federal do Tocantins - UFT
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPe
Universidade Regional de Blumenau - FURB
Universidade Regional do Nordeste do Estado do RS - UNIJUI
Universidade Salvador - UNIFACS

FONTE: http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/redes_foruns.php.